**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.**

###### ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião realizada em 12 de junho de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo** **(PT-SP),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT),** **Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP),** e **Sérgio Petecão** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF),** **Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ),** **Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE),** **Filipe Pereira (PSC-RJ),** **Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ),** **Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG),** **Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Hugo Leal (PSC-RJ).** Deixou de comparecer o **Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Pedro Simon (PMDB-RS), José Agripino (DEM-RN), Mário Couto (PSDB-PA), Cícero de Lucena (PSDB-PB), Paulo Bauer (PSDB-SC), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Lúcia Vãnia (PSDB-GO)** e os Deputados **Bruno Araújo (PSDB-PE), Armando Vergílio (PSD-GO), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, **Chico Alencar (PSOL-RJ), Heuler Cruvinel (PSD-GO), Vilmar Rocha (PSD-GO), Roberto Balestra (PP-GO), Valdivino de Oliveira (PSDB-GO), Magda Mofatto (PTB-GO), Cesar Colnago (PSDB-ES), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Carlos Brandão (PSDB-MA), e Leonardo Vilela (PSDB-GO), Vaz de Lima (PSDB-SP), Walter Tosta (PSD-MG), Izalci Lucas (PR-DF), Jorginho Mello (PSDB-SC), João Campos (PSDB-GO) e Nelson Marchezan (PSDB-RS)**. Na oportunidade, foi ouvido, como testemunha, o Governador de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Junior.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva, como testemunha, do Governador Marconi Perillo, por força do Requerimento nº 47, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Sampaio; do Requerimento nº 80, de 2012, de autoria do Deputado Filipe Pereira; do Requerimento nº 221, de 2012, do Deputado Maurício Quintella; do Requerimento nº 274, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e do Requerimento nº 274, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

Concederei a palavra, inicialmente – a quem convido a tomar seu lugar uma vez que se encontra presente –, ao Sr. Governador Marconi Perillo, que, na condição de testemunha, devidamente acompanhado de seu advogado, assinará o termo de compromisso.

Peço à secretaria para ultimar os termos necessários à testemunha. *(Pausa.)*

Quanto à lista de inscritos, peço aos Srs. Parlamentares que ainda não se inscreveram para as indagações posteriores que o façam junto à secretaria.

O depoimento transcorrerá conforme o item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência. O depoente disporá de 20 minutos e, com anuência desta Presidência, de mais algum tempo, e será interpelado pelos Srs. Parlamentares, conforme aqui procedemos e é do conhecimento de todos os senhores.

Peço apenas a compreensão de todos, porque está sendo lavrado o termo de compromisso.

Acuso o recebimento de uma questão de ordem, por escrito, por economia processual bem feita pelo PSDB, na pessoa de seu Líder Alvaro Dias, a respeito de documentação da operação Saint Michel.

Recolho a questão de ordem para providências e, na próxima reunião, haverei de responder à questão de ordem do Sr. Senador Alvaro Dias, que é pertinente.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL)– Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aceito a questão de ordem e haverei de tomar as providências.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL)– V. Exª não podia democratizar a questão de ordem? Se é pertinente, seria importante que todos os membros da Comissão tivessem conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou divulgá-la imediatamente *on-line*; já vou fazê-lo agora, *on-line*.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL)– Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está assinado o termo de compromisso. Dá testemunho o Sr. Governador Marconi Perillo.

Passo a palavra à testemunha, para o seu depoimento.

Com a palavra.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Exmº Sr. Senador, Presidente desta CPMI, Vital do Rêgo; Exmº Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; Exmº Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira; Exmªs Srªs Senadoras; Exmºs Srs. Senadores; Exmªs Srªs Deputadas; Exmºs Srs. Deputados; Exmº Sr. Vice-Governador de Goiás, Dr. José Eliton de Figueirêdo; Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputado Jardel Sebba; Exmºs Srs. deputados estaduais; prefeitos do meu Estado; vereadores; profissionais da imprensa aqui presentes, o meu respeito a cada um dos senhores e das senhoras.

Srªs e Srs. Parlamentares, venho a esta CPMI com a cabeça erguida e firme no propósito de apresentar a verdade dos fatos. Venho depois de ter solicitado formalmente ao Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, a abertura – e fiz isso de livre e espontânea vontade – de investigação referente a citações de que fui vítima no desdobramento da Operação Monte Carlo.

Desde o princípio, eu me ofereci, mais uma vez de forma voluntária, ao meu partido para comparecer a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aqui estive pessoalmente para entregar ofício ao Sr. Presidente, o Senador Vital do Rêgo, oferecendo-me para prestar esclarecimentos aos Srs. membros desta CPMI, ao Congresso Nacional, à imprensa, ao povo goiano, a quem devo tudo, e ao povo brasileiro.

Na verdade, estou sendo vítima de todos esses acontecimentos deflagrados com a Operação Monte Carlo: fatos distorcidos, informações descabidas. Por isso, venho aqui para restabelecer a verdade dos fatos.

Inicialmente, quero reafirmar o meu profundo respeito pelo Parlamento e reconhecer a importância do trabalho investigativo das Comissões Parlamentares de Inquérito, tão banalizadas nos últimos anos.

Em boa parte de minha vida, atuei como parlamentar. Exerci mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República e também atuei como membro de inúmeras CPMIs. Tive a honra de ser o 1º Vice-Presidente desta Casa. Sempre considerei o Parlamento como uma das pilastras principais de sustentação à democracia e às liberdades individuais e coletivas.

Construí minha trajetória política por longa caminhada, que se iniciou exatamente pelo Parlamento, onde aprendi a considerar sempre sua representatividade e pluralidade, em especial no exigente cargo de Governador de Goiás.

É uma vida inteira, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de dedicação e de atitudes transparentes e sem máculas. Não fora isso, não teria chegado, pela terceira vez, ao Governo do meu Estado. Oito eleições disputadas, seis mandatos. Todos sabem da minha trajetória e que enfrentei forças poderosas para chegar até aqui. Muitos não se conformam com isso e tentam, o tempo todo, desconstruir o patrimônio político e moral que formei ao longo de uma longa vida pública.

Goiás conquistou credibilidade suficiente para que investidores do Brasil e do mundo acreditassem na estabilidade, legalidade, segurança jurídica e seriedade do Poder Público, atendendo a um chamamento que mudou muito, e para melhor, a imagem e a competitividade do nosso Estado. Rompemos com o atraso e, num pacto de confiança mútua com o setor produtivo e os trabalhadores, colocamos o nosso Estado entre as nove maiores economias do País e a sétima mais competitiva.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pelo décimo segundo mês consecutivo, mês após mês, Goiás foi o Estado cuja indústria mais cresceu, liderando o crescimento industrial no Brasil nesses últimos doze meses. Nos primeiros quatro meses deste ano, tivemos um crescimento superior a 30%, muito além do segundo colocado. No mês de março, senhoras e senhores, Goiás foi o Estado que mais cresceu na geração de empregos proporcionalmente, e foi, do ponto de vista global, o quinto maior gerador de empregos no Brasil.

No ano passado, estimávamos investimentos da ordem de R$10 bilhões numa perspectiva até o final de dezembro. Chegamos ao final de outubro atingindo essa cifra – R$10 bilhões – em novos investimentos.

Srªs e Srs. Senadores, em 1º de janeiro de 1999, quando assumi o Governo pela primeira vez, o PIB de Goiás, o conjunto de suas riquezas, somava R$17 bilhões. Ao final deste ano, estamos confiantes de que deveremos chegar a quase R$117 bilhões de riqueza bruta, ou seja, R$100 bilhões a mais do que quando assumimos o Governo pela primeira vez.

Goiás já é o nono Estado mais rico do Brasil, o sétimo mais competitivo e gerou, nesse período de doze anos, mais de um milhão de empregos.

Digo isso para que os senhores tenham uma noção da importância desse Estado estratégico para o Brasil, situado no coração do Brasil, um Estado que tem procurado se destacar pelo trabalho de seu povo, da sua gente honesta e de seus líderes.

Faço um parêntese para agradecer a todos os parlamentares goianos que atuam aqui no Congresso Nacional, Senadores e Deputados, que, ao longo dos últimos anos, têm contribuído de forma absolutamente importante para que pudéssemos obter essas conquistas.

Rompemos, como já disse, com o atraso e colaboramos, de forma modesta mas persistente, para que Goiás alcançasse indicadores econômicos, aferidos tanto pelo IBGE quanto pelo Ipea, que nos orgulham a todos.

Fomos pioneiros em programas sociais posteriormente adotados em todo o Brasil. O Cheque-Moradia chegou a mais de 16 Estados; o Renda Cidadã chegou ao Governo Federal, servindo de base para a implantação de muitos programas, inclusive o Bolsa Família; a Bolsa Universitária, que já contempla 115 mil alunos, também foi importante programa que estimulou a vários governos, inclusive o Governo Federal.

Tenho vocação democrática. Fui forjado na luta contra o regime autoritário ainda muito jovem. Participei, ao lado de Henrique Santillo, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Mário Covas, da resistência democrática, como Presidente da Juventude do PMDB, e vi de perto a truculência do arbítrio e da perseguição política. Para mim, preservar a democracia no Brasil e consolidar a República significa necessariamente garantir a pluralidade de ideias, a livre manifestação de pensamento, a alternância de poder e o respeito às convicções individuais.

Todos sabem que tenho posição política definida e jamais fui cooptável. Minha relação com adversários que administram prefeituras importantes em meu Estado é republicana, respeitosa e cordial, e isso tem resultado em benefícios coletivos. O mesmo relacionamento republicano, cordial e respeitoso tem-me sido dispensado, ao governo e à minha pessoa, ao meu Estado, pela Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil já viveu tristes experiências de ditaduras. Em Goiás, o ex-Governador Mauro Borges Teixeira foi duramente perseguido e acabou deposto pelo regime de 64 – ele, ao lado de Leonel Brizola e Miguel Arraes foram fundamentais na cadeia da legalidade. JK e João Goulart sofreram o mesmo martírio da perseguição, e sofreram sem poder contar com um dos mais caros pressupostos da República e da democracia: o direito ao contraditório, o direito à ampla defesa e à presunção da inocência.

Neste plenário, há parlamentares egressos da Magistratura ou do Ministério Público e há outros com ampla experiência em processos investigatórios ou na vida parlamentar ou no Poder Executivo. Por isso, estou certo de que aqui se busca provar a verdade real dos fatos.

Considero que estou sendo vítima de uma grande injustiça, originada em ataques odiosos e sem limites, que se manifestam ora de forma velada mas dura, ora de forma explícita mas sutil e sorrateira. Não conheço algo parecido no País desde que reconquistamos a democracia e erigimos, como guardiã da República, a Constituição Cidadã de 1988.

Às vezes, não consigo acreditar em tamanha crueldade, em volume de informações distorcidas, ilações, suposições e todo tipo de leviandades. Respeito a liberdade de imprensa, sempre vou respeitar, e reconheço o papel desempenhado pelos veículos de comunicação, porque, sem a imprensa livre que temos hoje, dificilmente poderíamos caminhar para o constante aperfeiçoamento da nossa democracia, que ainda é tênue. Mas devo dizer que há muitas informações fragmentadas, alguns exageros, informações às vezes descontextualizadas em alguns veículos de comunicação. Elas tendem a promover desinformação, confusão ou prejulgamentos. Esse é o caminho que só leva à injustiça, e a imprensa livre, os profissionais de imprensa jamais buscaram levar alguém à injustiça.

A história comprova. O ex-Deputado Ibsen Pinheiro e o ex-Governador de Goiás Henrique Santillo, entre outros, foram vítimas de acusações vazias e julgamentos precipitados. Ao longo do tempo, comprovou-se que haviam sido injustiçados e que as denúncias eram totalmente improcedentes. A honra desses homens públicos ficou manchada por fatos comprovadamente inverídicos, o que demonstrou a ilegal e imoral inversão do ônus da prova. Tiveram que provar que eram inocentes, e não o contrário. No Estado de direito, o ônus da prova é real sobre quem acusa ou alega qualquer tipo de fato. A inversão despropositada desse princípio constitucional caracteriza injustiça plena.

No nosso Estado impera a lei, e vivemos um momento de prosperidade com maior crescimento da indústria e de empregos registrado nos últimos anos no Brasil. Todas as instituições funcionam normalmente, prestando relevantes serviços à sociedade.

Mais do que o meu patrimônio moral, defendo aqui o orgulho de ser goiano. Pedi espontaneamente para ser investigado, para vir aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito em respeito, primeiramente, aos goianos, ao povo do meu Estado, seis milhões de pessoas, de pessoas de bem, trabalhadoras, que, ao longo dos anos, ajudaram a construir um dos Estados mais prósperos desta Federação, um dos Estados que ajudam a alavancar as exportações e os empregos.

Saltamos, em 1999, de um volume exportador de R$300 milhões para R$7 bilhões, e isso tem sido fundamental para garantir a empregabilidade, a melhoria da qualidade de vida dos goianos e dos brasileiros.

Venho, portanto, aqui, para... Embora tenha sido até admoestado pelo meu advogado de que talvez lograsse êxito ele num mandado de segurança, eu disse a ele: “Se eu não for à CPI, se não prestar os esclarecimentos conforme eu próprio solicitei, eu prefiro abandonar, definitivamente, a vida pública, porque não teria a coragem de olhar a face dos meus conterrâneos.”

Venho aqui, portanto, para falar de um Estado maravilhoso, de um Estado extraordinário, rico, de uma gente boa, de uma gente trabalhadora. Venho aqui também para fazer esclarecimentos aos brasileiros que sempre confiaram em mim, e, principalmente, venho aqui em respeito ao Congresso Nacional e em respeito à instituição que para mim é cara, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Saibam os senhores que debateremos, diante da verdade, a crença da maioria dos meus conterrâneos, que me deram seis mandatos consecutivos. Não posso aceitar, como Governador, qualquer nova discriminação que venha a apequenar meu Estado.

Conforme já afirmei, diversas vezes, para todos os veículos de imprensa ao longo desses cem dias, nunca mantive qualquer relação de proximidade com o Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Parlamentares, 30 mil horas de gravações, três anos de gravações: nenhuma ligação do Sr. Carlos Cachoeira para mim, para o meu telefone, para o meu gabinete! Nenhuma ligação dele para mim, apenas uma ligação minha de cumprimentos pelo seu aniversário.

Ora, Srªs e Srs. Parlamentares, se eu mantivesse com ele qualquer relação mais próxima, seria natural que ele tivesse acesso ao meu telefone particular, aos telefones do meu gabinete; seria natural que ele tivesse ligado para mim em muitas ocasiões.

Mais do que isso, e vou dizer adiante, quase duas mil máquinas apreendidas. Os contratos da Delta, no meu Estado, representam 4% dos contratos que estão em vigor na Agência de Obras e Transportes, com deságio, em um caso, de 21%.

Reafirmo: nunca mantive nenhuma relação de proximidade com o empresário Carlos Cachoeira, embora fosse ele uma pessoa de livre trânsito com políticos no meu Estado, de livre trânsito com a sociedade, com a elite, porque é uma pessoa rica e transitava pelos melhores – morava no melhor edifício da capital – restaurantes da cidade.

Peço uma reflexão a V. Exªs. De forma desavisada ou maldosa, vejo, aqui ou acolá, afirmações de que o Sr. Carlos Augusto, o Cachoeira, teria influência em meu governo.

No caso concreto, a própria investigação faz prova a meu favor.

Como é do conhecimento de todos, o Sr. Carlos Cachoeira teve suas conversas telefônicas interceptadas, por determinação judicial, durante quase três anos. Como pode uma pessoa monitorada pela Polícia Federal durante três anos ininterruptos, com influência sobre o governo, não ter feito sequer uma ligação para mim?

Em todo o processo de escuta da Polícia Federal, só há uma única e fortuita conversa telefônica, e me cabe esclarecer em que circunstâncias se deu.

Estava na casa de um amigo, em uma reunião social, quando alguém dos presentes me disse que era aniversário do Sr. Carlos Cachoeira e me perguntou se eu aceitaria falar com ele, para cumprimentá-lo pela data, já que, como se sabe, em Goiás, eu tenho o hábito de telefonar para dezenas de pessoas nessas ocasiões, de forma afetuosa e respeitosa.

Eu não estava telefonando ali para um contraventor, mas estava telefonando para um empresário que atuava no setor de produção de medicamentos e era um dos sócios do maior laboratório de bioequivalência da região Centro-Oeste.

Disse que, se ele telefonasse, eu o cumprimentaria, e foi, rigorosamente, o que ocorreu, em uma conversa rápida e absolutamente trivial.

Se, em sua rotina de interesses, esse grupo menciona meu nome e de integrantes de meu governo em suas conversas, não posso ser responsabilizado por diálogos de terceiros, que, em muitos momentos, foram ofensivos a mim e ao meu governo.

Disseram aqui que o meu nome foi citado por duzentas e trinta e tantas vezes, 237 vezes. Alguém procurou saber quantas dessas citações se referem a mim como xingamentos? O Sr. Wladimir Garcez aqui esteve e disse que usou do meu nome em citações telefônicas para tentar mostrar prestígio junto aos seus patrões, Delta e Carlos Cachoeira, para provar intimidade com o Governador e manter, assim, o seu emprego. Não posso me responsabilizar por conversas irresponsáveis que fizeram não só em relação a mim, mas também em relação a muitos outros políticos de Goiás. O Sr. Wladimir Garcez disse aqui, neste plenário, da sua relação íntima com muitos políticos de Goiás. O delegado da Polícia Federal também disse aqui que 81 pessoas foram citadas nas escutas telefônicas.

Reafirmo: as citações ao meu nome são citações irresponsáveis. A prova cabal da utilização indevida do meu nome ficou evidente nas gravações telefônicas divulgadas pela imprensa. Em uma delas, o Sr. Wladimir Garcez e o Sr. Carlos Cachoeira combinam inserir meu nome, de forma fraudulenta, na agenda do celular do Sr. Wladimir, porém com o número de outra pessoa. O objetivo era que meu nome aparecesse no visor do telefone como autor de uma mensagem que convinha ao grupo e que, na verdade, não havia sido enviada por mim. Se tivessem intimidade comigo, não precisariam utilizar-se desse tipo de subterfúgio.

As gravações divulgadas são meras citações interesseiras de quem quer exibir prestígio e tenta, de alguma forma, mostrar que tem algum tipo de relacionamento com o Governador. Temos aqui muitas pessoas que já foram governadores, prefeitos. Os senhores são Parlamentares e sabem que isto é comum na vida de quem atua, na vida pública: muitas pessoas, muitas vezes, tentam utilizar-se de algum tipo de proximidade com o ente público ou político para, de alguma maneira, levar vantagem.

O depoimento do Sr. Wladimir Garcez aqui, nesta CPMI, demonstrou essa intenção com grande clareza. Ele disse – abre aspas:

*Nessas atividades, para me valorizar tanto em relação à Delta quanto ao Carlinhos, sempre procurava mostrar que tinha um bom relacionamento com pessoas do governo e pessoas ligadas às empresas. Muitas vezes, essa intimidade, de fato, não acontecia. O meu objetivo era mostrar que eu gozava da confiança de todos os políticos e garantir esses meus empregos.*

Na vida pública, muitas vezes, vemos pessoas se aproximarem para tentar demonstrar relações de prestígio e amizade com políticos e autoridades. Vemos também assessores, deliberadamente ou não, falar em nome de políticos e, posteriormente, serem desmentidos. Dificilmente algum Parlamentar já não foi vítima de uma manobra dessas.

Aqui, fora desta sala, nos corredores, não é incomum reconhecermos a presença de pessoas querendo se utilizar de um suposto relacionamento com parlamentares para benefício próprio ou de terceiros, todos tentando provar que são amigos do governante como forma de garantir seu trânsito. Alguns sequer entraram nos palácios, mas falam como se fossem íntimos.

Quero que memorizem o que afirmo para que comprovem até o final desta reunião: não há nenhum ato, no Governo de Goiás, do meu governo, em benefício ou na direção do que suscitam os diálogos mencionados pela imprensa sobre a Operação Monte Carlo.

Falaram muito sobre seus planos, mas nada se concretizou. Nada! Reafirmo: nada se concretizou.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCONI PERILLO** – Exmo Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a prorrogação do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor já usou 25 minutos e terá desta Presidência mais cinco.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Careceria de um tempo maior para que eu possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor terá mais dez minutos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Espero que eu consiga...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor terá o tempo que for necessário, Governador. Como testemunha, mais quinze. O senhor pode utilizar o tempo que for conveniente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Presidente, ele pode usar o tempo dos líderes...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Obrigado, Presidente.

**O SR.** **ONYX LORENZONI** (DEM– RS)– Presidente, ninguém quis falar. Dê tempo ao Governador!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós temos que dar a ele o tempo que for necessário. É apenas uma questão de disciplina e de rotina desta Presidência: cinco, mais cinco, mais cinco, mais cinco, mais cinco minutos até quando ele terminar.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Presidente, peço desculpas por tomar o tempo de V. Exª, mas agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É uma questão apenas de rotina procedimental desta Presidência.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Meu objetivo era mostrar, como disse o Sr. Wladimir, que eu gozava da confiança de todos os políticos. Ele disse aqui que não era amigo só do Marconi Perillo, mas que ele se relacionava com políticos de todas as matizes político-ideológicas do meu Estado.

Senhoras e senhores, na vida pública, muitas vezes vemos pessoas se aproximarem para tentar demonstrar relações de prestígio e amizade com políticos e autoridades. Vemos também assessores, deliberadamente ou não, falarem em nome de políticos e posteriormente serem desmentidos. Dificilmente algum parlamentar não foi vítima de uma manobra dessas. Como já disse aqui, fora desta sala, nos corredores, não é incomum reconhecermos a presença de pessoas querendo se utilizar de relacionamento com parlamentares para benefício próprio ou de terceiros, todos tentando provar que são amigos do governante como forma de garantir seu trânsito. Alguns sequer entram nos palácios, mas falam como se fossem íntimos.

Quero que memorizem o que afirmo – e estou repetindo isso porque considero importante – para que comprovem até o final desta reunião: não há nenhum ato do Governo de Goiás em benefício ou na direção, porque suscitam os diálogos mencionados pela imprensa sobre a Operação Monte Carlo. Falaram muito sobre seus planos, mas nada, rigorosamente nada se concretizou.

O grupo é acusado de cooptar policiais para proteger seu esquema. Infelizmente, isso acontece por toda parte, o que evidencia que o Estado não tolerava as práticas ilícitas, caso contrário não seria preciso a infiltração no aparelho policial.

Senador Pedro Simon, o meu Estado conta com 12 mil policiais militares em atividade, 3 mil policiais civis em atividade. Destes, 34 foram envolvidos nessa operação, foram indiciados nessa operação. O senhor pode perguntar: “Mas são muitos”? Eu acho que são muitos. Não deveríamos ter nenhum. Mas todos eles tiveram, no mesmo dia da operação, suas armas recolhidas, suas carteiras funcionais recolhidas. Todos eles foram afastados de suas funções de delegado de polícia, ou de corregedor, ou de chefe de policiamento metropolitano indicados pelos seus chefes. Todos eles hoje estão na comissão de ética e disciplina das suas polícias, respondendo a processo ou inquéritos administrativos.

Quero relatar às Srªs e aos Srs. Parlamentares – antes, eu gostaria de dizer e reafirmar: as polícias de Goiás estão entre as melhores do Brasil e o conjunto das polícias militar, civil, bombeiros, polícia técnico-científica não pode jamais pagar pelo que fizeram alguns poucos, se fizeram, se restar comprovado nas sentenças –, mas quero relatar às Srªs e aos Srs. Parlamentares que existia, quando da posse em meu primeiro mandato, um contrato em plena vigência entre o Estado de Goiás e a Gerplan, uma empresa administrada por Carlos Augusto. A empresa fazia gestão da videoloteria do Estado e de todos os jogos da loteria do Estado de Goiás.

Eu vou ler aqui, se me permitir, a cronologia.

A loteria do Estado de Goiás foi criada no início da década de 60. Em 1995, o Governo de Goiás concedeu a exploração de loterias do Estado através de licitação pública. O processo licitatório resultou na contratação da Gerplan, que era de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira – 1995.

O contrato de concessão entre a LEG e a Gerplan foi firmado em 03 de julho de 1995. Tal contratação se deu por licitação, e concorreram a Trade e a Gerplan. O prazo firmado do contrato foi de trinta meses, com a possibilidade de uma prorrogação por igual período. O contrato foi aprovado pelo Tribunal de Contas com a resolução TCE 2.725, de 20 de julho de 1995. Em 22 de julho de 1996, com apenas doze meses de vigência, o contrato foi aditivado, prorrogando o prazo de vigência por mais sessenta meses, cinco anos, aprovado pela Resolução 4.369, de julho de 1996.

A partir daí foram lançadas outras modalidades lotéricas: keno, palpiteca, pimba, sonho premiado, modalidades essas que foram retiradas do mercado – umas, por decisão judicial; outras, por interesse da concessionária.

A partir de 1997, deu-se o início da exploração da modalidade videoloteria ou caça-níqueis, como são chamados.

Em 21 de outubro de 1998, alguns dias antes da minha eleição como Governador no segundo turno, que se deu, parece-me, no dia 25, o contrato foi novamente aditivado, alterando o prazo de vigência para 20 de julho de 2010, novamente aprovado pela Resolução TCE 6.318, de dezembro de 1998.

No ano de 2000, o Estado de Goiás editou a Lei 13.639, de julho de 2000, que reformulou o negócio de loterias no Estado, e, com o Decreto 5.282, regulamentou, como acontecia em vários Estados do Brasil, todos os procedimentos.

Seguiram-se várias instruções normativas editadas pela Sefaz, e contra a Lei 13.639 foi proposta uma Adin, julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal em 2007, pondo fim a LEG.

Em 03 de janeiro de 2001, o Ministério Público propôs ação civil pública, visando anular os efeitos da prorrogação do contrato para 20 de julho de 2010, que foi feito em 1998. Essa ação teve o Estado de Goiás, no meu governo, como litisconsorte ativo. A ação foi julgada procedente no dia 30 de março de 2004. Não houve recursos, e a sentença transitou em julgado.

Em 20 de fevereiro de 2004, o Governo Federal editou a MP 168 e proibiu as loterias de terminais ou videoloteria, os caça-níqueis. A partir da edição da medida provisória, a loteria deixou de existir no Estado de Goiás e no País.

Em minha gestão, o Governo de Goiás associou-se, como eu já disse, ao Ministério Público em ação que acabou por suspender o contrato. Mais tarde, em fevereiro de 2004, uma medida provisória proibiu os videojogos no Brasil. A partir dessa medida provisória, a polícia goiana passou a agir incessantemente por determinação do governador contra os caça-níqueis.

Desde o início deste meu terceiro Governo, a ação policial repressora recrudesceu o combate ao jogo ilegal, em mais uma amostra de que o grupo investigado não teve qualquer favorecimento de minha parte ou do meu Governo.

As ocorrências policiais cresceram 24% entre maio de 2011 e maio deste ano. A apreensão de máquinas caça-níqueis cresceu 114% no mesmo período. Até 27 de maio de 2012 foram lavrados 845 Termos Circunstanciados de Ocorrência e 2.570 máquinas caça-níqueis apreendidas. Repito: 845 TCOs e 2.570 máquinas caça-níqueis apreendidas.

Gravação divulgada, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares membros desta CPMI, pelo jornal *O Popular*, no dia 22 de abril, atesta que o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Sr. Carlos Cachoeira, reclamava da dura ação da polícia no combate ao jogo ilegal.

Destaco aqui trecho de conversa em que o Sr. Carlos Cachoeira reclama, para sua esposa, em maio de 2011:

*Sabe como estou me sentido? Tô aguentando para não chorar. Sabe o que estou me sentido? Tô me sentindo um bandido, a forma como a sociedade me vê. Foram em dois locais. Os melhores aqui em Goiânia. Ontem, foram em mais dois. Quer dizer, acabou. Vi que era perseguição mesmo. Entendeu? Vou ter que ficar uns dez dias parado. De lá para cá, a vida degringolou. Estou perdendo tudo. O que está* funcionando em Anápolis é precariamente.

Essa é uma demonstração inequívoca do quanto a polícia do meu Estado agiu não só contra a contravenção, mas agiu também e principalmente contra todo o tipo de crime organizado, tráfico de entorpecentes e bandidos de toda a natureza.

Nós estamos, agora, criando os postos de comando de divisas, para evitar a entrada de contrabando, de armas ilegais e de tráfico de drogas em nosso Estado.

Tudo isso, Sr. Presidente, desmente, por completo, as especulações e publicações que, se associadas a um mínimo de informação e verdade, sequer teriam dado vulto à fantasiosa suposição de influência desse grupo sobre o Governo de Goiás. Até fizeram a teratológica ilação de que teria sido feita entrega de dinheiro na Praça Cívica. O próprio relatório da Polícia Federal desmente isso. Eu rechaço isso. Jamais alguém entregou qualquer quantia em dinheiro no Palácio das Esmeraldas. Podem ter até entregue para algum bandido na Praça Cívica, que é uma praça onde todos frequentam.

Já com relação à empresa Delta, dos 140 processos licitatórios dos quais participou, promovidos pelo Governo do Estado, entre 2008 e 2012, 19 contratos foram firmados com a empresa. Dentre esses, sete se deram na minha gestão. Um deles com a empresa de saneamento, para aluguel de veículos, realizado no ano passado, acabou de ter, agora, a sua rescisão contratual amigável entre a Delta e a Companhia de Saneamento.

Em licitação recente de 24 lotes disputados para rodovias, para reconstrução de rodovias, em um conjunto de 2.081 quilômetros, a Delta venceu dois, com deságio médio de 21,6%, ou seja, um desconto em relação à licitação de R$9.317.202,00.

Contratos recentes entre o Governo de Goiás e a Delta foram objeto de glosas de pagamentos por inexecução. Houve glosas de R$560 mil à Secretaria de Segurança Pública e R$2.207 milhões na Agência de Obras Públicas e Transportes.

O contrato mantido pela Secretaria de Segurança Pública para a locação de cerca de dois mil veículos foi aditivado recentemente, porque já havia, antes dessas denúncias, um novo processo licitatório em andamento, com pregão eletrônico, licitação marcada para o mês que vem, no dia 13 de julho. No dia 06 de junho, agora, fizemos audiência pública. Dia 02 de julho será publicado o edital para que, ao contrário do que foi feito no governo anterior, quando o governo aderiu a uma ata de registro de preços, agora possamos fazer o certame como manda e determina a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações.

Não podemos deixar a Polícia de Goiás a pé. Queriam que eu rescindisse o contrato. Como? Se há um certame marcado, como posso, da noite para o dia, romper esse contrato? Agi com prudência, em respeito à polícia e ao cidadão goiano, que precisa de policiamento.

A Agência de Transportes e Obras Públicas de Goiás tem contratos que somam R$1.128.436.967,00. A Delta tem 4% – repito –, 4%, ou seja, R$51.498.895,00 – 4%. A Delta tem, em prefeituras de Goiás, já pagou, aliás, R$ 300 milhões em contratos. No programa de asfaltamento urbano que o Governo executa em convênio com prefeituras goianas, inclusive algumas oposicionistas, a Delta foi vencedora de três dos 25 lotes disputados e com um deságio de 8%, representando uma economia de R$1.193.407,88 (um milhão, cento e noventa e três mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e oito centavos) para os cofres do Estado de Goiás.

Com números assim, resta evidente, a absoluta inexistência de lógica em especulações que sustentem influência, manipulação de licitações e até poder paralelo.

É incrível, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até agora falou-se de uma casa de minha propriedade. Felizmente e com a consciência tranquila, posso dizer: não há uma acusação sequer contra qualquer ato de improbidade no meu Governo, sobrepreço, sobrefaturamento, direcionamento de obras, esquema de empreiteiros. E mais, Presidente Collor: não tem propina no meu Estado. E eu desafio a fazerem uma auditoria, independente que seja, nas obras do meu Governo para verificarem se essa prática não foi abolida do meu Estado, pelo menos na minha administração.

Com números assim, resta evidente a absoluta inexistência de lógica em especulações que sustentem influência, manipulação em licitações e até poder paralelo.

De um total de 160 mil servidores da administração estadual, são citados seis que seriam os protegidos do grupo “para emprego no Governo do Estado”. Desses, um foi contratado pela Prefeitura de Goiânia. Outro nunca constou em nomeação do órgão público estadual. Entre os três contratados, que seriam indicados por alguém supostamente ligado ao Sr. Carlos Cachoeira, o único, o único, que conseguiu cargo de gerência o fez por ter disputado seleção interna denominada meritocracia, obtendo êxito em relação a vários candidatos.

Desde o ano passado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, eu instituí no Governo o critério da profissionalização de todos os gerentes. Oitocentos gerentes. Todos os gerentes da administração pública são escolhidos pelo critério do mérito, da meritocracia, para modernizar a administração.

Eu tenho o prazer de entregar ao Sr. Presidente o decreto que institui a meritocracia no Governo de Goiás; também o Decreto que institui a Lei do Ficha Limpa no Estado de Goiás, Decreto de 30 de março de 2012. Ninguém entra no serviço público de Goiás sem a observância aos critérios da Ficha Limpa. Decreto que estabelece regra contra o nepotismo no Governo de Goiás.

Por fim, uma última pessoa lotada na Secretaria de Educação foi exonerada em dezembro do ano passado, pois sua vaga foi ocupada por outro servidor, aprovado no mesmo processo de meritocracia.

Com a reforma administrativa implementada no Estado, a chefia de gabinete foi tematizada e descentralizada, de forma a se descentralizar por assuntos relativos às suas específicas atividades. Portanto, o Gabinete do Governador divide-se em Gabinete da Governadoria, em Gabinete Particular, Gabinete de Gestão, Representação no Distrito Federal, Gestão de Imprensa, Interlocução com Movimentos Sociais, Gestão do Centro Cultural.

A Srª Eliane Pinheiro, que ocupava a chefia de Gabinete da Governadoria, uma dessas chefias, era encarregada dos assuntos partidários e da relação com Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais. Trabalhou durante 20 anos em vários governos, inclusive nos meus governos. Indicada pelo ex-Deputado Federal, congressista por cinco mandatos, do grupo autêntico do MDB, por ter colaborado com muita dedicação às minhas campanhas, especialmente a última campanha. Ela trabalhava atendendo aos partidos e aos parlamentares em sala distante da minha, não tendo poder de ordenar despesa, e nunca pediu nada para favorecer qualquer pessoa ligada aos investigados.

Eu nunca soube das relações pessoais dela com o Sr. Carlos Augusto Ramos. Ela saiu do meu Governo porque se sentiu constrangida, e só depois descobri que o relacionamento que ela tinha era um relacionamento familiar, porque o Dr. Fernando Cunha era sogro de uma irmã do Sr. Carlos Cachoeira.

O Secretário João Furtado, da Segurança Pública, jamais foi tolerante com práticas ilícitas. E eu já fiz aqui um relatório sobre isso. Os números já citados demonstram o comprometimento do auxiliar no combate ao crime, sobretudo na repressão e na pressão contra a prática ilegal dos jogos de azar.

O Presidente do Detran, Sr. Edivaldo Cardoso, foi escolhido como o representante do PTdoB, do qual era Presidente. Foi escolhido por mim, porque o PTdoB foi o terceiro partido a aliar-se a mim na eleição de 2010, num momento em que as forças todas de Goiás e do Brasil, tentavam me isolar politicamente e, num gesto de gratidão e pela sua qualificação, resolvi convidá-lo para assumir a Presidência do Detran. Edivaldo nunca, em tempo algum, me apresentou qualquer pedido de interesses ou de favorecimento a qualquer empresa ou pessoas. A única conversa que teve comigo sobre o Sr. cachoeira foi quando ele havia me convidado para um jantar em sua residência e me disse que, dentre os convidados, estaria o empresário Carlos Ramos. Foi ele que me convidou, repito, para um jantar, informando parte da lista de convidados, entre eles Carlos Augusto Ramos, o Carlos Cachoeira. Nesse contato informal, ouvi do convidado explicações sobre um pedido de incentivos fiscais – que ele já havia me feito no gabinete do governador – para uma das grandes empresas de medicamentos do Estado.

Posteriormente, encontrei o Senador... o Sr. Carlos Cachoeira em jantar na residência do Senador Demóstenes, onde toda a conversa girou, exclusivamente, sobre uma pretensa candidatura do Senador Demóstenes à Prefeitura de Goiânia. Não sei se os senhores e as senhoras têm conhecimento, mas o Senador Demóstenes Torres figurou, durante muito tempo, em todas as pesquisas, como o candidato preferido pelos eleitores às eleições deste ano para a Prefeitura de Goiânia. Ele tinha interesse, e eu, inclusive, estimulava, àquela época, a candidatura dele. Afinal de contas, o Senador Demóstenes teve quase 90% dos votos de Goiânia para Senador da República e foi um importantíssimo cabo eleitoral meu, tanto no primeiro turno quanto no segundo turno.

Muitos aqui sabem. Durante anos, tive desavenças políticas com o Senador Demóstenes. No último dia, no dia da convenção, o DEM, cujo vice-governador aqui se encontra presente, indicado pelo DEM, e o Senador Demóstenes, com o apoio do partido, decidiram a quem apoiar nas eleições de 2010. O Senador Demóstenes Torres e o DEM, Senador Agripino, eram buscados por todos os pré-candidatos, por mim e pelos outros dois principais candidatos que concorriam à eleição. Todos nós disputávamos o apoio do Senador Demóstenes, que gozava de enorme prestígio no Brasil e no meu Estado.

O único encontro formal ocorreu no Palácio das Esmeraldas, em audiência oficialmente solicitada, como empresário, para tratar sobre assuntos relativos à empresa de medicamentos, a Vitapan, que é uma empresa importante na produção de medicamentos no Estado de Goiás, na cidade de Anápolis. Sugeri que os formalizasse à Secretaria de Indústria e Comércio, órgão competente para analisar o atendimento dos critérios legais exigidos para a concessão dos benefícios dos programas.

Outro tema que tem gerado enorme confusão, polêmica e visível desinformação pública é a minha atitude, mais do que legítima, de cidadão comum, quando resolvi vender a minha casa. Aliás, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se eu soubesse que a venda desta casa geraria tanta confusão, tanto desconforto, eu teria continuado a morar nela, jamais teria pensado em vendê-la. Tratava-se de imóvel registrado em meu nome, localizado no Residencial Ipês, Condomínio Alphaville de Goiânia. Eu entrego aqui a V. Exª a escritura de compra da casa.

Vale registrar, Srªs e Srs. Senadores, e Srªs Deputadas, que boa parte, aliás, a maior parte dos recursos que pagaram essa casa era oriundo de empréstimo que fiz junto à Caixa Econômica Federal, e que só foi quitado definitivamente quando recebi os cheques. Eu quitei esse empréstimo feito junto à Caixa Econômica Federal.

Em entrevista ao jornal *O Popular,* do último dia 3 de março de 2012, dois dias depois das prisões, afirmei que a venda do imóvel para o empresário Walter Paulo havia sido intermediada pelo ex-vereador Wladimir Garcez, que inicialmente se apresentou como comprador e que depois repassou o negócio. É importante registrar que, segundo salvo melhor juízo, os direitos reais do Código Civil, o ato de compra e venda ou a tradição de um bem imóvel só se concretiza na escrituração e registro do imóvel em cartório. Quando a casa foi colocada à venda em anúncios de classificados – e passo a V. Exª dois anúncios em classificados no jornal *O Popular,* nos dias 9 de fevereiro de 2011 e 7 de fevereiro –, o Wladimir entrou em contato, manifestou interesse pelo imóvel, fez a oferta e finalmente acertamos o valor de um milhão e quatrocentos mil reais. Combinamos que o pagamento se daria em três parcelas. Ele deu três cheques em pagamento para serem cobrados em março, abril e maio. Os cheques foram todos compensados.

Passo às mãos de V. Exª, Sr. Presidente, cópia dos três cheques nominais a mim e passo também, Sr. Presidente, os extratos relativos aos meses de março, abril e maio com os depósitos realizados.

No momento da escritura, próximo da escritura, Wladimir informou ao meu representante que não havia conseguido recursos para ficar com a casa e que havia repassado o negócio para o empresário do ramo de ensino universitário Walter Paulo. Em seu depoimento a esta CPMI o ex-vereador Wladimir Garcez confirmou sua parte dessa verdade. Ele disse:

*O governador me disse que estava vendendo sua casa. Queria adquiri-la para mim. Eu não dispunha, na época, do dinheiro. O governador queria vendê-la por mais, mas acabou por fazer um preço para mim de um milhão e quatrocentos; comprei a casa do governador e pedi um prazo. Eu a ofereci ao professor Walter Paulo, que ficou de pensar. Mostrei a casa ao professor Walter Paulo e ele disse que só tinha como pagar em julho e que, se até lá, eu não a tivesse vendido para outro ou comprado, ele ficaria com a casa por este valor de um milhão e quatrocentos. O governador queria receber logo.*

E eu vou dizer por que eu queria receber logo. Eu tinha necessidade de me mudar para uma casa maior, já como Governador do Estado. A casa era relativamente pequena, quatro quartos, uma sala, uma cozinha, uma área, não havia privacidade para receber convidados. E eu resolvi, no final de dezembro, alugar outra casa no mesmo condomínio, mas eu precisava dispor da casa antiga. Afinal de contas, eu pagava financiamento junto à Caixa Econômica Federal, pagava IPTU, ITU, condomínio, água e luz e eu não tinha condições nem rendimentos para continuar pagando o aluguel de uma casa e pagando essas despesas todas de outra casa. Por isso eu tinha pressa. Coloquei anúncio nos jornais, mas também ofereci a casa a alguns amigos. Um deles, o Senador Cyro Miranda, a quem até hoje reclamo por não ter adquirido a minha casa. *(Risos.)*

Se V. Exª tivesse aceitado a minha proposta, não estaríamos aqui hoje discutindo a venda de um imóvel particular. Já disseram até que é mansão, uma casa de 450 metros quadrados no condomínio, é uma das casas normais para a classe média. Aqui em Brasília, um apartamento de dois quartos custa dois milhões, dois milhões e meio, dependendo do lugar.

*O governador queria receber logo, disse Wladimir aqui nesta CPMI, e eu queria ficar com a casa para mim ou para vender para outra pessoa, pois vi que o preço estava baixo e eu estava querendo ganhar uma comissão em cima da venda dessa casa. Fiquei com medo de perder o negócio. Então pedi ao Cláudio, meu patrão, e ao Carlinhos que me emprestassem o valor de R$1,4 milhão para eu repassar ao Governador. O Cláudio me arranjou três cheques: um de quinhentos, outro de quinhentos e outro de quatrocentos para os meses de março, abril e maio. Não sei quem são os emitentes, nem perguntei de quem o Cláudio recebeu os cheques. Repassei os cheques para o Lúcio, assessor do Sr. Governador. Os cheques eram nominais ao Sr. Governador. O Cláudio passou a me pressionar para receber o valor de três cheques. Com medo de perder meu emprego, resolvi novamente procurar o Prof. Walter. Não consegui vendê-la por um preço maior, eu a vendi pelo valor de R$1,4 milhão. Recebi dinheiro e passei ao Cláudio, quitando, assim, a dívida referente aos três cheques.*

**O SR.** **BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Tivemos a informação de que a TV Senado acabou de suspender a transmissão desta reunião. O Estado de Goiás está assistindo a este depoimento, o Brasil inteiro, com bastante importância. Eu peço que V. Exª peça a sensibilidade da TV Senado que retome a transmissão dessa importante fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei isso.

Devolvo a palavra à testemunha.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não há, portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadoras, não há portanto, contradições, confusões sobre a venda da minha casa e sob surda e delirante ação de que teria recebido duas vezes o valor além do que foi pago, escriturado e declarado à Receita Federal.

O empresário Walter Paulo também confirmou sua parte. Ele pagou em dinheiro a casa que o Sr. Wladimir Garcez havia lhe repassado o negócio. A verdade é sempre a mesma em qualquer de suas partes. Não me preocupei em saber quem era o emitente dos cheques e já lamentei por isso, até porque eram pré-datados, portanto, equivalentes a uma promessa de pagamento. Obviamente a escritura só seria lavrada após a compensação dos cheques, essa era a minha segurança no negócio. Eu também não tive a oportunidade, o interesse de olhar, porque o meu primeiro ano como Governador foi dificílimo: pagar folha em atraso; organizar as finanças do Estado; fazer o ajuste fiscal do Governo; sair de um déficit de R$2,7 bilhões para um superávit de R$10 milhões depois de muito sacrifício; resolver equações que eram consideradas inimagináveis.

A verdade, Sr. Presidente, é sempre a mesma em qualquer de suas partes. Não me preocupei em saber quem era o emitente dos cheques até porque eram pré-datados, portanto, equivalentes a uma promessa de pagamento. Obviamente a escritura só seria lavrada após a compensação dos cheques, essa era a minha segurança no negócio. Nas práticas usuais de compra e venda os vendedores não interpelam os compradores para que comprovem a origem do dinheiro. Em regra, os contratos apenas indicam a conta bancária para depósito ou indicam o título de crédito que será o instrumento de pagamento. Vejo como um ato constrangedor e não usual abordar o interessado em fazer um determinado negócio, especificamente de compra e venda, e exigir dele a explicação ou a declaração de onde vêm os seus recursos. Portanto, eu recebi os pagamentos e só agora estou...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCONI PERILLO** – Portanto, eu recebi os pagamentos e só agora, após o depoimento aqui nesta CPMI do ex-vereador Wladimir Garcez é que soube que ele havia usado empréstimo de terceiros. Ele sabia, eu não sabia. Não era obrigado a saber. Eu nunca imaginei, até porque os meus contatos com ele eram mínimos. Soube que ele havia usado empréstimo de terceiros com os seus patrões. Eu já havia recebido o pagamento quando, a pedido do Sr. Wladimir meu representante o acompanhou até a presença do Sr.Walter Paulopara lhe dar segurança de que a casa realmente era minha e lhe fora vendida. Aliás, era minha, não, eu já tinha vendido, mas a escritura, o registro ainda estava no meu nome. Como é que vai comprar algo se o dono da escritura não envia um representante para representá-lo no ato da venda definitiva?

Na ocasião, meu representante apenas assistiu à entrega do valor em dinheiro ao Sr. Wladimir sem conhecimento do montante. Nesse mesmo ato, foi assinado um recibo ao Sr. Walter Paulo pelo meu representante e pelo Sr. Wladimir Garcez. O meu representante não recebeu qualquer valor, até porque não tinha por quê. Eu já havia recebido em três cheques, já havia declarado no meu Imposto de Renda, os cheques já tinham sido compensados.

Faço aqui um registro necessário e importante: não vendi qualquer bem do Estado, mas um imóvel de minha propriedade particular, adquirido com as minhas economias advindas do meu trabalho, sendo que a maior parte desse imóvel, adquirido lá atrás, era financiado pela Caixa Econômica Federal, conforme consta da minha declaração de bens. Vendi pelo valor de mercado.

E quero aqui deixar com V. Exª, Sr. Presidente, avaliações que foram feitas sobre o valor do imóvel.

Repito, vendi pelo valor de mercado. Depositei o pagamento em minha conta bancária. Escriturei pelo valor real da venda e declarei tudo no Imposto de Renda junto à Receita Federal.

Por óbvio, se houvesse qualquer elemento fraudulento nesse negócio, jamais teria publicado anúncio de venda nos classificados do jornal de maior circulação no Estado, teria depositado o valor em minha conta particular ou teria declarado n Imposto de Renda. Jamais teria feito isso se o negócio fosse fraudulento.

Portanto, as acusações em relação à venda de minha casa não têm a menor sustentação diante dos fatos e da lógica.

Se algum dos citados nas escutas telefônicas divulgadas em algum momento tirou vantagem ou ganhou dinheiro com o negócio, foi sem o meu conhecimento ou consentimento.

Não sou responsável por quaisquer fatos além dos aqui por mim narrados. Eventuais acertos entre o ex-vereador e o empresário, como suscitado pela imprensa e em gravações, repito, não têm qualquer relação comigo, muito menos com a transação da qual participei, que se encerrou exatamente quando recebi os cheques e passei a escritura.

Desde o dia 13 de abril, quando dei minha primeira entrevista sobre o assunto, venho repetindo exaustivamente a mesma informação, a mesma explicação, que é única, repito: que é única e que é a verdadeira.

É incrível que eu seja exposto por ter vendido um bem pessoal, um bem meu absolutamente, rigorosamente dentro da lei. Enquanto outros cobram propinas, enquanto outros fazem licitações fraudulentas com sobrepreço, enquanto outros fazem esquemas em licitações, lá em Goiás, eu sou acusado de ter vendido uma casa de minha propriedade e dentro da lei. Tudo o que transcender a isso é especulação, é especulação ou ocorreu sem que eu tivesse qualquer conhecimento dos fatos.

Sras e Srs. Senadores e Senadoras, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, para que não paire nenhuma espécie de dúvida, repito: anunciei a venda da casa, recebi e aceitei a proposta do ex-vereador dentro do valor de mercado, os cheques pré-datados foram recebidos, os cheques foram compensados em minha conta corrente pessoal, na mais absoluta demonstração de boa-fé.

Cobrei de Wladimir a escrituração do imóvel. Wladimir informou que tinha repassado a negociação para Walter Paulo. Walter Paulo solicitou a presença de um representante meu para confirmar a venda da casa. Escriturei o imóvel ao comprador pelo valor real da venda.

Quero aqui, Sr. Presidente, entregar ao senhor um demonstrativo sobre a venda da casa, sobre o que eu falei, Wladimir Garcez falou, Walter Paulo falou. Eu tenho aqui as versões, que são exatamente as mesmas.

Também tenho a satisfação e a honra de entregar a V. Exª a escritura da casa.

Outro motivo que se tornou alvo de questionamentos e envolveu o empresário Walter Paulo foi o fato de ele ter sido acusado de se beneficiar de programas do Governo do Estado. Isso é uma brincadeira de mau gosto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, é pura desinformação.

Eu criei um programa para beneficiar estudantes pobres do meu Estado, em 1999. Em maio de 1999, nós selecionamos os primeiros 4,5 mil alunos pobres de todas as instituições conveniadas com a organização das voluntárias de Goiás.

De lá para cá, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pasmem, 115.000 estudantes pobres de Goiás já foram beneficiados por esse programa. Programa que foi adotado pelo Governador Geraldo Alckmin e por outros governadores e que acabou servido de referência ao Presidente Lula para a criação do programa ProUni. Aliás, dei duas sugestões, no início de 2003, numa reunião de governadores, ao Presidente Lula: uma delas, que juntasse os cartões do Governo Fernando Henrique e criasse um cartão único de todos os programas federais e todos os programas estaduais. Quem acessar o You Tube, verá o ex-presidente Lula na cerimônia de lançamento do Bolsa Família, agradecendo-me e elogiando-me pela minha iniciativa de sugerir isso.

A outra sugestão que dei nessa reunião de governadores – acho que Cássio Cunha Lima estava presente, Governador da Paraíba à época; eu distribuí a todos eles e ele, inclusive, adotou o cheque moradia – foi que ele criasse um programa para bolsas universitárias para alunos pobres. Ele me disse que faria, e criou o ProUni.

Portanto, 115.000 alunos beneficiados pelos programas de bolsas universitárias, todas as instituições. E, agora, defini um critério no terceiro governo, que é o seguinte: cursos que não tenham tido aprovação mínima no exame do MEC, ou seja, que não tenha tido pelo menos conceito C, não podem mais ser beneficiados pela bolsa universitária.

Temos hoje bolsa integral e bolsas parciais, dependendo do desempenho do aluno em seus cursos e em suas faculdades.

Por isso, aqui entrego a V. Exª a lei que alterou o Programa Bolsa Universitária.

Por isso, há contrato com 99% das instituições que recebem, com esse critério, quantidade variável de alunos; depende de quem passa no vestibular e não de quem distribui.

Quero relembrar aqui que tomei todas as medidas necessárias para coibir qualquer possibilidade de interferência, desde sempre, por menor que seja, no Governo de Goiás, em meus três mandatos, de qualquer ente estranho aos interesses públicos. Foi o que fiz sobre os jogos ilegais.

A Secretaria de Segurança Pública, por meio das Polícias Civil e Militar, desde o primeiro mês do meu atual Governo, agiu duramente contra os grupos contraventores.

Também determinei completa auditagem em todos os contratos entre a empresa Delta e a administração estadual, celebrados no atual Governo ou remanescentes do governo anterior.

Tenho a honra de entregar a V. Exª a auditoria dos contratos da Delta, realizada pela Controladoria Geral. Se esta CPMI julgar por bem contratar uma consultoria externa, fiquem à vontade.

O conteúdo das transcrições de interceptações telefônicas divulgadas pela imprensa deixa claro que não há qualquer fato concreto ou benefício do Governo às pessoas, empresas e empresas mencionadas pelas conversas.

Quero frisar: não há qualquer consequência prática entre as conversas interceptadas e as ações do meu Governo, por uma razão muito simples: eu nunca mantive nenhuma relação de proximidade com o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca fiz negócios com ele; jamais recebi dele qualquer pedido direto ou indireto de empregos, nomeações ou de qualquer outra natureza. Todas as nomeações no meu Governo obedecem a critérios técnicos de qualificação estabelecidos com a equipe, que inclui modulação de cargos, com liberdade para os secretários indicarem, que são descentralizados, indicados pelo secretário, como já disse, com a exigência, por força de decreto, ao que estabelece a Lei da Ficha Limpa. Levei em consideração, ainda, como acontece em qualquer governo, Governo da Presidenta Dilma, os Governadores de Estado, as Prefeituras, é claro que levei também em consideração indicação dos partidos e lideranças que compõem a minha coalizão de Governo, que deu sustentação a minha eleição, sempre enquadrados nos critérios já citados.

Não temos, em Goiás, o apego à indústria de favorecimentos no serviço público.

Espontaneamente, abri mão do poder de indicar milhares de diretores de escolas públicas e da universidade estadual, instituindo, desde 99, eleições diretas para gestores na universidade, nas unidades da universidade e nas escolas.

É um desapego ao corporativismo e ao favorecimento das indicações, diante do compromisso com critérios de competência e que levam em consideração o interesse público.

Outro dado muito relevante é o que estabeleci desde o início: a prática do critério da meritocracia para o preenchimento de todos os cerca de oitocentos cargos de gerência da estrutura básica do governo.

Esclareço que o único pedido que recebi, conforme exaustivas explicações, foi relativo à concessão de benefícios fiscais para empresa de medicamentos da qual o Sr. Carlos Augusto era sócio.

Esse é um fato comum ao setor produtivo. Aliás, todos os presidentes de federações estão aqui, hoje, assistindo e me prestigiando neste depoimento.

Todas as doações recebidas pelo Comitê de Campanha do PSDB e da minha campanha são oficiais, transparentes e legais, devidamente declaradas à Justiça Eleitoral e aprovadas pelo TRE do meu Estado.

Foram mais de 30 mil pagamentos. Essa campanha foi exaustiva. Os Tribunais Regionais Eleitorais estão cada vez mais duros e exigentes. Todas as contratações de funcionários de comitês, os senhores são testemunhas disso, precisam ser rigorosamente apresentadas à Justiça Eleitoral, e as minhas contas foram aprovadas sem ressalva.

Todas as despesas inerentes à minha eleição, como Governador de Goiás, em 2010, incluindo as relativas aos serviços prestados pelo jornalista Luiz Carlos Bordoni, foram por meio de empresa contratada para a campanha. Foram realizadas dentro do que determina a lei e igualmente aprovadas pela Justiça Eleitoral.

É meu hábito receber, no gabinete, jornalistas e articulistas para conversas sobre temas políticos. Entretanto, nunca realizei qualquer operação financeira ou pagamento a quem quer que seja, em período eleitoral ou não, pois essa atribuição é do presidente do comitê financeiro.

No ano de 2010, o responsável pelos pagamentos, todos os pagamentos, foi o coordenador do meu comitê financeiro. Portanto, nunca foi feito qualquer pagamento ao jornalista Luiz Carlos Bordoni, no período eleitoral, principalmente estando o que foi pago a ele na prestação de contas.

Esse pagamento foi instrumentalizado pela Nota Fiscal 109002, de 2010, no valor de R$33.300,00, emitida pela empresa Art Midi, responsável pela gravação de áudio, que foi regularmente declarado na prestação de contas e aprovado pela Justiça Eleitoral.

Apresento a V. Exª, aqui, a nota fiscal.

Entrei com ação de indenização na Justiça, provando que as insinuações são caluniosas, difamatórias e injuriosas em relação a mim. A Justiça é quem decidirá o termo deste episódio.

Trato assuntos sérios com seriedade, seja em contas de campanha, em contas do governo ou em contas pessoais.

Meu patrimônio, construído ao longo de 30 anos, é compatível com os meus rendimentos e está todo declarado, na declaração minha ou na declaração da minha esposa, junto à Receita Federal. Dentro da lei, não há obrigatoriedade de apresentação de bens do cônjuge à Justiça Eleitoral, mas à Receita Federal.

Os artigos 1.658 e 1.663, do Código Civil, estabelecem que, no regime de comunhão parcial, a propriedade, apesar de ser comum ao casal, pode ser registrada em nome de qualquer um dos cônjuges. Cada um, individualmente, promove a declaração perante a Receita Federal, exclusivamente seus bens, indicando apenas o CPF do cônjuge.

Portanto, não há qualquer ilegalidade e nem mesmo irregularidade fiscal na existência de bens em meu nome e no de minha esposa, até porque, em parte, foram oriundos de recursos decorrentes de sucessão hereditária do espólio de sua família.

O art. 26 da Resolução 23221, de 2010, mostra que regia o pleito eleitoral da época um elenco de documentos obrigatórios a serem apresentados pelo candidato. Não há, nesse rol, a exigência de apresentação de declaração de bens do cônjuge, mas tão somente do candidato.

Não omiti bens nas declarações de bens que apresentei à Justiça Eleitoral. Apenas cumpri o que estabelece o art. 26 da Resolução 23.221, de 2010. À frente do Governo de Goiás em três mandatos, sempre me pautei pela legalidade, moralidade e transparência em todos os meus atos. Por isso, tomei a iniciativa de solicitar ao Ministério Público Federal que fosse investigado.

Tenho a consciência absolutamente tranquila e segurança de que não existe um fato sequer que possa de longe me incriminar. Tenho a consciência segura de que tudo o que fiz e continuo fazendo à frente do Governo de Goiás, no sentido de manter uma conduta idônea e combater ilicitude. Na verdade, como dizia Montagne, é a pedra primeira e fundamental parte da virtude. De boa-fé vivo, de boa-fé aqui me apresento.

Não perderei a capacidade de resistir com a verdade sempre. O faço em meu nome e em respeito à confiança de milhões de goianos e de muitos brasileiros.

Desde já, me coloco à disposição.

Dessa forma e com essa disposição, jamais recuarei, com a graça de Deus.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas. Apupos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à Comissão para evitar as manifestações em favor ou desfavor da testemunha.

Atendendo a solicitação do Líder do PSDB na Câmara, Deputado Bruno, nós tomamos as providências com relação à interrupção da TV Senado.

A TV Senado obedece a uma rígida resolução do Senado, em que a grade de programação de transmissões das comissões é feita previamente. E, neste horário, está sendo transmitida a Comissão de Assuntos Econômicos, cujo depoimento está expondo o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a respeito de matéria financeira importante ao País. Mas já falei com o Sr. Presidente Delcídio do Amaral. Ele está antecipando esse depoimento para novamente devolver a fonte da imagem a esta Comissão.

Com a palavra, o Sr. Relator.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Governador Marconi Perillo, esta CPMI foi instalada no Congresso Nacional para investigar as relações da organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira, com agentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

Já estamos ao vivo na TV Senado, para informação de V. Exª.

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – ...com agentes públicos e privados.

Há indícios, surgidos nas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, de que seu Governo teria estabelecido relações políticas e econômicas com a organização criminosa e também com o próprio Sr. Carlos Cachoeira.

É claro que V. Exª vem a esta CPMI e dá a sua versão dos fatos. E creio que a iniciativa de V. Exª colabora com o objetivo desta CPMI, que é buscar a verdade real dos fatos. Compreendendo essa intenção de V. Exª, cabe de maneira especial ao Relator inquirir V. Exª em tudo, mesmo que V. Exª já tenha tipo oportunidade de se manifestar. Por isso, eu quero reprisar temas que V. Exª já colocou aqui. Um deles é se V. Exª pode precisar melhor quando V. Exª conheceu o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Sr. Carlinhos Cachoeira.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Terei o máximo prazer em responder a todas as suas indagações. Eu ouvi falar no nome do empresário Carlos Cachoeira, Carlos Ramos, por volta de 96, quando eu era Deputado Federal. Ouvi falar. É que ele havia ganho essa licitação através da empresa Gerplan para administrar os jogos da loteria estadual de Goiás. Depois, só muito tempo depois, não me lembro, não sei precisar quando, num evento festivo, num aniversário, o vi pela primeira vez. Conforme já disse a V. Exª, no Governo agora, o recebi uma vez, no Palácio das Esmeraldas, e estive com ele duas vezes em dois jantares.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em 2002, época em que V. Exª era Governador e disputava a reeleição. V. Exª, então candidato a Senador, recebeu apoio financeiro e operacional do Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Como eu já disse, eu mal conhecia o Sr. Carlos Cachoeira.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª e Demóstenes Torres não utilizaram bens imóveis da família Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não posso falar pelo Senador Demóstenes, posso falar por mim. Quem coordenou a campanha, foi coordenador-geral, coordenador financeiro, essa responsabilidade era toda deles. Eu não tenho nenhuma informação sobre isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Os familiares de V. Exª, especialmente, seu pai, Marconi Perillo e seu irmão, Antônio Perillo, utilizaram a aeronave do Sr. Sebastião de Almeida Júnior, irmão do Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tenho a menor informação sobre isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O avião utilizado foi o Sêneca 2, segundo consta, o Embraer 820, Prefixo PT-RFK, de propriedade de Capital Construtora e Limpeza Ltdª, do sócio Sr. Sebastião de Almeida Ramos. O senhor desconhece esse fato?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desconheço completamente, até porque sou responsável pelos atos da minha vida, da minha administração.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É claro que estamos buscando estabelecer – e as denúncias que a Policia Federal traz, nos autos dos inquéritos da Operação Monte Carlo e Vegas, são menos importantes do que as relações negociais da casa, por exemplo – as relações mantidas com um possível contraventor. As nossas inquirições aqui são no sentido de buscar confirmar ou não a tese de que V. Exª tinha relações íntimas e próximas com o Sr. Carlos Cachoeira. Por isso, estou perseguindo esse caminho.

O Edifício Excalibur, localizado no Setor Marista e considerado um dos mais importantes prédios de Goiânia, foi, durante um período, residência do Sr. Carlos Cachoeira. V. Exª já visitou Carlos Cachoeira nesse imóvel?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Carlos Cachoeira, não, mas já visitei inúmeras pessoas que vivem lá. É um edifício onde vivem as pessoas mais ricas da cidade, e alguns amigos meus vivem lá.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor nunca se encontrou com Carlos Cachoeira lá?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nunca.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª visitou familiares de Carlos Cachoeira durante o período de convalescença? O senhor teria visitado, em alguma oportunidade, a mãe do Sr. Carlos Cachoeira em Anápolis?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em nenhum momento?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Que eu me lembre, não. Não haveria motivo para isso, eu não tinha ligação com ele.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Como Governador de Estado, o senhor foi autor da Lei Estadual nº 13639, de 2000 – V. Exª já se referiu a ela aqui –, que regulamentou os jogos caça-níqueis no Estado de Goiás. V. Exª confirma isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Confirmo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quando da edição da lei em Goiânia, já estava pacificada, na jurisprudência e na doutrina, a impossibilidade de governos estaduais editarem leis sobre o tema. Mesmo assim, V. Exª sancionou a referida lei. Coube ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade da lei sancionada por V. Exª. Por que a insistência em aprovar uma lei dessa natureza no Estado de Goiás? Quais são os argumentos de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, em 1999, não tendo a terceirização da exploração dos serviços lotéricos conseguido resolver os graves problemas administrativos e financeiros da LEG, o Governo do Estado resolveu extinguir autarquia e criou uma superintendência de loterias, ligada à Sefaz. No ano 2000, o Estado de Goiás editou a Lei nº 13639, de julho de 2000, que reformulou todo o negócio de loterias no Estado. Em 18 de setembro de 2000, foi editado o Decreto nº 5282, que regulamentou todos os procedimentos para a exploração do negócio de loterias: bilhete legal, raspadinha, prognósticos, entre outros. Seguiram-se várias instruções normativas, editadas pela Sefaz, versando sobre procedimento de fiscalização dos serviços lotéricos: autoinfração, selo de segurança, apreensão de equipamentos e documentos.

À Lei Estadual nº 13639 foi proposta uma Adin, que foi julgada procedente em 2007, pondo fim à LEG. Mas antes disso, Sr. Relator, o Estado de Goiás entrou como litisconsorte numa ação do Ministério Público. À época, como a Gerplan administrava a loteria do Estado desde 95, e, em 98, havia sido prorrogada por mais 12 anos – portanto, até o ano 2010 – a vigência do contrato, o Governo achou por bem, além de manter o contrato que estava em vigência, regulamentar a exploração dos jogos pela loteria.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Sr. Carlos Cachoeira, em nenhum momento, pediu a V. Exª a aprovação dessa lei, dessa regulamentação?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, eu nem o conhecia. Ele começou em 1995, no outro governo, nunca me pediu nada relativamente a jogos nem à Gerplan nem a ninguém. Eu o conheci, naquela época, como empresário. Ouvi falar dele como empresário. Conhecia-o de nome, como empresário que explorava a loteria do Estado de Goiás. Nunca me foi feito qualquer pedido. Nunca me foi levado qualquer apelo da parte dele.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ao prestar depoimento ao Conselho de Ética, o Senador Demóstenes Torres disse que conheceu o Sr. Carlos Cachoeira durante a gestão de V. Exª no Governo de Goiás. Naquela época, o hoje Senador Demóstenes Torres era Secretário de Segurança Pública. Essa relação entre eles era de conhecimento de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não era de conhecimento meu. E só fiquei sabendo muito depois que havia uma relação de amizade entre os dois. O Dr. Demóstenes Torres era Procurador-Geral de Justiça no Estado. Durante duas gestões, ele foi eleito Procurador-Geral de Justiça. Eu convidei o Senador Demóstenes para ser Secretário de Segurança Pública sem sequer saber se ele havia votado em mim nas eleições para o Governo de Goiás. Convidei-o, porque ele representava uma instituição séria e eu gostaria muito que alguém do Ministério Público pudesse me ajudar na área da segurança pública.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disse que muito depois ficou sabendo da relação entre eles. Quando? V. Exª pode precisar?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Isso muito tempo depois – não sei precisar –, mas também não sabia que havia intimidade entre os dois.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Na condição de Governador – V. Exª já tocou nesse assunto aqui –, tendo como seu então Secretário de Segurança o Sr. Demóstenes Torres, V. Exª teve notícia do êxito da Polícia de Goiás na repressão à máfia espanhola, por volta do ano de 2000, que explorava caça-níqueis. V. Exª tem algo a acrescentar sobre isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não. O que foi dito pela imprensa foi o que aconteceu. E as providências que deveriam ser tomadas certamente o foram por ele, que era o Secretário, e pela Procuradoria-Geral do Estado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E, naquela época, quem operava o jogo em Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – A Gerplan, parece-me. Era legal o jogo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. MARCONI PERILLO** – O jogo foi legalizado pelo Governo do Estado em 1996, prorrogado um ano depois por cinco anos e prorrogado depois, em 98, por mais 12 anos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quando V. Exª cita a medida provisória e, depois, a Adin, o seu deferimento, quais as medidas que o seu Governo tomou no sentido de coibir a exploração de caça-níqueis no Estado?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, a medida provisória é de 2007. Não é isso? Eu já não era mais Governador, mas, as providências que eu tomei...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Exato.

**O SR. MARCONI PERILLO** – ...que o Governo tomou foi agir como litisconsorte numa ação do Ministério Público.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª citou aqui operações da Polícia Civil do Estado que apreenderam caça-níqueis.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Agora. Eu estou dizendo agora...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Isso no ano de 2011? A pergunta é essa.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Estou dizendo 2011, 2012. Estão aqui os dados, Relator, se o senhor precisar.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em relação ao jogo do bicho, houve alguma operação de Goiás para repressão dessa modalidade de jogo nos dois Governos de V. Exª e neste ano e alguns meses?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, a determinação minha sempre foi combater a contravenção. No início, como já disse, a atividade de exploração de caça-níqueis era legal. Havia um contrato entre o Governo do Estado e o Sr. Carlos Cachoeira, através da empresa Gerplan. E a determinação minha ao Secretário de Segurança Pública e dele ao seu subordinado sempre foi combater a ilegalidade.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Declarações de V. Exª à imprensa negam a existência de influência de Carlos Cachoeira no seu Governo. V. Exª acabou de repetir aqui. Todavia, a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, prendeu, além dos policiais a que V. Exª já fez referência, por exemplo, 14 pessoas ligadas à alta cúpula da polícia, sendo nove policiais civis e cinco militares. Entre os envolvidos diretamente estão o Corregedor-Geral de Segurança Pública Aredes Correia; o ex-Comandante da PM na região metropolitana, Carlos Antônio Elias; o Tenente-Coronel Deovandir Frazão de Morais e o Chefe do Comando da Polícia Militar da capital Massatoshi Sérgio.

a investigação da Polícia Federal e as prisões nos levam a concluir que Carlos Cachoeira exercia forte influência sobre a cúpula da Secretaria de Segurança Pública de Goiás. V. Exª tinha conhecimento dessa influência? O que V. Exª pode nos dizer sobre isso, especificamente?

**O SR. MARCONI PERILLO** – É claro que não tinha. Deputado Odair, no meu preâmbulo eu dei uma informação contundente. A Polícia Militar conta com 12 mil policiais militares ativos. A Polícia Civil, 3 mil policiais civis ativos. Desses, 34 policiais, 28 da Polícia Militar e 6 da Polícia Civil, foram envolvidos nessa operação, alguns presos.

No mesmo dia da operação, todos perderam os cargos de comando, todos tiveram suas armas apreendidas, todos tiveram suas carteiras funcionais recolhidas e todos estão sendo processados, estão participando de um inquérito policial... um inquérito administrativo, para apurar a real participação deles nesses esquemas.

Agora, o senhor há de convir que, infelizmente, um aparelho de Estado, um aparelho de governo, em Goiás e outros cantos do Brasil, infelizmente, com apurações como essas, estão sujeitos a esse tipo de cooptação. Isso não significa que a cúpula da polícia estivesse envolvida, mas significa, se isso for comprovado na Justiça, que alguns policiais foram cooptados – e serão punidos por isso.

É importante registrar também que esses policiais em função de comando, no caso, o comandante metropolitano, foi escolhido por escolha pessoal do Comandante da Polícia. Eu descentralizei as escolhas nesses órgãos, principalmente nessas áreas de comando da Polícia Militar.

O Delegado Corregedor Aredes também foi uma escolha pessoal do delegado. No dia em que houve a operação, todos eles foram imediatamente afastados. Agora, isso não significa dizer que o alto comando, a alta cúpula da polícia estivesse envolvida nessa operação. Seria injusto com a Polícia Militar de Goiás, com a Polícia Civil de Goiás fazer essa operação por conta de alguns poucos policiais que se envolveram com esse esquema.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Notícias veiculadas pela imprensa, especialmente pelo jornal *O Popular*, revelam que em pouco mais de um ano a Secretaria de Segurança Pública mudou de comando das polícias três vezes. A pergunta é se V. Exª confirma isso e, se confirma, o que motivou as mudanças?

**O SR. MARCONI PERILLO** – A primeira e única mudança que houve foi no final do ano passado. Eu resolvi exonerar o Comandante da Polícia Militar, o Comandante da Polícia... o Chefe da Polícia Civil e o Diretor da Agência Prisional. Desloquei para a Agência Prisional o Diretor da Polícia Civil porque ele já tinha experiência na área de execução penal. Exonerei o Comandante da PM, que continuou em outra função de comando na secretaria, mas fiz isso tudo porque achava que as ações dos nossos comandos não estavam de acordo com a minha expectativa no que diz respeito à redução nos índices de criminalidade. Isso foi dito, à época, para toda a sociedade, por meio dos veículos de imprensa. Essa mudança foi feita nessa época com este único objetivo: reduzir a criminalidade e melhorar os indicadores em relação à proteção ao cidadão.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Deputado Major Araújo chegou a denunciar que a Polícia Militar de Goiânia estava proibida de fiscalizar casas de jogos ilegais de Carlos Cachoeira. A denúncia teria resultado, inclusive, no afastamento do Comando da Academia de Polícia Militar. Quais outras providências foram tomadas por V. Exª após essa denúncia?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O Major Araújo, que é Deputado Estadual, não fez só essa denúncia, Deputado Odair. Ele denunciou também que, no governo anterior ao meu, uma promoção de oficial, uma promoção para coronel custava R$100 mil. Um fato gravíssimo! Isso foi moralizado.

O governo anterior, segundo o Deputado Major Araújo – isso foi amplamente divulgado na imprensa de Goiás, cobrava, segundo o Major Araújo, R$100 mil para uma promoção. Isso é uma vergonha!

Agora, em relação ao fato...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª afastou...

**O SR. MARCONI PERILLO** –...de ele ter dito que não havia operação em relação à apreensão de caça-níqueis, isso fica desmentido pelos próprios números que acabo de passar a V. Exª. Como não havia operação policial, na Polícia Civil ou Militar, se mais de 2.700 máquinas de caça-níqueis foram apreendidas nesse período do meu Governo? Mais de 800 TCOs?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ainda nessa linha, em diálogo interceptado pela Polícia Federal, em 3 de março de 2011, o Sr. Carlos Cachoeira solicitou ao Senador Demóstenes Torres que procurasse V. Exª para tratar da transferência de presos que participaram de grupos de extermínio, que, à época, estavam encarcerados em Campo Grande. Indago: Este encontro chegou a acontecer? V. Exª tratou desse tema com o Procurador-Geral do Estado, Dr. Ronaldo Bicca? E os presos, efetivamente, conseguiram a transferência.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Isso é uma brincadeira de mau gosto! Isso é um absurdo! A polícia do meu Estado colaborou com o Ministério Público estadual, que, aliás, fez um excelente trabalho através da Operação Sexto Mandamento, Operação Não Matarás. Nós tínhamos um grupo de extermínio que se fortaleceu demais em Goiás, no governo anterior, inclusive com promoções de oficiais. Talvez corroborando com a tese do Major Araújo de que uma promoção valesse R$100 mil reais, a Polícia do Estado, o Secretário de Segurança Pública, a Polícia Civil e a Militar, colaboraram em tudo, porque a Polícia Militar e a Polícia Civil e o Ministério Público solicitaram ao governo para fazer as apreensões e para cumprir as ordens de prisões efetuadas pela Polícia Federal.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eles não chegaram a dialogar com V. Exª no sentido de promover a transferência desses presos para Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Claro que não! Jamais teria uma coragem de fazer esse tipo de coisa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro eu não sei, Governador.

**O SR. MARCONI PERILLO** – O senhor desculpa, desculpa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eu estou perguntando a V. Exª.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desculpa, desculpa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eu acho que V. Exª precisa responder.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu estou respondendo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E as informações que nós temos são informações da Polícia Federal. Eu preciso perguntar a V. Exª.

**O SR. MARCONI PERILLO** – V. Exª me desculpe. Eu quero responder todas as perguntas, colaborar com esta Comissão. Apenas gostaria de dizer que um governo que colabora com uma ação policial jamais poderia fazer algo em contrário. E eu queria repetir uma coisa, Sr. Relator. Eu já disse no início: muitas das citações feitas ao meu nome foram me xingando e as outras foram declarações irresponsáveis. Se aconteceu esse tipo de diálogo, eu gostaria de classificá-lo como irresponsável.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Sr. Edivaldo Cardoso chegou à Presidência do Detran, V. Exª falou aqui, como indicação do PTB. Por que ele foi afastado?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele não foi indicado pelo PTB, foi pelo PTdoB. Aliás, foi uma indicação minha. Como eu já disse aqui e quero repetir, eu tinha conseguido, naquela época, apenas o apoio do PTB e do PPS, além do PSDB, meu Partido. Havia um trabalho muito forte para me isolar no Estado, trabalho fortíssimo, para que eu não tivesse tempo de televisão. E eu procurei o Dr. Edivaldo, ele foi além do meu Partido, o terceiro a declarar apoio a minha candidatura, e isso para mim era fundamental para trazer outros partidos a minha base. Portanto, por essa razão, eu fiz a indicação dele como presidente de partido.

Quando surgiram os diálogos, depois da Operação Monte Carlo, envolvendo o nome dele, ele próprio me procurou e pediu para sair do Governo, para evitar quaisquer constrangimentos em relação à presença dele no Governo.

É importante, Deputado Odair, dizer uma coisa. Eu dialoguei várias vezes com o Dr. Edivaldo na condição de Presidente do Detran. Primeiro, para instituir o Vapt Vupt no Detran, um programa que modernizou o atendimento ao público usuário do Detran. Discutimos, várias vezes, a instituição do plano de cargos e salários. Discutimos a descentralização do Detran e a construção de sedes novas para o interior. Discutimos, também, a participação do Detran na composição do fundo de transportes do Governo do Estado. Tivemos várias audiências administrativas e, como já disse aqui anteriormente, apenas uma vez o Sr. Edivaldo Cardoso falou comigo sobre o Sr. Carlos Cachoeira. Foi quando ele disse que havia me convidado para um jantar na casa dele e que havia convidado também o empresário Carlos Ramos, o Cachoeira.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Diálogos interceptados pela Polícia Federal revelam que o Sr. Edivaldo Cardoso teria chegado ao cargo de Presidente do Detran por influência do Sr. Carlos Cachoeira. V. Exª afirma aqui que ele é filiado ao PTdoB.

**O SR. MARCONI PERILLO** – PTdoB.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Foi indicado por esse Partido?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu indiquei... Ele era Presidente do PTdoB, foi fundamental para a minha eleição e eu achei que era justo colocá-lo no Governo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Diálogos ainda da Polícia Federal dão conta de que o Sr. Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Demóstenes Torres discutem a demissão de Edivaldo Cardoso, caso outro pleito do grupo não fosse atendido. V. Exª poderia nos confirmar se Edivaldo Cardoso estaria na quota de nomeação do Sr. Carlos Cachoeira, conforme alega a Polícia Federal?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Tanto esse diálogo é inverídico que o Sr. Edivaldo continuou no Governo. Ele gozava da minha confiança e devia satisfação apenas a mim como Governador. E como gestor do Detran, ele estava realizando um trabalho à altura do que eu havia imaginado, principalmente no sentido da modernização do Detran.

Não teve nem indicação do Senador Demóstenes, nem indicação do Sr. Carlos Cachoeira. Aliás, o Sr. Carlos Cachoeira, repito, nunca me pediu nada no Governo. O Senador Demóstenes tinha uma relação com o Edivaldo Cardoso. Aliás, o Edivaldo Cardoso também apoiou a candidatura dele como apoiou a minha candidatura.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E o Secretário de Segurança? O Sr. João Furtado Neto? Foi indicado por quem a V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O Secretário João Furtado é Procurador do Estado, concursado, Procurador de carreira, uma das pessoas mais qualificadas da Procuradoria-Geral do Estado. Foi meu Procurador durante muitos anos. É um homem preparado, um homem íntegro, e até onde posso conhecê-lo, nada o desabona. E ele foi também uma indicação pessoal minha. Não houve indicação de quem quer que fosse.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG)– O Detran de Goiás tem contrato com a empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança, sediada no Rio de Janeiro. V. Exª sabe dizer quando foi firmado esse contrato e qual o seu valor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Infelizmente não tenho como saber de todos os detalhes relativos a todos os contratos da administração do Estado. Não posso responder, porque não tenho essa informação.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Porque temos a informação que essa empresa Valid Soluções tinha como representante em Goiás uma outra empresa, a Prime Brasil Tecnologia, de propriedade de Edivaldo Cardoso, homem de confiança, segundo inquérito da Polícia Federal, do Sr. Carlos Cachoeira. V. Exª tinha conhecimento desse fato?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Depois da operação, o Sr. Edivaldo Cardoso foi instado em reportagens de jornais a falar sobre esse assunto e ele deu a sua versão. Ele virá à Comissão e os Senhores certamente terão a oportunidade de esclarecer esse assunto com ele.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª teve notícia de denúncias contra o Sr. Edivaldo em algum momento?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não. Só agora é que ouvi gravações citando o nome dele nessa operação.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E nem em relação a essa empresa Prime Brasil Tecnologia?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Jamais. Se tivesse tido qualquer informação nesse sentido, ele não teria ido para o Governo, apesar do que ele fez na minha campanha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E depois que ele foi para o Governo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Também não fiquei sabendo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG)– Porque em denúncia protocolada no gabinete do governador, em 25 de abril de 2011, portanto um ano antes da Operação Monte Carlo, dirigida diretamente ao governador, um servidor do Detran informa – está aqui o protocolo, de 25 de abril, assinado pela Srª Patrícia, Protocolo nº X – e é bom dizer que a denúncia não é assinada...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Apócrifa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Contudo foi protocolado. Vou ler os termos da denúncia...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ela é apócrifa e eu queria responder dizendo que ela foi encaminhada à Controladoria-Geral do Estado para apuração.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A pergunta é a seguinte: “O grupo do Sr. Carlos Cachoeira está armando um sistema para ganhar de forma direcionada, fraudulenta, todos os serviços atualmente credenciados pelo Detran. Tudo isso através do seu indicado Presidente Dr. Edivaldo Cardoso. Portanto, Sr. Governador, tome as devidas providências antes que tudo isso venha à tona e coloque o seu Governo em toda a mídia nacional, pois o grupo do Sr. Carlos Cachoeira é um prato cheio para enlamear qualquer governo”.

A denúncia é de 24 de abril de 2011. A pergunta é exatamente esta: quando essa denúncia chegou ao gabinete de V. Exª, que providências V. Exª tomou?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, eu queria apenas lembrar uma coisa... o Dr. Kakay me lembra aqui que esse contrato, referido por V. Exª, anteriormente foi registrado e firmado no governo anterior ao meu. Isso não se deu no meu governo. Segundo, todas as denúncias que chegam ao meu gabinete anônimas, apócrifas ou não, são imediatamente encaminhadas à Controladoria-Geral do Estado para apurar e tomar as medidas necessárias.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª não tem notícia do retorno dessa apuração?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Posso imediatamente hoje, após a reunião, pedir a Controladoria e encaminhar a V. Exª. Queria também informar a V. Exª que a minha assessoria recebeu aqui uma ligação do meu irmão, informando que nunca usou aquele avião referido por V. Exª.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Importante saber. De acordo com a denúncia, o contrato da Valid com o Detran foi fechado três meses após a posse de Edivaldo Cardoso na presidência do órgão.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Qual órgão?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Detran, no valor de R$15,3 milhões. O valor real para a prestação de serviço, porém, seria de R$5 milhões. V. Exª já informou aqui que vai pedir à Controladoria-Geral do Estado para nos dar informações sobre esse contrato.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Todas as informações que o senhor necessitar.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Por esse contrato, a Valid teria, como tarefa principal, de confeccionar as Carteiras de Habilitação, as CNHs. E essa empresa era representada pela Prime Brasil Tecnologia, controlada por Edivaldo Cardoso. V. Exª já afirmou aqui, mas indago novamente: V. Exª tinha conhecimento que o Sr. Edivaldo Cardoso contratou a própria empresa para fornecer as CNHs?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tinha essa informação, passarei a V. Exª todas as informações advindas do Detran e da Controladoria-Geral do Estado. Repito, vindo aqui, o Sr. Edivaldo, com tranquilidade, ele terá oportunidade de fazer o esclarecimento necessário.

Agora queria adiantar a V. Exª uma coisa: quando cheguei ao governo havia sido iniciado um processo para a licitação de inspeção veicular no Detran e eu, imediatamente, pedi para cancelar e não levar adiante esse processo de licitação. Mais do que isso, apesar de um grande movimento e de uma grande forçação de barra por parte do Denatran, nós vamos fazer esses serviços no Detran.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª fez referência a um jantar que os autos da Polícia Federal e as intercepções telefônicas mostram, um jantar havido entre V. Exª, o Sr. Edivaldo, o Sr. Carlos Cachoeira e o Senador Demóstenes. V. Exª confirma esse jantar?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Confirmo. Eu já disse aqui no preâmbulo do meu pronunciamento.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Foi apenas um jantar?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Havia outras pessoas. Não eram só essas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Foi apenas um jantar?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Um jantar na residência do Sr. Edivaldo e outro jantar, na residência do Senador Demóstenes.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª conhece o Sr. Wladimir Garcez desde quando? Quais as relações que V. Exª mantinha com ele?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Há mais de vinte anos. O Sr. Wladimir Garcez, como já disse aqui, foi uma figura relacionada com todos os políticos. Ele começou a militância dele no PMDB. Nós todos somos egressos do PMDB. E lá ele militou com todo mundo que hoje faz política em Goiás hoje, quem está no PMDB ou quem está fora do PMDB, como é o meu caso, o da Senadora Lúcia Vânia e de outros.

Os primeiros contatos com o Sr. Wladimir Garcez se deram no Governo Henrique Santillo, os meus. Depois, ele foi indicado pelo PSDB, ele era um militante do PSDB, para ocupar a Superintendência da LBA no Estado de Goiás, no Governo Itamar Franco. Várias pessoas colaboraram para que ele fosse indicado para ocupar aquele cargo. Depois disso, ele trabalhou com várias pessoas, ajudou em várias campanhas: nas minhas campanhas, na campanha da Senadora Lúcia Vânia, na campanha do Dr. Henrique Meirelles como coordenador da campanha dele. Atuou como vereador, Presidente da Câmara, sempre apoiando as nossas eleições. Portanto, nós temos uma relação muito antiga, uma relação política, e uma relação próxima porque ele sempre foi uma figura influente na política do PSDB, principalmente em Goiânia.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Durante a campanha eleitoral de 2010, agora, V. Exª manteve contato com o Sr. Carlos Augusto Ramos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Tive alguns poucos contatos, principalmente em eventos sociais.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Depois de eleito, com qual frequência V. Exª recebia o Sr. Wladimir Garcez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, como eu já disse aqui, eu recebi um governo arrebentado, um governo com problemas estruturais terríveis, com 5 mil quilômetros de rodovias completamente destruídas, as finanças em frangalhos, cinco das seis metas do ajuste fiscal sem serem cumpridas... O Estado estava inadimplente, multado pelo Tesouro Nacional, com uma folha de pagamentos em atraso, e as finanças completamente desequilibradas. Havia uma previsão de déficit acumulado, ao final de 2011, de R$2,7 bilhões.

Ao final, nós conseguimos cumprir todas as metas do ajuste fiscal em 2011, reduzimos um déficit de 2,7 bilhões previstos para 10 milhões de superávit; equilibramos, em parceria com o Ministro Lobão, a Presidente Dilma e a Eletrobras, a Celg, fizemos um acordo histórico; pagamos 450 milhões de dívida do Ipasgo, referente ao ano de 2010, e começamos um programa de reconstrução das rodovias.

Isso me tomou muito tempo, Deputado. É claro que mantive algumas relações com ele, num primeiro momento, para tratar do assunto da casa, já referido aqui. Depois, algumas ligações telefônicas, algumas delas pedindo, inclusive, apoio para que sua irmã, que era suplente de vereadora, pudesse ascender à Câmara de Goiânia.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª não mantinha encontros mensais com o Sr. Wladimir Garcez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Como?! Essas coisas não são assim. Como vou manter um encontro mensal com alguém? Nem com meus secretários é possível isso. Tive alguns encontros, como eu diria, esporádicos com ele. Agora, eu nunca deixei de admitir que ele era amigo, que era companheiro de partido.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Agora, nesses encontros esporádicos, quais assuntos o Sr. Wladimir Garcez tratava com o senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Fundamentalmente, no início, o assunto da casa. Foram pouquíssimos encontros, ele falou mais com a minha assessoria. Depois, os outros encontros quase todos relacionados – e foram poucos também – à ascensão da irmã dele na Câmara de Goiânia.

Finalmente, ele fez um acordo com o Prefeito Paulo Garcia, Prefeito de Goiânia, e, por meio desse acordo, um vereador assumiu uma secretaria na Prefeitura de Goiânia e, finalmente, a irmã do Sr. Wladimir tornou-se vereadora.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Carlos Cachoeira tinha como assessor político o ex-Vereador do PSDB Wladimir Garcez.

Garcez, segundo os autos do inquérito da Polícia Federal, Monte Carlo, era a pessoa encarregada de encaminhar os pleitos de Cachoeira junto ao Governo de V. Exª.

O que V. Exª tem a dizer sobre essa afirmação da Polícia Federal?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Em primeiro lugar, ele nunca levou pleito algum do Sr. Cachoeira até a minha pessoa. O que eu sei é que ele levou a alguns órgãos do Governo pleitos da empresa Delta Engenharia. Ele afirmou aqui que era funcionário da Delta...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E do Sr. Carlos Cachoeira.

**O SR. MARCONI PERILLO** – ...recebia um valor... Eu vou completar. Ele recebia um valor da empresa Delta Construções, na Região Centro-Oeste, e outro valor menor do Sr. Carlos Cachoeira. A mim, ele nunca levou nenhum pleito da Delta e nenhum pleito do Sr. Carlos Cachoeira. Agora, segundo os meus auxiliares, principalmente o Presidente da Agência de Obras, e outros, ele levou várias vezes pleitos da Construtora Delta.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E de nomeações?

**O SR. MARCONI PERILLO** – De nomeações ele fez alguns pedidos para ele, na condição de político e de ex-vereador, ele Wladimir.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª atendeu?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Alguns foram... Geralmente, Deputado Odair, as pessoas que apóiam a gente numa campanha levam 50 pedidos, às vezes têm um, dois, três. Isso é comum, quem já foi governador sabe como é que essas coisas funcionam. Às vezes a pessoa leva cem pedidos, e você atende a um. Eu não me lembro quantos, só sei que ele levou vários pedidos, alguns pedidos de familiares dele, outros de cabos eleitorais dele, nós atendemos a poucas pessoas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) –E o Senador Demóstenes Torres sugeriu nomes para V. Exª nomear no Governo,...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sugeriu vários nomes...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) –...na mesma esteira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sugeriu vários nomes que trabalham no Governo do Estado. Apenas sugeriu um nome para o primeiro escalão, que foi o nome do atual Secretário de Infraestrutura, Dr. Wilder Pedro, que é o primeiro suplente de Senador dele. Afora isto, ele sugeriu outros nomes de pessoas qualificadas, que estão em vários órgãos da administração do Estado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E em relação ao Sr. Carlos Cachoeira, ele levou algum pleito do Sr. Carlos Cachoeira para o senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nunca. O Senador Demóstenes nunca tratou comigo de qualquer pleito relacionado ao Sr. Cachoeira.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) –A Polícia Federal nunca tratou com o senhor nenhum pleito?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Salvo o assunto da indústria de medicamentos, que era uma coisa legítima.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) –No jantar havido na casa dele?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Na casa do Senador Demóstenes, nós tratamos, repito aqui, exclusivamente – além, é claro, de falar de culinária, de falar de comida, gastronomia –, nós tratamos exclusivamente sobre a possível candidatura do Senador Demóstenes à Prefeitura de Goiânia.

Eu particularmente achava, naquela época – não só eu, mas todos os políticos ligados a mim –, que o Senador Demóstenes era o melhor nome que tínhamos para disputar a Prefeitura de Goiânia...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E tratou, nesse assunto também...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Embora o Deputado João Campos quisesse, outros também quisessem, como o Armando Virgílio, mas o nome era o nome dele.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Tratou também dos assuntos da Vitapan?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Assuntos da Vitapan eu tratei *en passant* na casa do Sr. Edivaldo*.* Nesse dia, lá na casa do Demóstenes, eu não me lembro disso, porque o assunto foi estritamente em relação à possível candidatura dele. E eu estava insistindo muito para que ele fosse candidato.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A Polícia Federal afirma que Carlos Cachoeira tinha relações diretas e estreitas com a pessoa que era sua Chefe de Gabinete, Srª Eliane Gonçalves Pinheiro. V. Exª tinha conhecimento das relações da Srª Eliane com o Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Relator, eu já disse aqui, no preâmbulo, e vou repetir. A nossa ex-Chefe de Gabinete Eliane Pinheiro foi uma indicação do ex-Deputado Fernando Cunha. Ela trabalha no Governo há vinte anos, desde antes da minha entrada ao Governo, em 1999. Ela já trabalhava no Governo, salvo melhor juízo, com a Deputada Lídia Quinan. Depois ela continuou com o ex-Deputado e ex-Secretário Fernando Cunha.

Nesta última campanha, ela trabalhava como Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo, no governo anterior. E, durante os últimos dois anos antes da eleição, ela passou a viajar o Estado inteiro, fazendo precursão das minhas visitas, conversando com as lideranças, com o propósito de me ajudar a aglutinar e organizar as recepções.

Eu a convidei pessoalmente para usar essa função devido ao trabalho que ela realizou. Ela nunca, em momento algum, disse a mim ter qualquer tipo de relação com o Cachoeira. Depois de deflagrada a operação e de o nome dela ter sido citado nas gravações, foi que ela me disse que tinha amizade com a família dele por conta do ex-Deputado Fernando Cunha.

Eu já disse aqui: um filho do ex-Deputado Fernando Cunha era casado com a irmã do Carlos Cachoeira. Foi o que ela me disse. Ela me disse que nunca se envolveu em qualquer atitude ilícita ou em qualquer atitude para beneficiar o Grupo Cachoeira. E ela, logo depois, também, pediu para sair, para evitar aborrecimentos e constrangimentos ao Governo, pelo fato de o nome dela ter sido citado numa gravação ou em algumas gravações.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas a que o senhor atribui o fato de ela ter um telefone Nextel habilitado em Miami?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não tenho a menor informação. Esses chamados radinhos eram distribuídos para muitas pessoas lá em Goiás. Eu não tenho informação de quem recebeu...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A sua Chefe de Gabinete tinha e o senhor não sabia?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu nunca fui informado disso, nem sei se ela tem ou se teve. Isto é a Polícia Federal que está dizendo. Ela nunca me disse que teve esse tal de radinho.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) –Tem um número específico aqui, inclusive.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, ela é quem tem que dizer sobre isso. E tem que dizer isso à Justiça. Caso ela venha aqui, dirá aqui.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) –Além desses fatos – a relação dela com o Sr. Carlos Cachoeira –, a Operação Monte Carlo da Polícia Federal revela que Eliane Gonçalves Pinheiro teria obtido de Carlos Cachoeira informações sobre uma ação de busca e apreensão na casa do Prefeito e na Prefeitura de Águas Lindas de Goiás, promovida nos autos da Operação Apate. Ainda segundo a Polícia Federal, ela teria repassado informação privilegiada ao Prefeito Geraldo Messias, o que teria inviabilizado a operação policial. O contato entre ela e Carlos Cachoeira teria sido feito por torpedos, em 02 de maio de 2011, às 20h16. Claro que, se ela era Chefe de Gabinete de V. Exª, uma pessoa que trabalhava no governo de Goiás há tantos anos, indicados do Sr. Fernando Cunha, indago se V. Exª se sente traído por ela?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que só tomei conhecimento desse telefonema após a deflagração da operação e, principalmente, após a divulgação das transcrições. Ela nunca havia me dito isso. Eu nem imaginava que isso pudesse ter ocorrido. Agora, eu queria dizer a V. Exª que, geralmente, quando se faz uma operação no Governo do Estado, as autoridades policiais são avisadas e colaboram, e a obrigação do Governador, quando sabe de qualquer operação de qualquer polícia, é colaborar e manter absoluto sigilo, porque isso é segredo de Estado.

A Srª Eliane Pinheiro não era a única Chefe de Gabinete. Eu já disse aqui que tinha várias chefias de gabinete, em várias áreas. Quando ela pediu para sair, ela disse: “Eu gostaria de sair exatamente porque essas gravações podem trazer algum tipo de constrangimento ao senhor e eu não quero fazê-lo se constranger em função de atitudes que tomei isoladamente”.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Chefe da Procuradoria do Estado de Goiás, Ronald Bicca, seria mais uma pessoa que atenderia aos interesses de Carlos Cachoeira no Governo de V. Exª.

O senhor confiava nele?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O Dr. Ronald Bicca foi Presidente Nacional da Associação de Procuradores de Estado, durante muitos anos. É um Procurador respeitadíssimo nas Procuradorias de todo o Brasil, com trânsito livre, inclusive, junto a vários ministros de superiores tribunais. Um Procurador qualificadíssimo, que colaborou muito com o meu Governo no período em que ele ficou à frente da Procuradoria. Ele me disse, desde o início, quando o nome dele foi citado em gravações, que, apesar de o nome dele ter sido citado, ele jamais proveu ou atendeu a qualquer pleito que tenham sugerido nessas ligações. Ele disse: “Como é que eu posso ter sido solicitado em relação a esse assunto se nenhum dos fatos, que estão aqui nas gravações, foi levado a termo?” Pelo contrário, a Procuradoria, segundo ele, teria dado pareceres contrários.

Eu tenho muita confiança no Dr. Ronald Bicca. Vindo aqui, ele terá oportunidade de esclarecer esses fatos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Entre os diversos pleitos encaminhados por Ronald Bicca, a pedido de Cachoeira, a Polícia Federal afirma – é o caso que V. Exª, de alguma maneira, tocou – que ele teria agido como “advogado” de Cachoeira para incluir a empresa Coral no fornecimento de refeições para os presos de Goiás e substituí-la pela empresa Cial Alimentos, controladas por Cachoeira. Segundo as informações que nós temos, o negócio somente não se concretizou por decisão da Justiça, com parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado.

V. Exª tinha conhecimento desse fato?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não tinha conhecimento e todas as decisões do Procurador-Geral, Dr. Ronald Bicca, sempre foram muito sérias, muito sensatas, equilibradas e amparadas no estrito cumprimento do dever legal dele. Afinal de contas, um Procurador-Geral do Estado é o representante legal do Governador. Ele sabia, como Procurador experiente que é, que jamais poderia atender ou fazer qualquer advocacia administrativa para quem quer que fosse.

Eu não tenho elementos que possam questionar a sua conduta moral.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª, nos autos também do inquérito da Polícia Federal, pode nos dizer por que o Sr. Alexandre Baldy, no Governo de V. Exª, era tido como menino de ouro de Carlos Cachoeira.

V. Exª sabe nos informar por quê? Uma pista.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não sei se ele é considerado pelo Carlos Cachoeira como menino de ouro, mas por muitos de nós é. É um jovem talentoso, extremamente competente, bem relacionado. Ele é um empresário bem-sucedido, que está me ajudando a garantir sucesso na atração de novos investimentos no Brasil.

Ele se dá, por exemplo, Sr. Deputado Relator, muito bem com toda a equipe do MDIC. Recentemente, aliás, cerca de um ano atrás, ele acompanhou o Ministro Fernando Pimentel a uma missão à China, precursora à missão da Presidente Dilma. E já foi convidado várias vezes para integrar várias outras missões do MDIC, representando o Brasil.

Ele é uma pessoa extremamente articulada. É uma pessoa que tem um relacionamento internacional, inclusive, muito expressivo. Ele, por exemplo, tem contado com a colaboração do nosso piloto Felipe Massa em muitos dos nossos eventos, porque ele se relaciona com ele e com muitas outras personalidades do Brasil e do mundo. Isso tem facilitado a abertura de portas para atração de novos investimentos.

Foi ele quem conduziu a nossa articulação no sentido de atrair, no ano passado, R$10 bilhões de investimentos novos para o Estado.

Agora, eu queria dizer a V. Exª que a relação dele com o Sr. Carlos Cachoeira também é uma relação de parentesco. Em Anápolis, a família do Sr. Carlos Cachoeira conta com 11 irmãos, todos eles casados com as melhores famílias da cidade, os filhos, os netos. Eles têm uma relação muito extensa com a cidade de Anápolis. E uma cunhada, concunhada do Sr. Baldy é sobrinha do Sr. Carlos Cachoeira. Certamente, eles devem ter alguma relação por conta do parentesco.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A investigação da Polícia Federal revela que Alexandre Baldy receberia um complemento mensal de salário de R$15 mil, pago por Cachoeira.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Para quem?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Pelo Cachoeira.

**O SR. MARCONI PERILLO** – A quem?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ao Sr. Baldy.

V. Exª tem algo a dizer sobre isso, já que ele era seu secretário?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, eu não queria subestimar aqui a riqueza ou a importância do Sr. Carlos Cachoeira, mas eu imagino que o patrimônio do Alexandre Baldy, da família dele, deve ser pelo menos umas 20, 30 vezes superior ao patrimônio do Sr. Carlos Cachoeira. Ou mais, ou mais.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Contudo, Governador, as informações vêm dos inquéritos da Polícia Federal.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu duvido, Sr. Odair, eu duvido, Relator, que o Sr. Alexandre Baldy, rico como é, rico como é, bem-sucedido como é, aceitaria propina de quem quer que fosse. Duvido. Desculpe-me, mas essa afirmação da Polícia Federal é completamente equivocada.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quantos contratos no Estado de Goiás a Delta manteve ou mantém no Governo de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu fiz a leitura aqui no início, expliquei tudo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Falou em percentual.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Mas eu vou recorrer aqui, porque... Repito aqui: a Delta tem 4% de todos os contratos da agência de obras e transportes. Entre 2008 e 2012, a Delta participou de 140 processos licitatórios. Conseguiu 19 contratos, sete no meu Governo, disputando licitações duríssimas. Numa, 21,7%, 21,5% de deságio; na outra, 9%, no Rodovida Urbana.

Uma licitação vencida pela Delta, no final do ano passado, para prestar serviços de aluguel de carros, caminhões, junto à companhia de saneamento, nós conseguimos fazer um destrato amigável, e esse contrato não vigerá. No governo anterior, a Delta conseguiu R$64,423 milhões de contratos. No nosso Governo, R$51,498 milhões. Ou seja, 4%. Repito: 4%. Cinquenta e um milhões de reais no Governo Estadual, contra R$300 milhões já pagos, e eu tenho aqui todos os documentos do Tribunal de Contas dos Municípios, a prefeituras do interior de Goiás.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quanto o senhor pagou à Delta nesse ano de 2011? O senhor tem aí?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Posso ver e aviso daqui a pouquinho. Mas deve ter sido pouco.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Sr. Wladimir Garcez conversou com o senhor em algum momento sobre os interesses da Delta?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu queria apenas voltar a este assunto Delta. De R$1.128.436.967,00 de contratos de empresas de engenharia na Agetop, a Delta tem, no meu Governo, R$51.498.895,00, 4% apenas.

O Sr. Wladimir Garcez, como já disse anteriormente, nunca tratou comigo de assuntos relativos à Delta, mas disse também, ilustre Relator, que ele procurou algumas pessoas do Governo para tratar de assuntos de interesse dessa empresa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Agora, esses R$51 milhões foram contratados no Governo de V. Exª...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Esses, no meu Governo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – ...ou já havia outros contratos anteriores?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Outros contratos: R$64,423 milhões no governo anterior.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A minha pergunta é: quanto o senhor pagou à Delta, em 2011, que o pessoal está olhando?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu peço a V. Exª apenas um instante para que eu possa conferir.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Está bem.

V. Exª tratou com o Senador Demóstenes Torres sobre a contratação da Delta em algum empreendimento do Governo de Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O Senador Demóstenes Torres, como já disse, tratou comigo de vários assuntos políticos. Ele jamais me procurou para tratar desse tipo de assunto, embora o Senador Demóstenes tivesse um relacionamento com a maioria dos empresários de Goiás. Aliás, é importante registrar que, durante muito tempo, o Senador Demóstenes Torres foi muito paparicado por todo o empresariado e por toda a sociedade goiana pelo trabalho que ele realizou aqui e pelo que ele granjeou de simpatia e de credibilidade no contexto nacional.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O contrato da Delta que V. Exª rescindiu foi o contrato de locação de veículos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Um contrato de locação de veículos para saneamento de Goiás. Está havendo ou já houve um distrato amigável. Fazer um distrato que não seja amigável pode resultar em consequências drásticas para o ente contratante.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas e o de locação de veículos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O de locação de veículos ou já foi distratado ou está em fase final de distrato.

Mas eu queria aqui responder a V. Exª sobre a pergunta anterior.

Obra paralisada: pagaram-se R$4,622 milhões. São R$9,393 milhões com obras paralisadas; com pagamentos e empenho a pagar, R$99 mil. Obra concluída com saldo a pagar: R$1,122 milhão. O processo encontra-se no Tribunal de Contas do Estado. Resumindo, Sr. Relator, a Delta recebeu R$14 milhões, em 2011, e R$4 milhões, em 2012.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – OK.

Carlos Cachoeira... V. Exª já respondeu isso aqui.

A Polícia Federal afirma que Rossine Aires Guimarães, sócio de Carlos Cachoeira na empresa Ideal Segurança, teria doado R$800 mil às campanhas eleitorais do PSDB em Goiás e R$3 milhões à campanha do PSDB no Estado de Tocantins.

Rossine Aires doou recursos para a campanha de V. Exª. V. Exª confirma?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Doou e está na declaração prestada à Justiça Eleitoral.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quem é Jayme Rincón e qual é o papel dele em seu Governo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas e foi coordenador financeiro da nossa campanha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ele foi tesoureiro da campanha de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Foi o coordenador financeiro.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Segundo investigação da Polícia Federal, Jayme Rincón estaria promovendo licitações dirigidas na Agetop para beneficiar empresas ligadas a Carlos Cachoeira. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu desafio qualquer pessoa no Brasil, qualquer consultoria especializada a provar qualquer obra dirigida, qualquer conluio de empreiteiros, qualquer esquema de empreiteiros, qualquer acordo de empreiteiros, qualquer propina paga no meu Governo. Não existe isso. Jamais houve direcionamento.

E até, Sr. Relator, estranha-me muito o fato de que eu esteja o tempo inteiro na imprensa toda por ter vendido a minha casa. Não há um ato do Governo, não há um ato da Agência de Transportes que não seja absolutamente regular.

Nós tivemos agora, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, uma licitação, em meados do ano passado, para a contratação de 2.081 quilômetros de reconstrução rodoviária, levando em consideração CBUQ 5 centímetros de espessura, obra de qualidade, porque, senão, a gente vai rejeitar. Tivemos quase 100 empresas de 13 Estados brasileiros. Foi uma licitação duríssima – 24% de deságio, em média, nessa licitação. Sabe qual foi a economia do Governo do Estado somente nessa licitação, que foi à praça por cerca de R$500 milhões? R$117 milhões de economia. E ela já foi com 10% abaixo da tabela da Agência de Transporte. Nós achamos que tivemos, ao final, cerca de R$170 milhões de economia nessa licitação.

Eu queria apenas ler aqui um documento:

*A Agetop, na atual administração, eliminou em seus editais a exigência de declaração por parte do órgão de que foi feita a visita técnica. Isso será feito dez dias antes da licitação. Hoje, basta o licitante colocar em sua documentação, no ato da licitação, uma declaração de que visitou a obra e tem conhecimento do serviço. Eliminou também a exigência de que a caução fosse feita cinco dias antes da licitação. Hoje, a caução acompanha documentação e proposta. Esses eram dois artifícios usados pela Administração Pública para possibilitar que as empresas soubessem com antecedência quem participaria da licitação, dando a elas condições de se acertarem previamente. Esse exemplo deveria ser seguido por outras esferas, pois eliminam totalmente a possibilidade de acerto prévio entre empresas antes das licitações. Nas licitações efetuadas em 2011, no Rodovida Reconstrução e no Rodovida Urbano, houve um desconto médio no conjunto de 22%, o que gerou [Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores] uma economia de R$187 milhões nas duas licitações.*

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG)– O senhor pode, depois, nos encaminhar a relação dos pagamentos feitos à Delta no ano de 2011?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Com o máximo prazer, encaminharei a V. Exª a relação de todos os pagamentos se forem necessários. E mais: eu queria adiantar que, na Agetop, hoje, uma fatura chega, por ordem cronológica, num dia e, três dias depois, a fatura está paga. Ninguém precisa pedir lá no meu Governo para pagar uma fatura, que é direito do empresário. Lá, apresentou a fatura, entra na ordem cronológica e, três dias depois, a fatura é paga.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A empresa Vale do Rio Lontra, cujo sócio é o Sr. Rossine Aires Guimarães, mantém contratos na Agetop também? V. Exª pode descrever os contratos e pagamentos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Relator, a informação que tenho aqui é que a empresa do Sr. Rossine doou R$800 mil para a nossa campanha em 2010.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Estou falando dos contratos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – A empresa Vale do Lontra, de Rossine, para a construção de lotes da GO-336 teve o seu contrato rescindido em 2011. Repito: a empresa Vale do Lontra, do Sr. Rossine, com lotes da GO-336 teve contratos rescindidos em 2011. Essa é a informação oficial que me foi prestada pela presidência da Agetop.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Segundo relatório da Polícia Federal, durante a campanha de V. Exª, Wladimir Garcez teria recorrido a Cachoeira diversas vezes para que ele ajudasse a reforçar o caixa da campanha. Os valores seriam repassados a pessoas físicas e jurídicas indicadas por Jayme Rincón, tesoureiro da campanha. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tenho a menor informação sobre isso. Disse e repito: todas as contas da minha campanha foram legais, todas registradas no Tribunal Regional Eleitoral e aprovadas sem restrições.

Mas eu queria falar um pouco mais sobre o que disse aqui, nesta CPMI, em seu depoimento, o ex-Vereador Wladimir Garcez:

*Jamais fiz qualquer indicação diretamente ao Governador Marconi Perillo, pois tratava sempre com seus auxiliares, com seus secretários. Para me classificar junto ao Carlinhos, dizia ele que eu tinha mais poder, mais força. Queria usar o nome dele para conseguir esse emprego; vaidoso como sempre ele achava aquilo muito bom. E levei algumas indicações, sendo que nenhuma dessas indicações como vocês podem ter visto nas gravações que foram mostradas foi feita. Não consegui as nomeações que falaram por aí, nenhuma das pessoas foi nomeada pelo Governador.*

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Governador as investigações ainda da Policia Federal revelam que a empresa laranja de Carlos Cachoeira, Alberto e Pantoja, depositou R$45 mil na conta bancária de Bruna Bordoni, filha do jornalista Luiz Carlos Bordoni. V. Exª já disse aqui que ele prestou serviços na sua campanha.

Questionado sobre o tema, o jornalista afirma que esses R$45 mil, são de pagamentos por serviços prestados a V. Exª na campanha de 2010. O que V. Exª tem a dizer sobre isso? Esses recursos não foram contabilizados?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de informar a toda CPI que no momento subsequente a esta denúncia do jornalista Bordoni, a minha advocacia entrou com uma ação civil por indenização por calúnia, injúria, difamação. Repito: a campanha pagou ao Sr. Demóstenes, através a ArtMidi, R$ 3.300, Nota Fiscal nº 109002; repito: Luiz Carlos Bordoni, de 2010, todas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Não recebeu qualquer pagamento que não conste da nossa prestação de contas.

Agora, Sr Presidente, Sr Relator, Srªs e Srs Deputados, cabe ao acusador no Estado democrático de direito o ônus da prova. Ele terá a oportunidade de provar na justiça se realmente recebeu esses recursos que são citados por ele.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Segundo o jornalista Bordoni ainda, o depósito intermediado teria sido intermediado por Lúcio Fiúza, que até semana passada era secretário particular de V. Exª. O depósito foi feito na conta da filha do jornalista, Bruna Bordoni, em 14 de abril de 2011.

Ao tratar com Bordoni, Lúcio Fiúza estaria falando em nome de V. Exª. V. Exª sabe de alguma relação do Sr. Fiúza com a empresa Pantoja?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nenhuma relação. Como já disse, ele terá na justiça ou aqui que provar. O ônus da prova é de quem acusa, Sr. Relator. O pagamento que foi feito já foi dito aqui por mim, pela ArtMidi no valor de R$33 mil.

Agora é importante registrar que esse jornalista não prestava serviço só para mim, ele prestava serviços para muitas outras pessoas no Estado de Goiás. Quem sabe, no futuro, estes fatos possam ser rigorosamente esclarecidos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nós, inclusive, faremos um requerimento para que o Sr Bordoni compareça a esta CPMI e tenha a oportunidade de dar a versão dele sobre os fatos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Com a permissão de V. Exª, ele terá a oportunidade de prestar informações, esclarecimentos aqui e também terá a oportunidade de provar isso tudo na justiça, já que sou autor de um processo contra ele por injúria, difamação e calúnia.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Bordoni afirma que os serviços – aliás, antes: O Sr Lúcio Fiúza se encontrava regularmente com o Sr. Wladimir Garcez? V. Exª tem essa informação?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tenho. O Dr. Lúcio trabalhava...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eles se encontravam esporadicamente?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tenho essa informação. Devem ter...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eles tinham alguma relação?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Devem ter se encontrado, Sr. Relator, principalmente por ocasião da venda da casa. Possivelmente devem ter se encontrado nesse período algumas vezes. Possivelmente não, com certeza.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Fora do período da venda da casa não?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não sei, não tenho essa informação. Aliás, queria fazer um parêntese para corrigir uma injustiça aqui. Toda a imprensa noticiou que o Sr. Lúcio Fiúza, assessor especial do meu gabinete, teria sido exonerado em função da Operação Monte Carlo. Isso é uma grande injustiça. Eu exonerei, na última semana, todos os assessores especiais, porque grande parte deles serão candidatos nas eleições desse ano ou a prefeito ou a vereador. E aí resolvi exonerar a todos para depois voltar a nomear alguns que eu gostaria que continuassem novamente. O Dr. Lúcio, quando o procurei agora recentemente, para voltar para o governo, ele disse: não quero mais, estou doente, cansado, tenho quase 70 anos de idade, já fiz pelo senhor o que poderia ter sido feito.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Bordoni afirma que os serviços prestados para a campanha de V. Exª totalizaram R$170 mil, mas ao TSE – e V. Exª já disse – estão registrados apenas R$33 mil.

A que V. Exª atribui essa diferença e essa fala do Sr. Bordoni?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, repito, o Sr. Luiz Carlos Bordoni não prestou serviços apenas a minha campanha; segundo, não prestava serviços apenas a campanhas eleitorais, prestava serviços também a terceiros e, repito, ele terá oportunidade de apresentar as provas ou aqui ou na justiça.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ele cita um fato, eu preciso perguntar a V. Exª, aliás, saiu na imprensa que ele recebeu diretamente das mãos de V. Exª R$40 mil em espécie, como primeira parcela do serviço que prestou na campanha de V. Exª.

Diz o Sr. Bordoni à imprensa: *“O Marconi me chamou para uma sala no fundo, uma pequena divisória atrás do gabinete dele, da mesa dele, e me passou R$ 40 mil em dinheiro, foi o primeiro pagamento.”*

O jornalista disse ainda que V. Exª retirou um envelope de dentro de um refrigerador desligado.

Disse:

*Por incrível que pareça, ele tirou de dentro de um frigobar que estava lá, na parte posterior da mesa dele tem uma divisória de uns quatro, de uns... na parte posterior da mesa dele tem uma divisória que tem uns quadros, fotografias dele, e atrás dessas divisórias, uma pequena copa; tinha um frigobar que ele abriu e tirou um pacote, um envelope para mim, só podia estar desligado porque o dinheiro não estava gelado*.

(*Risos*.) Dentro do envelope, Bordoni disse que havia quatro menores, cada um com R$10 mil em dinheiro vivo.

O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu já disse, repito, repito de novo, o jornalista Luiz Carlos Bordoni terá, aquela figura controversa no Estado, terá oportunidade de apresentar aqui as provas. Cabe a ele, como acusador, o ônus da prova.

Apenas voltando ao meu escritório. É um escritório pequeno, hoje ele é utilizado pelo Senador Cyro Miranda, que aluga o imóvel, nesse escritório tem um pequeno gabinete, tem uma sala pequena de reuniões que tem frigobar, que tem quadros, mas que todo mundo conhece, eu recebias as comissões, entrevistas coletivas, audiências individuais todas nesse lugar. É claro que qualquer pessoa que possa ter passado por lá tem condições de descrever esse ambiente.

Agora, caberá a ele, e com certeza, se ele tem tanta ênfase no que fala, provar o que está dizendo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª recebeu em 2010 recursos da empreiteira Delta na campanha?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, não consta da prestação de contas e nem tive nenhuma informação de que eles tenham doado. Se fizeram alguma colaboração, o fizeram através da empresa Rossine, através da Delta Engenharia nós não recebemos nenhuma doação.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas eles podem ter feito alguma colaboração através da empresa Rossine?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não sei, pode ser que sim, eu não sei qual era o nível de ligação. Provavelmente não. A Delta não fez doação a minha campanha. Agora, deve ter feito a outras campanhas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A Rossine fez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – A Rossine fez.

A Delta, aliás, nunca teve relações comigo lá no Estado. Ela teve relações com outros grupos, relações próximas, relações muito fortes.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor sabe dizer se o Sr. Lúcio Fiúza se encontrou com o jornalista Bordoni?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não sei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ainda, Governador, o *Estado de S. Paulo*, o jornal, em 4 de junho de 2012, trouxe a seguinte matéria: “Contratada pela campanha do Governador Marconi Perillo, em 2010, a Serpes, Pesquisa de Opinião e Mercado, recebeu R$56 mil da Alberto e Pantoja, acusada de lavar dinheiro do esquema de Carlos Augustos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o valor foi depositado em duas parcelas de R$28 mil, na conta de Ana Cardoso de Lorenzo, sócia do Instituto de Pesquisa, em 6 setembro de 2010, um mês após o serviço ter sido registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O Comitê Único do PSDB pagou o trabalho de pesquisa e testes eleitorais em duas parcelas: R$23.400,00 e R$7.500,00.

As investigações da Polícia Federal mostram que o “delta duto”, montado a partir de empresas de fachada, financiava campanhas eleitorais.

Indago a V. Exª se esse dinheiro teria irrigado os cofres da campanha de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Relator, eu trago, aqui, uma declaração sobre a origem do pagamento das pesquisas Serpes e notas fiscais. Trago também uma declaração formal do proprietário da Serpes Pesquisas de Opinião e Mercado LTDA. *(Tosse.)*

Desculpem-me.

*Declaração.*

*Declaro, para os devidos fins, que todas as pesquisas realizadas por este instituto para a campanha eleitoral do candidato ao Governo Marconi Perillo, em 2010, foram negociadas e pagas exclusivamente pelo comitê de campanha do PSDB e pelo PSDB.*

Repito:

*Declaro, para os devidos fins, que todas as pesquisas realizadas por este instituto para a campanha eleitoral do candidato ao Governo Marconi Perillo, em 2010, foram negociadas e pagas exclusivamente pelo comitê de campanha do PSDB e pelo PSDB.*

*Por ser verdade, firmo a presente declaração.*

*Goiânia, 5 de junho de 2012.*

Aqui está a assinatura, o CNPJ, Sr. Relator, e todas as notas fiscais, que tenho a satisfação de passar a V. Exª.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quantas pesquisas – vamos processar isto – foram realizadas por V. Exª na Serpes?

**O SR. MARCONI PERILLO** – As notas fiscais estão aí. Não me lembro quantas, porque estão aí nesse documento que acabo de entregar.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Dos valores V. Exª se lembra?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Estão aí. Se o senhor me devolver as notas, eu falo agora.

É importante registrar, Deputado Odair, que o instituto Serpes não trabalhou apenas para o meu comitê. O instituto Serpes deve ter trabalhado para todos os comitês de todas as campanhas, em 2010.

Aqui tenho pesquisa no valor de R$5.000,00; R$4.000,00; R$8.000,00, deve ter sido mais de uma; R$22.212,50.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – OK. Vamos conferir.

V. Exª já deu informações, aqui, sobre a venda da casa de V. Exª. V. Exª disse aqui que mora, hoje, em outra casa. Que casa é essa?

**O SR. MARCONI PERILLO** – É uma casa de aluguel, situada no Condomínio Cruzeiro do Sul, do Alphaville, em Goiânia.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª tem propriedade de outra casa no Alphaville?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Outra casa, não; já vendi a que eu tinha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A única que o senhor tinha o senhor vendeu. O senhor não comprou outra?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu tenho dois lotes, tenho dois lotes, adquiridos há mais de dez anos, no Alphaville.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª...

**O SR. MARCONI PERILLO** – O contrato dessa casa de aluguel está no condomínio, na direção, na administração do condomínio. Os recibos estão em minha posse. E, se V. Exª tiver interesse, posso imediatamente encaminhar o contrato e os recibos a esta Comissão.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Se V. Exª puder fazer isso...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Farei, com prazer.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Colabora.

V. Exª comprou a casa que V. Exª vendeu pronta ou V. Exª construiu essa casa?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ela estava praticamente acabada; faltavam apenas alguns detalhes interiores. Comprei com parte de recursos meus e outra parte com recursos da Caixa Econômica Federal.

Na declaração de Imposto de Renda, Sr. Relator, nós constamos, primeiro, a parte que eu paguei em dinheiro, porque a outra só pode ser constada depois que é quitado o imóvel junto à Caixa Econômica Federal.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor vai acrescentando, não é, a cada ano.

Nós vamos tomar por base os inquéritos da Polícia Federal, é claro que considerando as declarações de V. Exª e do Sr. Wladimir Garcez.

Mas o Delegado Matheus Mela Rodrigues disse a esta CPMI que a casa foi paga com três cheques nominais a V. Exª, assinados por Leonardo Ramos, sobrinho de Cachoeira. Há informações de que os cheques seriam da Excitante Confecções, como restou provado na entrega dos cheques que V. Exª nos entregou aqui. Empresa da cunhada de Cachoeira e que recebeu dinheiro do Alberto & Pantoja Construções, uma das beneficiadas por repasses à Delta. A Polícia Federal suspeita que Carlos Cachoeira seja o real comprador do imóvel.

Diante disso, indago de V. Exª: por que V. Exª não passou a escritura da casa para o Sr. Wladimir Garcez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, em primeiro lugar, eu queria dizer a todos que durante um longo tempo especulou-se a possibilidade de eu ter vendido o meu imóvel ao Sr. Carlos Cachoeira; depois dos depoimentos e depois das gravações, estou provado que não foi vendido para ele. Se eu tivesse vendido a ele, como empresário, um imóvel de minha propriedade, também não teria sido nada ilegal. Ocorre que não adianta “forçasão” de barra, eu não vendi a casa para ele; quem pediu para comprar a casa, sabe-se lá se tendo visto pelo anúncio no jornal ou por terceiros ou porque eu tenha pedido a alguém para falar foi o Sr. Wladimir Garcez, que se apresentou para adquirir a casa, adquirir o imóvel como já expliquei aqui anteriormente. Acertamos o valor e ele ficou de pagar, pagou com cheques pré-datados em três meses consecutivos. É claro que eu não teria como escriturar o imóvel antes de ver os três cheques compensados, que foram nos meses de março, abril e maio.

Segundo, Relator, eu não teria como, não tinha “bola de cristal”, adivinhar que o Sr. Wladimir Garcez tivesse recorrido aos seus patrões empréstimos para poder quitar os cheques que me haviam sido entregues. Só agora, com o depoimento dele, aqui nesta CPMI, é que eu e todo mundo descobrimos que ele havia recorrido aos seus patrões para poder fazer jus ao pagamento. Ele teria dito, inclusive, que tentou se desfazer de imóveis e não tendo conseguido acabou procurando o Professor Walter Paulo, porque ele tinha que pagar o empréstimo tomado de seus antigos patrões. Foi o que ele disse aqui.

Eu já disse no início, não vi quem eram os emitentes. Não tive esse cuidado. Aliás, sugiro a todos que vão vender ou comprar imóveis, que tenham..., Aliás, se eu tivesse, repito, que vender de novo essa casa, tamanhos os problemas decorrentes, eu teria ficado com ela, não teria mudado, ou teria insistido com o Cyro para fazer a compra. Haveria menos questionamentos.

Mas ele, Wladimir Garcez, não tendo conseguido honrar o pagamento dos seus patrões, do empréstimo que tomara de seus patrões, procurou o Sr. Walter Paulo que acabou resolvendo comprar, deve ter dito ao Sr. Walter Paulo que a casa estava sendo vendida por mim diretamente para ele.

Depois disso, eu cobrei, logo que os cheques foram compensados, eu fiz uma cobrança ao meu assessor, que eu gostaria de passar a escritura e só no final de junho, começo de julho, é que me disseram: “olha, o Wladimir mandou dizer que não conseguiu comprar a casa para ele, que não conseguiu honrar o pagamento e que ele vai ter que vender ou que ele conseguiu refazer, repassar a casa para o Professor Walter Paulo”. Não há contradição nenhuma nisso. Ele solicitou, e eu só soube depois na presença do meu assessor, para dar legitimidade à entrega da casa, o recibo, porque senão ele não ia pagar o Sr. Wladimir. Não há contradição alguma.

Eu recebi por um e quatrocentos, a casa foi vendida para o Sr. Wladimir, inicialmente, que não conseguiu honrar os empréstimos tomados de seus patrões; repassado ao Sr. Walter Paulo. Ele pagou e disse aqui que pagou, recebeu a escritura. Eu não tenho mais conhecimento de mais nada. Agora, eu, sinceramente, não vi de quem eram os cheques, se tinham sido assinados por Leonardo ou por Excitante. Só agora, quando pedi ao banco a microfilmagem dos cheques, é que eu pude checar que eram da Excitante. Eu entreguei a V. Exª os cheques para que V. Exª possa fazer as devidas perícias e comprovar tudo.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, a investigação que ainda prossegue, tanto aqui quanto na justiça, e principalmente na justiça, vai ter a oportunidade de verificar todos esses assuntos, de checar todos esses assuntos e de tomar todas as medidas pertinentes cabíveis. Se alguém, conforme gravações ouvidas recentemente, vendeu a mais e ganhou dinheiro nas minhas costas, não sou eu que devo dar explicações.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Governador, na verdade, eu não tenho motivos nem para acreditar nem para desacreditar no senhor.

**O SR. MARCONI PERILLO** – É o seu papel.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Apenas estou fazendo as perguntas que julgo importantes diante daquilo que sai na imprensa e diante daquilo que os autos do inquérito da Polícia Federal nos dizem.

Agora, V. Exª não teria participado de um negócio simulado? Na medida em que o senhor vende para Wladimir Garcez, que é o primeiro adquirente, e este vende para um segundo adquirente, o Sr. Walter Paulo, não haveria a necessidade de haver um contrato entre V. Exª e o Sr. Wladimir Garcez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Primeiro, quero refutar, de forma veemente, essa hipótese de simulação. Segundo, não haveria por que a realização de qualquer contrato preliminar, até porque existiam três cheques, precisavam ser compensados, eu conhecia há muito tempo o Sr. Wladimir Garcez, e ele sabia, também, que eu jamais iria tomar qualquer atitude que não fosse a de entregar o imóvel a ele ou a quem ele pudesse repassá-lo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor assinou algum contrato de gaveta em razão da compra desse imóvel?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não assinei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em interceptação telefônica da Polícia Federal, Carlinhos vai levar um... Carlinhos diz para Leonardo que vai levar um documento para Leonardo fazer um contrato de gaveta para ele assinar. V. Exª não assinou nenhum contrato...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deve ter sido... Com certeza, deve ter sido entre o Cachoeira e o próprio Leonardo à empresa Excitante. Afinal de contas, Relator, quem disse, aqui nesta CPMI, que tomou dinheiro emprestado dos seus patrões foi o Sr. Wladimir Garcez. Se isso aconteceu, se a Polícia Federal trouxe essas citações e chegou a alguma conclusão, isso diz respeito, exclusivamente a eles; a mais ninguém.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor deixou o imóvel vendido quando? Quando o senhor entregou a posse da casa para o Sr. Wladimir Garcez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu mudei-me da casa por volta do dia 21 de dezembro de 2010. E, tão logo acertamos os valores e recebemos os cheques, eu pedi ao meu assessor que entregasse imediatamente as chaves ao Sr. Wladimir Garcez.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor fez alguma reforma nesse imóvel?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nesse período, não. Fiz antes. Nesse período em que entreguei... Depois que entreguei a casa, não. Poder ser que eles tenham feito alguma reforma.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas V. Exª habitou nessa casa quantos anos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quase cinco anos. Quatro anos e nove meses.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Pelo que eu entendi, V. Exª concluiu a construção da casa...

**O SR. MARCONI PERILLO** – A parte interna da casa, móveis, essas coisas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª conhece o arquiteto Alexandre Milhomem?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não. Deve ter sido o arquiteto que construiu para os... Que fez a planta... Não tenho informação sobre isso. Não tenho a menor possibilidade de falar sobre isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor possui algum primo de nome Ronaldo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Pelo menos uns dois ou três.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Algum deles participou da negociação da venda da casa?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Tenho um primo, que se chama Ronaldo Perillo, que é um dos donos da imobiliária que me ajudou a comprá-la.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em interceptação da Polícia Federal... É claro que nós estamos considerando a versão que V. Exª dá. Eu preciso confrontá-la com...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Perfeitamente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – ...as interceptações telefônicas da Polícia Federal. E essas interceptações dão conta de uma conversa, entre Carlinhos e Wladimir, onde Carlinhos pergunta para Wladimir se pegou a escritura. Wladimir diz que está aguardando a ligação – possivelmente, do senhor. Diz, ainda, que vai procurá-lo... Diz, ainda, que quem vai procurá-lo será um primo dele, de nome Ronaldo.

Então, V. Exª confirma que tem...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ou pode ser primo do Wladimir ou pode ser primo meu.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Pode ser primo de V. Exª.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quando o Ronaldo – se for o Ronaldo Perillo, que é dono da imobiliária...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É porque a interceptação não fala se é Perillo, fala Ronaldo.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Se for o Ronaldo, meu primo, dono da imobiliária, pode ser que eles tenham ido buscar o documento definitivo que pudesse estar em posse dele. Talvez tenha sido entregue a ele. Mas não sei. Fala-se em Ronaldo, que pode ser primo meu ou primo dele.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ainda interceptação. Indago se V. Exª se encontrou com o Sr. Wladimir Garcez em 28 de fevereiro?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quando?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em 28 de fevereiro de 2011.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não me lembro. Pode ser que tenha ocorrido...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT–MG) – Pode ser a data da emissão dos cheques...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Mas eu posso inclusive certificar na minha agenda, que é o oficial, e encaminhar a V. Exª.

Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT- MG) – Sim.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu posso checar toda a minha agenda e repassar para V. Exª.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Porque também a interceptação telefônica do dia 28 dá-se a entender que Wladimir denotando que está com o Marconi, pergunta a Carlinhos que horas vai marcar... Aí seria a entrega dos cheques. Carlinhos marca para duas horas da tarde. Em continuação à conversa anterior, Carlinhos manda Wladimir perguntar para Marconi se faz cheques nominais. Wladimir perguntou a V. Exª isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** (PT – MG) – Olha, como o Sr. Wladimir admitiu aqui mesmo ter tomado dinheiro emprestado do Cachoeira e da Delta, é possível que ele tenha tido esse diálogo para poder realmente assinar os cheques e colocá-los nominalmente.

Quando o meu assessor perguntou-me como é que eu queria os cheques, eu disse: Nominal a mim, para que eu possa depositar na minha conta bancária pessoal.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT–MG) – V. Exª sabia da existência de uma dívida do Estado de Goiás com a Delta, no valor de R$ 8.592.043,00 em março de 2011? Se sabia, de que forma foi resolvida essa pendência? E quando foi paga?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, existiam tantas dívidas quando eu assumi o Governo. Era mais de R$1 bilhão em dívidas e dívidas também numerosas na Agência de Transportes. A Agência de Transportes devia algumas dezenas de milhões de reais. É bem possível que houvesse dívida da Agetop em relação à Delta e à outras empresas.

A determinação que eu dei, quando entrei no Governo, foi no sentido de que não se deveria pagar nem uma empresa antes que pudéssemos organizar o Governo do Estado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Wladimir Garcez tratou deste assunto com V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Jamais!

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ainda interceptação telefônica, Carlinhos pergunta a Wladimir se levou para mostrar para o governador a fatura de nove milhões que o Estado tem que pagar à Delta. Wladimir diz o valor exato: são oito milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quarenta e três reais. A interceptação dá a entender que Wladimir está na antessala do Governador. Ele não contratou isso com V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele não teria coragem de fazer isso, até porque ele já conhecia todas as minhas determinações aos secretários e a imprensa, de que nenhum recurso do Tesouro sairia para pagamento de qualquer serviço, de qualquer empreiteira, antes de pagarmos a folha de dezembro e antes de colocarmos a Casa em ordem.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ele continua ainda. Wladimir diz que está com o Governador e pergunta a Carlinhos se quer falar com ele. Carlinhos diz: não. Nega a conversa.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Odair Cunha, nesta mesma sala aqui, nesta CPMI, o Sr. Wladimir Garcez disse a todos os senhores que usou várias vezes, indevidamente, o meu nome e de muitas outras autoridades: federais, estaduais e municipais. Eu jamais tratei... A Agetop não pagou essa dívida. A Agetop não pagou. Repito, essa dívida não foi paga, como não foram pagas outras dívidas de governos anteriores. A ordem era colocar a Casa em ordem, e principalmente criar um programa para reconstruir o que tinha acabado no governo, no Estado, que eram as estradas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Estou fazendo esta pergunta, porque...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Só um parêntese. Até o final de setembro nós vamos conseguir inaugurar a reconstrução de 2.081 km de rodovias estaduais.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Estou fazendo essa pergunta, porque em outra interceptação ainda Wladimir fala do papel do Cláudio, da Delta; e o Governador... Diz Wladimir a Carlinhos: “O Governador ficou de resolver”.

Então, V. Exª está dizendo que nunca tratou desse assunto.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Devem ter ficado decepcionados, porque, primeiro, não atenderia para isso. Segundo, não pagaria, como não paguei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Recorda-se V. Exª se alguma vez já entregou manuscrito contendo valores que deveriam se pagos pela Delta nos meses de abril e maio de 2011?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não me lembro, Sr. Relator.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não me lembro, até porque, repito, as ordens que dei aos órgãos de obras do Governo: Saneago, Celg, Agetop foram de que as obras, os recebimentos de governos anteriores, devessem todos serem sobrestados, até que tivéssemos condições de reavaliar as dívidas anteriores.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª sabe me dizer quando que foi um cheque de R$500 mil em relação a casa? Foi pago quando?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha as datas...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Vamos pegar o cheque...

**O SR. MARCONI PERILLO** – As datas estão aí. Inclusive os meus extratos estão aí, Relator.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É porque há uma interceptação telefônica que dá a entender que o pagamento do último dos cheques foi condicionado ao pagamento da dívida que o Estado de Goiás tinha com a Delta. E mostra uma relutância do Sr. Rossine, diz o diálogo de 29 de abril: “Continua a falar sobre a parcela de R$500 mil que o Rossine reluta em pagar. Carlinhos cita folha de papel manuscrito com pedido, contendo números para este mês e o próximo. Carlinhos pede a Rogério para tirar cópia do papel manuscrito e guardar o original.” V. Exª diz aqui que nunca assinou nem um papel manuscrito.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Relator, os cheques estavam em minha posse. Os três cheques em posse de minha assessoria ou em minha posse. Se estavam com a minha assessoria, eles estavam em minha posse. Estavam sendo depositados e compensados; se algum desses cheques não fosse compensado, o negócio estaria liquidado, não haveria negócio. Esse negócio não há como ser condicionado, era um imóvel de mina propriedade. Ou se pagava ou se compensava os cheques ou a casa não seria escriturada. Certamente que eu devolveria o que recebi e procuraria outro comprador.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E sobre esse manuscrito com valores que deveriam ser pagos à Delta, nos meses de abril e maio? Repito a pergunta: V. Exª não assinou ou não fez nenhum manuscrito?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Existem tantas ilações e usam tanto o meu nome nessas gravações que eu não posso ter a mínima ideia do que tenha acontecido.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Porque Carlinhos pede para guardar o original do...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Certamente está guardado nos cofres dele. Se foi apreendido, a Polícia Federal terá como apresentar isso à CPMI e ao Judiciário.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Houve alguma liberação de verba do BNDES para a Delta, através do Governo de Goiás, ou o BNDES financiou o Governo de Goiás, que teria beneficiado, por conseguinte, algum contrato da Delta?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, o governo anterior estabeleceu um contrato com o BNDES, não me recordo o valor, em um programa de auxílio aos Estados, por conta da crise mundial de 2008 ou 2009. Eu não me lembro mais o nome do programa, mas era um programa de apoio aos Estados. E remanesceu, desse contrato com o governo que me antecedeu, cerca de R$80 milhões, que deveriam ser pagos às empresas que estavam realizando obras contratadas por esse empréstimo do BNDES. Recursos do BNDES foram chegando e essas faturas que deveriam receber do Governo do Estado por conta desse empréstimo foram pagas. Pode ser que a Delta seja uma das empresas que recebeu faturas provenientes desse empréstimo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Porque interceptação, também da Polícia Federal, dá conta de que Carlinhos manda Wladimir procurar o Lúcio para dar uma barrigada, por uns 15 dias, e que vai pagar os juros. Pede ainda que vai pagar com o negócio do BNDES, que ainda não foi pago pelo Estado. V. Exª tem algo a dizer...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Se ele tinha alguma coisa a receber do Governo do Estado era informação exclusiva dele. No Governo do Estado...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Agora, e em relação a este pagamento que seria feito ao Lúcio?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não havia pagamento a ser feito ao Lúcio, os pagamentos foram feitos em cheques, entregues e foram sendo depositados...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, aí não é mais relativo à casa.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não há a menor hipótese de isso ter acontecido. O pagamento era de R$1.400.000,00 em três cheques e isso foi feito.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A pergunta, Governador, o que o Carlinhos dá a entender e manda o Wladimir dizer ao Lúcio é que R$500 mil deveriam ser pagos numa data x, e que esse pagamento, não é possível afirmar se é em relação à casa, seria atrasado e eles pagariam juros, porque eles estariam dependendo do negócio do BNDES.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nunca ouvi falar nisso. E os pagamentos do BNDES, tão logo o BNDES liberou, os recursos foram pagos a todas as empresas.

É importante repetir aqui, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que lá no Estado de Goiás, hoje, os pagamentos são feitos em ordem cronológica e nós estamos gastando três dias para efetuar os pagamentos após apresentadas as faturas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Alguma vez o senhor recebeu o Sr. Wladimir Garcez na sua casa, ou em alguma das suas residências, ou em alguma das suas fazendas, chácaras?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não me lembro disso. Recebi no palácio.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Recebeu no palácio. E na sua propriedade?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não me lembro de tê-lo recebido, até porque tenho recebido pouquíssimas pessoas na minha casa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ainda em diálogo captado pela Polícia Federal, Wladimir diz que está no palácio do governo e diz que não conseguiu falar com Lúcio. Carlinhos pede para Gleyb levar o dinheiro para sua casa. No entender da Polícia Federal, para a casa de Carlinhos.

Carlinhos quer saber onde está Gleyb. Ele diz: “Passando em frente ao prédio da Delta”. No outro dia, Carlinhos diz para Wladimir que na hora em que chegar no Marconi é para Wladimir passar na chácara, pois é caminho.

V. Exª tem propriedade perto do ou a caminho da chácara de Carlinhos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, a minha chácara fica em Pirenópolis, bem distante de Anápolis, que é onde o Sr. Carlos Cachoeira tem imóveis, além dos imóveis que ele tem na cidade de Goiânia. Eu não tenho a menor informação sobre o que tenha acontecido nesse diálogo. Jamais – eu já disse isso, reiteradamente, inúmeras vezes – ousariam levar qualquer quantia em espécie no palácio, até porque as câmaras filmariam, teriam que passar pela segurança. Por outro lado, que razão haveria para alguém levar dinheiro no palácio? Se eu pedi para receber na minha casa em cheques, é porque exatamente eu não queria que qualquer volume dessa natureza pudesse ser entregue a mim ou a qualquer pessoa a mim ligada.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora passar aos autores dos requerimentos.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, como Líder, três minutinhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar aos líderes posteriormente. Será pela ordem de inscrição.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Posteriormente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar aos líderes posteriormente.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Então, não está cumprindo o Regimento, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Vou dar aos líderes posteriormente.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Quer dizer, não está cumprindo com o Regimento!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra agora ao...

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Parabéns, Presidente, pelo autorismo...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...autor, o Deputado Rubens Bueno, por inversão com Carlos Sampaio.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Sr. Presidente, V. Exª pode apresentar a listagem dos autores?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo agora, Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Apenas uma última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, o Relator com a precedência.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Governador, eu apenas gostaria que V. Exª frisasse melhor para nós quando e quem entregou a chave da casa que V. Exª vendeu ao Sr. Wladimir Garcez? V. Exª saiu do imóvel e quem entregou a chave?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não sei precisar. Ou foi o Dr. Lúcio ou alguém da Imobiliária, da Morada Empreendimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, eu tenho aqui, por ordem das autorias e a cronologia da interposição dos requerimentos, o primeiro autor é o Deputado Carlos Sampaio e o último autor é o Deputado Rubens Bueno.

Em consonância, os Srs. Deputados fizeram a inversão. O primeiro autor passa a ser o Deputado Rubens Bueno e o último autor passa a ser o Deputado Carlos Sampaio.

O segundo autor passa a ser o Deputado Filipe Pereira. O terceiro autor passa a ser o Deputado Maurício Quintella. O quarto autor passa a ser o Senador Randolfe Rodrigues. E o último autor a falar será o Deputado Carlos Sampaio. Será assim, e aí passaremos a palavra aos membros titulares e suplentes desta Comissão.

Com a palavra o primeiro autor.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – E os líderes, por favor, no seu regimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Logo após.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Logo após todos?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Logo após os autores.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Ah, tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o primeiro autor, Deputado Rubens Bueno, com o tempo de 10 minutos.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu tenho dito no dia a dia que este é o momento histórico do Parlamento brasileiro e esse momento histórico tem que dar aos Parlamentares e condição que lhes é inerente de fazer nesta CPI uma investigação que envolva tudo e todos para demonstrar que não há aqui nenhuma vontade de Governo ou de Oposição, de partido A ou de partido B, mas a vontade do Parlamento brasileiro. Daí a nossa preocupação quando a imprensa destaca que estamos vendo grupos da base do Governo e grupos da Oposição tentando blindar de uma forma ou de outra aqueles que são convidados para depor aqui.

Chama a atenção, Sr. Presidente, é que em um país civilizado não há problema nenhum que um homem público seja convidado para prestar contas de seus atos. No Brasil, diferente disso, quando o homem público é chamado a prestar contas de seus atos é blindado de todas as formas para não prestar contas de seus atos. No mundo de hoje, a transparência não se dá porque aqueles que estão no poder, e vem desde o absolutismo, aquilo que chamamos da gestão que toma conta pelo patrimonialismo da política brasileira.

Eu pergunto ao Presidente qual foi a providência tomada quando nós requisitamos ou requeremos aqui que o senhor Walter Santiago fosse inquirido – e aí ouvida a Assessoria da Mesa da CPMI – sobre o crime de perjúrio que ele cometeu aqui, no meu modo de entender, quando ele depôs. Quero primeiro perguntar à Mesa qual a providência que foi tomada?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Mesa, oportunamente, esclarecerá V. Exª.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – O segundo ponto, Sr. Presidente, é que nós estamos vendo aqui denúncias que envolvem o Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido agora como Carlinhos Cachoeira, e o envolvimento dele é tamanho que eu fui apanhando aqui e acolá, dado o volume das denúncias e daquilo que são os seus negócios, nem sempre negócios legais e muito menos honestos, a indicar que nós temos aqui uma operação chamada Operação Apate. Apate vem da mitologia grega e significa o espírito que estava sempre possuído do dolo, da fraude, possuído do engano. E esta Operação Apate foi feita recentemente, e ao ser feita levou à conclusão de que a informação chegou à D. Eliane, Chefe de Gabinete, uma das chefes de gabinete do Governador Perillo, ela recebeu essa informação do Sr. Carlos Cachoeira... Veja a que ponto chegou: antes de ser deflagrado o processo, chegou a informação ao Carlos Cachoeira, que passou à Eliane Pinheiro, que, de pronto, teria comunicado ao Governador dessa operação.

Daí a minha pergunta: Se o Governador sabe... Dá para responder?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Rubens Bueno, com muito prazer, respondo a V. Exª, por quem tenho grande admiração. É claro que a Srª Eliane Pinheiro jamais me informaria de uma operação como essa, até porque se eu tivesse me informado por intermédio de outra pessoa que não fosse a Polícia Federal, o Secretário de Segurança, ou o Delegado Geral da Polícia Civil, ou o Comandante da Polícia Militar, eu estaria incorrendo em crime. Jamais isso me foi passado e repito a V. Exª o que já disse anteriormente: só depois de conhecidos os diálogos é que eu soube que a Srª Eliane Pinheiro tinha algum tipo de relação com o Sr. Carlos Cachoeira.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Porque ela diz nesse telefonema que teria levado ao seu conhecimento, e nessas interceptações da Polícia Federal.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu acho que ela diz aí é o número 1.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Ou o maior.

**O SR. MARCONI PERILO** – Mas o nº 1 no caso seria o Prefeito de Águas Lindas.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Senhor Governador, nós temos aqui alguma coisa que chama a atenção e o que chama a atenção é que o seu governo anunciou que em 30 dias daria, cabalmente, respostas dos contratos que estavam sendo auditados, a partir daquele momento. Já se passaram dois meses. Nesse período, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, segundo informações que eu acompanhei pela imprensa, ontem, dia 11, daria a decisão sobre o acompanhamento do seu governo durante 2011.

O senhor tem alguma coisa a falar sobre isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ontem eu não estava em Goiânia, mas as informações são de que todas as minhas contas relativas a 2011 foram aprovadas. Em relação às auditorias, Deputado Rubens Bueno, eu acabei de entregar, no início, o resultado de toda a auditoria feita em todos os contratos da Delta ao Sr. Presidente da Comissão.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR ) – Sr. Governador, eu tenho aqui algumas informações – a gente vai anotando, vai escrevendo – e aqui há, de fato, algo que chama a atenção: esses contratos foram realizados em 95 com relação aos jogos no Estado de Goiás. Em 95 ou em 96?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Em 95.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Quer dizer que aqui não se trata de seu governo; trata-se, ao que me consta, de Governos do PMDB à época, não sei se de Maguito Vilela ou de Íris Rezende. Enfim...

Eu pergunto: É isso mesmo, Governador?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Rubens, eu vou fazer aqui uma cronologia, se V. Exª me permitir...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Só quando começou. Quando os jogos começaram?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Começaram em 1995. Houve, conforme já disse aqui, uma licitação. Duas empresas, entre elas a Gerplan, de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira, que foi a vencedora. Um ano depois, esse contrato foi aditivado e prorrogado por mais cinco anos... Em 1995, o Governador era Maguito Vilela. Depois, em 1998, pouco tempo antes de assumir o Governo, o contrato foi prorrogado por mais doze anos.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento de alguma relação do ex-governador à época de tentar, ou pelo menos, intermediar algum contato com outros governos estaduais naquele período?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tenho informação.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Não tem informação.

O senhor tem notícia, ou teve informação de que o Ministério Público de Goiás levou ao conhecimento público que, tão logo o jogo foi instalado em Goiás, em seguida veio o jogo do bicho, e essa empresa teria levado a sua sala comercial junto da sala comercial, ou da sala sede da loteria do Estado de Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – A Gerplan funcionava, parece-me, salvo melhor juízo, no prédio da loteria do Estado. Era uma concessão que o Estado havia feito à Gerplan para explorar, Deputado, todos os jogos de loteria dentro do Estado de Goiás, que eram legais, porque eles eram legais, eles existiam, eles vigiam por força de contrato com o Governo do Estado e três vezes homologados pelo Tribunal de Contas do Estado.

O primeiro contrato foi homologado rapidamente pelo Tribunal de Contas; o segundo foi a prorrogação por cinco anos, também homologado pelo Tribunal de Contas; e o terceiro, em 1998, prorrogando por mais doze anos, também homologado pelo Tribunal de Contas.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento de que o Sr. Jayme Rincón, que é um homem de confiança do senhor, teria recebido R$600 mil do grupo do Carlinhos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, existem gravações truncadas em relação a isso. Ele negou veementemente todas as vezes. Ele já foi questionado pela imprensa brasileira, inúmeras vezes; teve oportunidade de falar sobre isso muitas vezes; apresentou a versão dele e rebateu, veementemente, essa possibilidade.

Segundo o que ele disse – eu não tenho maiores elementos –, não sei se a Delta ou qualquer outra empresa adquiriu veículos de uma empresa da qual ele foi sócio até a vinda dele para o Governo.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – A última pergunta, Sr. Presidente, é a que trata exatamente da questão da casa. Eu nunca vi, na minha vida, uma casa tão complicada como essa, mas, enfim, os negócios aí parecem ainda...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Só falta ser mal-assombrada.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – É o espírito da mitologia grega.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça a pergunta, Deputado...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Mas, Sr. Governador, o Sr. Walter Sampaio – olha, Sampaio de novo; Sampaio nos persegue –, mas o Walter Santiago, quando esteve aqui, disse que entregou R$1,4 milhão em pacotinhos ao Sr. Lúcio Flávio. Ele não soube nem dizer o outro nome ou o sobrenome do Sr. Lúcio Flávio... Aliás, Lúcio Fiúza. O senhor tem conhecimento disso ou não?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, depois dessas vindas aqui de Wladimir, de Walter Santiago, é que eu fui informado como tinha sido. Se ele não tivesse vindo aqui, eu não saberia que ele tinha entregado da forma como ele descreveu aqui.

O fato é que, como já disse aqui no preâmbulo, o Dr. Lúcio foi, a convite do Sr. Wladimir, ao encontro do Sr. Walter Santiago apenas para dar legitimidade ao fato, já que estava sendo repassado um imóvel que ainda estava no meu nome, apesar de ter sido adquirido anteriormente pelo Sr. Wladimir Garcez. Ele assistiu ao pagamento ao Sr. Wladimir, assinou o recibo e foi embora.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

Com a palavra o Deputado Filipe Pereira, segundo autor.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Sr. Presidente, primeiramente, quero colocar aqui nesta Comissão que eu fiquei muito pasmo com a sequência de palmas que, pela primeira, ouvimos aqui nesta CPMI. Então, acredito que nós devamos fazer isso para todos os oradores que se colocarem na tribuna, porque estão aqui na mesma condição de testemunha. Todos nós devemos aplaudir as testemunhas que vêm a esta Comissão.

Mas, Sr. Governador, eu conheço o senhor e a sua trajetória de longo tempo. E peço ao Deputado Francischini que se V. Exª puder me deixar olhar para o Governador, eu agradeço.

Eu sou jovem, como o senhor pode ver Governador, e estou no meu segundo mandato, hoje aos 28 anos. Fui eleito para o primeiro mandato, chegando a esta Casa juntamente com V. Exª na sua eleição ao Senado, no ano de 2007. O meu principal papel nesta Casa e nesta CPMI, especificamente, é buscar trazer clareza aos fatos que aqui foram relatados e apresentados a nós tanto pelo Ministério Público como pela Polícia Federal.

Então, por favor, peço que o senhor não tenha as nossas perguntas como algo pessoal ou partidário, até porque, muitas vezes, nesta Comissão, tenta-se colocar o debate político-partidário em pauta.

V. Exª falou aqui desse encontro que o senhor teve com o Sr. Carlos Augusto, Sr. Carlinhos Cachoeira, que foi um jantar. Correto, Governador? Um jantar que ocorreu.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Primeiro, eu o recebi no palácio e, depois, estive com ele em dois jantares: um na residência do Presidente do Detran e outro na residência do Senador Demóstenes.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Esses jantares foram em qual ano, Governador?

**O SR. MARCONI PERILLO** – No ano passado.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – No ano passado.

Sr. Governador, no ano de 2005, o senhor era Governador de Estado ainda, no Estado de Goiás. E como membro do Executivo, Governador brilhante, conforme já relatou aqui vários sucessos do seu Governo, o senhor tomou conhecimento da CPI dos Bingos que ocorria nesta Casa, no ano de 2005, correto?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tanto quanto os que estavam aqui. Eu estava muito envolvido com o meu Governo.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Sr. Presidente,...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Havia...

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Peço só que a assessoria não atrapalhe a minha visão, porque senão não enxergo.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Deputado Filipe Pereira, eu tive informações pela imprensa quando tinha a oportunidade de assistir à televisão. A agenda de um governador é uma agenda extremamente atribulada. Mas é claro que eu sabia que a CPI dos Bingos estava funcionando aqui no Senado, no Congresso. Não me lembro mais dos resultados.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – O senhor talvez não tenha tomado conhecimento de que o Sr. Carlinhos Cachoeira aparece em mais de cem citações em todo o processo da CPI dos Bingos, como um contraventor, autor de jogos ilegais, enfim, de vários negócios ilegais.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Filipe Pereira, eu conheci, a partir... Tomei conhecimento, aliás, de ouvir falar, a partir de 1995, de que era um empresário que explorava jogos da loteria do Estado de Goiás. Depois disso, depois de um longo período é que eu o conheci pessoalmente na condição de empresário, proprietário de uma indústria de medicamentos ou sócio de uma indústria de medicamentos e sócio do principal laboratório de bioequivalência da Região Centro-Oeste.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – OK. Eu vou fazer minha última colocação, Governador, até perguntando ao senhor, de forma bem clara, porque, em 2005, o senhor falou que não tomou conhecimento de todo o andamento ou de parte do andamento da CPI dos Bingos. Porém, no ano de 2005, foi V. Exª um dos principais apontadores do caso Mensalão, que ocorria no Governo Federal. E o senhor, mesmo sendo Governador do Estado de Goiás e não tendo tempo, como Governador, de avaliar outras questões como o conhecimento do Sr. Carlos Cachoeira na CPI dos Bingos, enfim, todo esse envolvimento, o senhor teve como chegar ao então Presidente Lula para avisá-lo do esquema de mensalão que ocorria dentro do Congresso, correto?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, só que eu não precisei ficar assistindo à televisão. Uma das deputadas que supostamente estavam sendo tentadas à cooptação foi ao meu gabinete e me contou. E numa das minhas visitas ao Estado de Goiás, eu informei, no sentido de ajudar, o ex-presidente.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – E ninguém nunca informou ao senhor que o Sr. Carlinhos Cachoeira era um contraventor, o principal contraventor do seu Estado?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Isso é um juízo de valor que V. Exª está fazendo.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Não, não. Não é meu juízo de valor, Governador. É um juízo de valor para a Polícia Federal. No inquérito, todas as investigações apontam isso.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Felipe Maia...

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Pereira.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desculpe. Deputado Filipe Pereira, eu o conheci como empresário. Eu o recebi como empresário do setor de medicamentos. Antes tomei conhecimento de que ele era um empresário de jogos, explorando a loteria do Estado de Goiás, legal. Portanto, eu não quero fazer juízo de valor. Agora, o Judiciário terá oportunidade de dizer se ele é contraventor, se ele praticou crimes, se ele será julgado, condenado, sentenciado, enfim, o Judiciário agora, depois da Operação Monte Carlo, depois das investigações, terá oportunidade de dar o veredicto final. Eu não quero fazer aqui prejulgamento nem juízo de valor, até porque eu presido um poder e não quero, em hipótese nenhuma, pelo menos parecer que estou ingerindo ou fazendo ingerência em outro poder.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Só uma última questão aqui, Governador. No ano de 2005, quando o Presidente Lula foi questionado sobre a questão do mensalão, ele declarou para todos – e todos nós sabemos – que ele claramente disse não conhecer, ou melhor, desconhecer qualquer ato que estivesse ocorrendo no Governo dele, como era o caso do mensalão. E muitos o questionaram sobre esse conhecimento ou não desses fatos. O senhor também alega que não teve conhecimento de nenhum dos fatos de envolvimento, de influência ou até mesmo de pessoas que foram indicadas no seu Governo pelo Sr. Carlos Augusto Ramos, Sr. Carlinhos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Filipe Pereira, em primeiro lugar, o foco desta CPMI não é o mensalão. O foco do mensalão é outro.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Não. Mas eu não estou colocando o foco no mensalão...

**O SR. MARCONI PERILLO** – E eu não quero...

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Estou apenas fazendo colocações para fazermos comparações, Governador.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Só para concluir: eu não vou, em hipótese alguma, voltar a esse tema aqui numa sessão como essa. Isso são águas passadas. O que eu disse foi dito à época. Não guardo rancor de ninguém, não tenho que ficar mais tratando desse assunto, eu cumpri com o meu papel à época.

Em relação ao que estamos debatendo aqui hoje, é claro que, em relação a assuntos os quais eu desconheça, eu não posso fazer outra afirmação a não ser dizer que desconheço. Em relação aos que eu conhecia, eu tratei de todos aqui: falei de todos os contratos da Delta com o Governo, falei das operações da polícia, falei de muitos assuntos. Eu não fiquei aqui, Deputado Filipe, apenas dizendo que não sei ou que não conheço. Eu falei de muitos assuntos, os quais eu conheço e procurei prestar informações. Agora, eu não tenho como, infelizmente, falar de algo que eu não conheço dizendo que conheço.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – OK. Eu só queria fazer essas colocações, Presidente, apenas pelo fato de que, à época, vários Parlamentares e várias lideranças questionavam também o Presidente Lula por ele falar que desconhecia do mensalão e da corrupção que ocorria em seu Governo. Então, a minha pergunta a V. Exª era justamente para contrapor essa mesma posição: que o senhor só tomou conhecimento de todas as denúncias, de toda corrupção que havia, ou indício de corrupção, perdão, Governador, que havia em seu Governo, também após a apuração da Polícia Federal.

Depois, ainda querem alegar aqui – inclusive, o ex-Ministro Márcio Thomas Bastos foi capaz de alegar, em entrevista hoje, Sr. Presidente, que a Polícia Federal tem que apreender muita coisa. Parece que a Polícia Federal não faz um favor a este País. E todas as denúncias pela Polícia Federal, aqui colocadas, eu tomo elas como juízo e como denúncias verídicas, não tendo nenhuma invericidade; pelo contrário, podem ter ilegalidades, na visão de alguns defensores da lei, mas veracidade existe com certeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu queria pedir a V. Exª permissão para apenas fazer um comentário sobre as colocações do jovem promissor Deputado Felipe Pereira.

Deputado Felipe Pereira, em momento algum da Operação Monte Carlo há qualquer citação de que tenha havido corrupção no meu Governo. Eu rechaço veementemente essa possibilidade de corrupção no meu Governo. Não há. Eu já disse aqui desde o início. A própria Polícia Federal já disse que não há mínimos elementos capazes de linkar o Governo com o foco da operação.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu quero apenas reforçar que eu corrigi a minha fala...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Corrigiu. Corrigiu. V. Exª corrigiu.

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC – RJ) – Eu falei sobre indícios. Então, eu não acusei o seu Governo, Governador.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o terceiro autor, Deputado Maurício Quintella Lessa.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Relator Odair Cunha, Governador Marconi Perillo...

Governador, aqui, como todos os Parlamentares, eu obviamente acompanhei a trajetória de V. Exª, e com muito interesse. Chegou ao Governo de Goiás novo, com 35 anos, já é pela terceira vez Governador reeleito. O senhor aqui sintetizou os avanços que o seu Estado teve. Trabalhamos juntos aqui, eu como Deputado, o senhor como Senador, na CPI dos Cartões Corporativos. V. Exª, inclusive, foi um dos Deputados mais assíduos e mais duros, naquela oportunidade.

Lamento muito, lamentei muito quando verifiquei o nome de V. Exª e o Governo de V. Exª, vamos dizer, lá metido ou citado nessa operação.

Aqui, cumpre-me fazer o meu trabalho e tirar algumas dúvidas que o tempo me permitir. E começo pela questão do Sr. Wladimir Garcez. O Sr. Wladimir Garcez foi Presidente da Câmara de Goiânia, inclusive contemporâneo meu e do Deputado e hoje Ministro da Justiça Eduardo Cardozo, do Eduardo Gomes. Era um político, sem dúvida nenhuma, àquela época, extremamente promissor, eloquente, agradável. Por isso, ele tem essa penetração toda e esse trânsito todo, não só com os políticos do Estado, mas também, obviamente, está claro, pela investigação do Governo de Goiás.

Mas tanto o senhor como os políticos do Estado sabiam, efetivamente, está claro, das atuais funções e atividades do Sr. Wladimir Garcez. Ele era o maior colaborador do Sr. Carlinhos Cachoeira. Mesmo assim, V. Exª mantinha relação próxima com ele. Trocava torpedos, como já admitiu inclusive, e até o recebia em palácio, como admitiu inclusive aqui nesta CPI. Além de ter recebido o apoio dele na campanha de 2010. V. Exª acredita que a população vê com naturalidade a proximidade entre um Governador do Estado e um colaborador de um contraventor do nível do Sr. Carlinhos Cachoeira? Não é uma coisa natural. O que V. Exª tem a falar sobre isso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Primeiro, a relação política que sempre tive com o ex-Vereador Wladimir, que não era apenas uma prerrogativa minha, uma relação comigo, já citei aqui vários outros políticos com os quais ele trabalhou, era uma relação política construída ao longo de mais de 20 anos. Era uma relação com ele.

Por outro lado, Deputado Quintella, ele se apresentava oficialmente, nas repartições públicas, no Governo do Estado, secretarias, Prefeitura de Goiânia, Prefeitura de outros Municípios, como representante da empresa construtora Delta Engenharia. Nunca me levou qualquer pedido que não fosse republicano. Tratei com ele sobre o assunto da venda da minha casa, tratei com ele uma vez ou duas sobre pedidos, eu já disse aqui no início, para que a irmã dele ascendesse à condição de vereadora em Goiânia, fato que não foi possível e depois ele só conseguiu no ano passado graças à relação dele com o prefeito de Goiânia, quando o prefeito colocou, em uma secretaria, um dos vereadores e a irmã dele, a Vereadora Cida Garcez finalmente ascendeu a essa condição.

Portanto, não há qualquer relação dele comigo envolvendo o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca me levou nenhum pedido, nunca me fez qualquer solicitação para beneficiar o Sr. Carlos Cachoeira e muito menos a empresa Delta. Agora, ele buscava tratar de assuntos da Delta em secretarias, em prefeituras e também no Dnit. Ele tinha uma interlocução muito forte junto ao Dnit aqui em Brasília e lá em Goiânia.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL) – Governador, diversas escutas divulgadas nos últimos dias mostram que a casa do Alphaville foi negociada por cerca de R$2 milhões, e não por R$1,4 milhão. O desfecho foi que Cachoeira, no final, tanto que ele foi preso na casa, a casa acabou na mão dele, começou pelo Wladmir Garcez, mas terminou na mão dele, teria pago pelas escutas telefônicas e pelo juízo de valor da Polícia Federal R$1,5 milhão, verba que cobriria os cheques entregues a V. Exª por Wladmir. E que Lúcio Fiuza teria pego R$500 mil.

V. Exª desconhece essa negociação? Esses R$500 mil, na realidade, essa entrega foi monitorada pela Polícia Federal. O Sr. Carlinhos Cachoeira, conversando com o Gleyb, conversando com Wladmir Garcez, vendo a hora de chegar no Palácio e entregar esse dinheiro... Claro, eu quero acreditar aqui que V. Exª tenha sido vítima de uma segunda negociação. Quero acreditar sim. Mas V. Exª reconhece que Lúcio Fiuza era o responsável para fechar o negócio e tudo indica que recebeu esses R$500 mil.

O senhor atribui esses R$500 mil a uma negociação posterior ou o senhor acha que o Sr. Lúcio Fiuza, que eu não conheço, poderia ter se beneficiado e ficado com essa parte do dinheiro?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Maurício Quintella, eu já expliquei aqui várias vezes e terei o máximo prazer em explicar de novo a V. Exª sobre o episódio envolvendo a minha casa, casa particular.

O relatório da Polícia Federal é contundente no sentido de que esse dinheiro não foi entregue. Se alguém falou em entregar algum dinheiro, esse dinheiro não foi entregue nem próximo do Palácio nem no Palácio. Isso deve ser algum tipo de golpe de um desses membros, dessas conversas um em relação ao outro. O Dr. Lúcio Fiuza não recebeu recurso algum, até porque o papel dele nessa data era exatamente atestar, assinar o recibo e atestar que a casa seria repassada por mim, através de escritura, ao Sr. Walter Paulo Santiago. Fora disso, é ilação. Eu não teria como receber por algo que eu já tinha recebido.

Quero deixar absolutamente claro: recebi três cheques, coloquei na minha conta bancária, passei a escritura e coloquei no meu Imposto de Renda. O mais, Deputado Maurício Quintella, é ilação, é fato que não existiu e ninguém nunca terá como provar algo que não existiu.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL) – Governador, primeiro, não estou acusando V. Exª de ter recebido nem...

**O SR. MARCONI PERILLO** –Tenho certeza disso.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL) – ...nem o Sr. Fiuza de ter recebido. Agora que a Polícia Federal monitorou a conversa dos três, monitorou. Está bem claro no inquérito, não vou aqui reler, mas esse fato existiu. Se o dinheiro foi entregue ou se não foi, eu quero crer que, se foi, V. Exª obviamente não tenha recebido. Mas que os diálogos estão claros no inquérito, esses estão.

Aproveitando essa questão do patrimônio, hoje o G1 também, o *site* da Globo, traz uma outra informação. Seria importante V. Exª esclarecer para esta Comissão. O G1 afirma que o senhor teria comprado um terreno de um milhão de metros quadrados em Pirenópolis, em 2008, com oito sócios – três deles seriam duas empreiteiras, Fuad Rassi e CCB Central do Brasil, e um terceiro, José Augusto D’Alcântara Costa – e que essas figuras, esses protagonistas, teriam recebido, durante o governo de V. Exª, muito dinheiro público, em contratos que eventualmente tinham. O senhor poderia explicar essa compra? Por quanto foi adquirido esse terreno? Qual a participação de V. Exª? E qual a relação desses personagens com o Governo de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Quintella, tenho o máximo prazer em responder a V. Exª, até para ter oportunidade também de esclarecer.

É muito fácil falar em um milhão de metros quadrados. Um milhão de metros quadrados representa mais ou menos 20 alqueires. É muito pequeno, Sr. Deputado Maurício Quintella, diante dos verdadeiros latifúndios de políticos goianos, em Goiás e no Mato Grosso.

Eu tenho chácara... Eu tenho, na verdade, 22% dessa área de 22 alqueires, ou seja, 4,4 alqueires. Isso foi comprado quando eu era Senador da República, juntando um grupo de pessoas que estavam interessadas em comprar um terreno a um preço baixo, esperando a valorização na cidade de Pirenópolis.

Os brasilienses...

**O SR. CYRO MIRANDA** (PSDB – GO) – Sr. Governador, pela ordem, eu queria só lembrá-lo de que eu também fui convidado a entrar nesse grupo – éramos mais ou menos em 14 – e o valor era de R$75 mil por pessoa para pagar em duas ou três vezes. E eu não quis porque eu não tinha interesse em Pirenópolis. Obrigado.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Maurício Quintella, só para concluir aqui, esse grupo é um grupo de dez ou doze pessoas, de sócios que se interessaram por essa área. Essa área não está na minha declaração junto à Justiça Eleitoral porque está na declaração de renda da minha esposa. O valor pago foi um valor inferior a R$200 mil. Está absolutamente comprovado na declaração de Imposto de Renda dela e na minha declaração de renda.

Mas eu queria repetir à imprensa: quando se fala em um milhão de metros quadrados...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à Comissão para retomar a ordem e o silêncio, por bondade.

Para concluir, a testemunha.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quando se fala em um milhão de metros quadrados, fica parecendo que é uma coisa enorme para um Estado como Goiás. De 22 alqueires, a parte que concerne a mim é de 4,4 alqueires. Num Estado onde o Canhedo tinha 70 mil alqueires, onde alguns outros empresários têm 20 mil, 30 mil alqueires, 4,4 alqueires é uma ninharia perto do que nós temos notícias no nosso Estado, no Estado do Mato Grosso e em outros Estados. De modo que foi um negócio legítimo. As pessoas que estão comigo nessa sociedade são pessoas com quem tenho relações pessoais, pessoas que não têm... Algumas delas nem ganharam agora, no meu governo, licitações, são licitações que vêm do governo anterior. Portanto, estou absolutamente tranquilo em relação a um negócio limpo.

Mas estou tendo oportunidade aqui de esclarecer que um milhão de metros quadrados significa 22 alqueires em Goiás, um Estado com propriedades de grandes dimensões, e a minha parte é de 4,4 alqueires.

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR – AL) – Só para agradecer ao Governador. Estou na torcida para que V. Exª possa responder a todas as perguntas desta Comissão.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues é o quarto autor.

Peço a retomada do silêncio.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Governador, bom dia.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom dia.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Boa tarde já, a esta hora. Quero, primeiramente, registrar a importância de o senhor ter se disposto a vir a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e, posteriormente, o colegiado desta CPI ter deliberado pela sua apreciação.

Então, vou direto às perguntas.

Embora o senhor tenha dito aqui, inicialmente, na preliminar do seu depoimento, que, entre as 257 interceptações telefônicas que envolviam diálogos referentes ao senhor, só havia sido encontrada uma referente a diálogo entre o senhor e o Sr. Carlos Cachoeira, posteriormente V. Exª admite que teve encontros com o Sr. Carlos Cachoeira durante a campanha de 2010 em eventos sociais. E mais adiante V. Exª também admitiu que esteve em um jantar com o Sr. Carlos Cachoeira no dia 5 de maio de 2011 na residência do Senador Demóstenes Torres.

Portanto, isso nos induz a uma percepção de relação mais próxima do que inicialmente é alegado por V. Exª. No diálogo a que V. Exª se refere, que V. Exª aqui diz, no diálogo interceptado em que V. Exª se refere ao Sr. Carlos Cachoeira o cumprimentando pelo seu aniversário, é importante destacar que o diálogo continua. Depois de parabenizar pelo aniversário, V. Exª diz: “Um grande abraço para você”. Cachoeira responde: “Obrigado aí”. O senhor diz: “Eu vou falar com o Edvaldo para a gente marcar uma conversa”. Cachoeira responde: “Exatamente, tô esperando”. O senhor diz: “Já tá marcado: quinta-feira”. Cachoeira responde: “É, quinta-feira. O Senador [supõe-se que se referindo ao Senador Demóstenes] me ligou. Obrigado pela lembrança”, e o senhor completa a ligação.

Esse encontro ocorreu, posteriormente? Do que se tratou esse encontro?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Randolfe, é uma satisfação poder respondê-lo; V. Exª; que é um dos parlamentares respeitados aqui, no Congresso.

Eu disse – e reafirmo – que, em 200 e poucas interceptações em que o meu nome é citado, há apenas uma ligação minha para o Carlos Cachoeira, que é exatamente essa que o senhor acaba de ler. Em contrapartida, Senador Randolfe, em 30 mil horas de ligações, aliás, de gravações, três anos de gravações ininterruptas, não há sequer uma ligação do Sr. Carlos Cachoeira para mim. Se eu tivesse efetivamente uma relação mais próxima, primeiro, eu admitiria; segundo, ele teria me ligado várias vezes, e as interceptações teriam captado essas ligações. Eu queria só corroborar ou confirmar que não havia essa relação, não há como haver uma relação se, de fato, não houve, e a relação que eu tive com ele, esse encontro no Palácio, na casa do Senador Demóstenes e do Dr. Edvaldo, era uma relação com o empresário, assim como era a imagem que eu tinha dele quando ele executava o serviço da loteria do Estado. Agora, nesse telefonema em que eu estava na casa de um amigo, eu apenas confirmei um convite que o Dr. Edvaldo já tinha falado comigo: “Vou fazer um jantar na minha casa, vou convidar o Senador Demóstenes, vou convidar não sei mais quem e também o empresário Carlos Cachoeira”. No telefonema, eu apenas confirmei a ele da conversa que eu já tinha tido com o Edvaldo e, quando eu disse que falaria com o Edvaldo, era só para confirmar a data, e aí eu disse: “Me parece que já está marcada uma data”, porque o Edvaldo já tinha falado comigo. Nessa conversa, Senador Randolfe, nada foi tratado além de uma pergunta dele sobre o andamento de um pedido que ele havia me feito em relação à indústria de medicamentos; depois, conversamos outros assuntos, assuntos de futebol e outros assuntos que qualquer pessoa conversa num jantar, menos assuntos de governo.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Em relação ao Sr. Edvaldo, que me parece que é o intermediário dessa conversa, desse encontro que consta nessa interceptação telefônica, V. Exª destacou aqui na sua preliminar – e reiterou várias vezes – que a participação do Sr. Edvaldo no seu governo não respondia a nenhum tipo de indicação política, quer seja do Sr. Carlos Cachoeira, quer seja até do Senador Demóstenes. Entretanto, tem um conjunto de diálogos seguintes, sempre envolvendo o Sr. Edvaldo: tem, enfim, esse mesmo diálogo que aqui consta e que o senhor diz que o Edvaldo lhe procurou e o senhor vai marcar a conversa e o encontro que o senhor aqui esclarece; no dia 12 de julho de 2011, tem um outro encontro em que o Sr. Carlos Cachoeira diz o seguinte, o resumo do encontro, o Sr. Carlos Cachoeira diz que vai largar de mão o negócio do entorno e diz que é para avisar o Marconi. É o que está na intercepção da Polícia Federal. Esse diálogo é entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Senador Demóstenes. Mais adiante, no diálogo, o Sr. Cachoeira diz: “E avisa o Marconi, viu? A Odebrecht, aquela lá, a Queiroz também. Aí, avise a eles que eu larguei de mão. Vou largar de mão também deste governo.”

Mais adiante, diz o Sr. Carlos Cachoeira: “liga já e devolve também o Detran, não quero saber de Detran também não. Faz o que quiser com o Edivaldo, viu? Agora eu sou solto”. É a fala do Sr Carlos Cachoeira. No dia 13, há outra interceptação telefônica, em que o Edivaldo diz que o Governador falou que o professor – deduz-se das investigações da Policia Federal que era o Senador Demóstenes – tinha falado com ele para conversar com o Sr. Carlos Cachoeira sobre a obra do entorno. Ou seja, claramente já é um retorno dado pelo Edivaldo ao Sr. Carlos Cachoeira sobre um pretenso diálogo que o Sr. Edivaldo teria feito com o senhor, a pedido do Sr. Carlos Cachoeira de acordo com a demanda apresentada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Existe outro diálogo ainda do dia 13 de julho, no mesmo dia, entre Carlos Cachoeira e o Senador Demóstenes. O Senador Demóstenes diz: “nós vamos fazer em comum acordo, está tudo certo, tem que ter parceria porque é grande demais o negócio, mas a palavra está dada, esse sujeito tá afastado e jogou tudo nas costas do sujeito”. Mais adiante diz o Senador Demóstenes: “vou chamar o Edivaldo, falou? Olha, ele me disse que vai pedir para o Edivaldo pedir demissão”. E continuam. Enfim, esse último diálogo, claramente, apresenta, transparece. Os indícios que aponta esse conjunto de diálogos é de que houve reclamação do Sr. Carlos Cachoeira sobre a questão da obra do entorno. Essa obra do entorno aparece em várias interceptações da Policia Federal. Só para citar uma dessas interceptações, há um diálogo mais duro entre o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Carlos Cachoeira. Nesse diálogo mais duro, o Sr. Cláudio Abreu disse: “E amanhã eu vou nessa reunião lá. E falei claro para os caras da Galvão [deduzimos que é a Queiroz Galvão, e segue um palavrão]. Mais adiante ele diz: “rapaz quem tá pilotando esse trem aqui é nós; agora, se eles estiverem achando ruim, eles vão lá no Marconi e falam”. Então, claramente o Sr. Cláudio Abreu está dizendo que o consórcio que dirigia a obra do entorno era o consórcio, de acordo com compromissos políticos, assumido e dirigido pela Delta. O Sr. Carlos Cachoeira é mais duro neste diálogo e diz: “o maior problema é que é você que tinha que estar na reunião”.

Enfim, há um conjunto de diálogos envolvendo essa obra do entorno, um conjunto de diálogos com a intermediação do Sr. Edivaldo. E, ao final desse conjunto de diálogos, há um retorno do Senador Demóstenes, dizendo que havia conversado com o senhor e que a questão da obra do entorno estaria resolvida, que continuaria a obra do entorno sob a liderança da Delta.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Randolfe, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Senadoras, Senadores,Deputadas e Deputados, os senhores devem ter percebido um grau de irritação muito grande em relação ao governo. E, se esse grau de irritação está demonstrado nessas gravações, em muitas gravações, é porque, efetivamente, o meu governo não serviu nem à Delta, nem à Galvão, nem a qualquer empresa que seja. Essas irritações todas se dão por isso. Todas as nossas obras foram obras licitadas em concorrências duríssimas. Em uma delas, noventa e tantas empresas, três Estados, como eu já disse aqui, aquela história de acordo de empreiteira não existe no meu governo. E essa obra, essa suposta obra não existe, não foi licitada, não está sendo licitada, enfim, pode ter havido algum tipo de interesse desse grupo ou de outro, mas é algo que não existe, inexistente. Não se licitou, não se falou em licitar, não existe, não tem contrato. E se, eventualmente, alguma obra no entorno for para licitação, saiba V. Exª que nós vamos obedecer rigorosamente à Lei nº 8666 e aos altos princípios que regem a Administração Públicas: publicidade, economicidade, legalidade entre outros. Tenha certeza de que esses diálogos de nada valeram. Podiam ter intenção. Agora, uma coisa é intenção, outra coisa é a concretude. Não há nesses diálogos todos, Senador Randolfe, nenhuma... nenhum diálogo que possa ter se concretizado. Nenhum. Imagino até que tenham tido interesse em concretizar qualquer tipo de acordo de empreiteiras, ou, talvez, parcerias privadas. Pode ser que tenham tido esse interesse. Uma coisa é ter vontade, outra coisa é a concretude de uma vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Com a palavra, agora...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O tempo de V. Exª esgotou, mas eu vou permitir a V. Exª como o único que pediu essa...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Perfeito. É menos de um minuto. É só porque eu considero essa pergunta...

Eu teria mais considerações sobre essa, não vou fazer, mas essa última pergunta eu considero importante.

O senhor entregou, agora, para a CPI um cheque, uma cópia do cheque sobre a casa, no sentido de esclarecer a questão envolvendo a casa, que é uma das mais polêmicas nesta CPI. Esse cheque é de uma a empresa chamada Excitante. Ocorre que essa empresa Excitante é uma das empresas que receberam recursos da Alberto e Pantoja. Em decorrência, a Alberto e Pantoja é uma empresa que só existe em função de uma razão: receber recursos da Delta, ou seja, as empresas que recebem recursos da Alberta e Pantoja, por decorrência, receberam recursos da Delta. O senhor tinha conhecimento disso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu já falei aqui, hoje, várias vezes, e tenho o maior prazer em responder de novo a V. Exª. Ora, o Sr. Wladimir Garcez afirmou aqui a todos os senhores que tomou dinheiro emprestado da Delta e do Cachoeira para pagar os cheques. Foi ele quem disse isso aqui. Se ele tomou dinheiro emprestado da Delta, é natural que a Delta tenha emprestado esse dinheiro para essa empresa. Eu não vejo nenhuma contradição. Isso está, Senador Randolfe, absolutamente claro. E eu não sabia. Eu soube agora, quando ele veio aqui e disse: “Eu tomei dinheiro emprestado dos meus patrões.” Então, na minha opinião, não há contradição alguma.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Em outras palavras, então, a sua casa pode ter sido comprada, ou melhor, a sua casa foi comprada com dinheiro da Delta?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O.k. A minha casa foi comprada pelo Sr. Wladimir Garcez, que tomou o dinheiro emprestado, segundo o que ele disse aqui...

*(Tumulto no recinto.)*

**O SR. MARCONI PERILLO** – Está muito explicado, Senador Randolfe. Eu vendi ao Wladimir. Não conseguiu honrar o compromisso dele com os seus patrões, passou ao Sr. Walter Paulo, eu passei a escritura. Na minha opinião, eu acho que aqui, é senso comum, este assunto da casa está absolutamente explicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Com a precedência do relator...

*(Intervenções simultâneas. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) –... antes do Carlos Sampaio.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nessa linha do Senador Randolfe, Governador Marconi Perillo, V. Exª diz que conhece o Wladimir Garcez durante vinte anos. V. Exª recebe dele três cheques, que ele estaria comprando uma casa para V. Exª pelo valor de um milhão e quatrocentos. Como é que V. Exª não checa a origem desses cheques se ele, Wladimir Garcez, possuía, na opinião de V. Exª, crédito, recursos financeiros, patrimônio suficiente para honrar o pagamento da casa de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Odair, respondo de novo a V. Exª e com o máximo prazer. É claro que, se os cheques não fossem compensados, a escritura não seria passada. Os cheques seriam compensados em três parcelas, conforme eu já expliquei aqui. Agora...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas ele tinha patrimônio para honrar, na opinião de V. Exª? V. Exª o conhece há vinte anos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele disse que tinha fazenda no Tocantins. Deixa até eu ler aqui, por gentileza. Ele disse aqui, nesta CPMI: “Tentei vender a casa por um valor maior, mas não consegui. E também não consegui arranjar dinheiro,. Tentei vender um apartamento que eu tinha. Tentei vender um carro e fazer um financiamento no Banco Itaú, no qual não consegui crédito para fazer o financiamento.” Eu imaginava, é claro, que ele tivesse o dinheiro.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª disse que o conhece há vinte anos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Afinal de contas, ele se apresentou para comprar. Eu sabia que ele tinha fazenda no Tocantins, sabia que ele tinha apartamento, enfim. Por outro lado, se ele também não tivesse como honrar o pagamento, a casa não seria... eu não faria a tradição da casa a ele. Qual foi a outra pergunta?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Basicamente esta: se V. Exª conhecia o patrimônio dele e se achava que ele tinha condições de honrar com o pagamento dessa ordem, já que o senhor o conhece há vinte anos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – O outro detalhe, Deputado Odair, diz respeito ao cheque. Não só eu, mas muitos que aqui estamos, certamente, já vendemos alguma coisa, já recebemos em cheque. Infelizmente, às vezes, por displicência, não olhamos quem era o emitente.

E eu já disse aqui e quero repetir, como o cheque seria depositado, se ele voltasse, certamente a operação não se concretizaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o último dos oradores, o Deputado Carlos Sampaio, dos autores.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Parlamentares, Exmº Sr. Governador, gostaria inicialmente agradecer a presença de V. Exª, presença esta que foi, de forma espontânea, solicitada por V. Exª, portanto, mostrando um diferencial na sua postura segura pela forma como prestou os esclarecimentos no dia de hoje.

Algumas questões, Sr. Presidente, foram colocadas pelo Sr. Relator e por outros Parlamentares e acho que mereceriam uma abordagem um pouco mais profunda. Estou inscrito também na condição de orador logo em seguida. Então, vou me limitar a fazer alguns comentários que acho que são importantes porque esclarecem algumas das colocações feitas por outros colegas Parlamentares.

Uma delas se refere ao próprio Sr. Relator, que, indagando sobre as pessoas que foram demitidas ou que saíram do Governo, foram tantas pessoas, seis ou sete pessoas, o que poderia levar à conclusão de que estariam tentando cooptar o Governo ou poderia dar a impressão de que o Governador teria ciência.

Só quero lembrar ao Sr. Relator e a todos os nossos Pares que a Presidente Dilma demitiu sete Ministros por envolvimento com corrupção, corrupção, e em momento algum aventou-se a hipótese de ela estar envolvida no esquema de corruptores ou corruptos.

Uma segunda abordagem que acho importante se refere à questão colocada aqui por outro Deputado com relação se a Elaine tinha rádio. “Se ela tinha rádio, como é que o senhor não sabia?” Eu, com toda a sinceridade, Sr. Relator, indagaria a todos nós aqui quem sabe o que cada um dos seus assessores efetivamente tem como aparelho telefônico e qual a origem, como ele conseguiu esse parelho. É evidente que são indagações que ninguém faz no dia a dia da vida pública e mesmo na atividade política.

Com relação à ponderação feita de que se encontrarem quatro ou cinco oportunidades, eu também quero fazer aqui uma ressalva. Como político, me encontrei, como candidato ou como Deputado Federal eleito, em várias oportunidades, com adversários políticos, com pessoas por quem, aliás, não tenho nenhuma consideração ou com pessoas que tenham uma certa, digamos, representatividade na cidade, mas não têm a ver com o dia a dia da minha vida, não frequentam a minha casa e eu não frenquento a casa delas. E, portanto, o fato de encontrá-las socialmente, na atividade pública, na vida de um político, eu diria que é uma questão quase que corriqueira.

Duas outras questões merecem ser abordadas.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Voltou.

Sr. Presidente, com relação aos bingos. O Governador foi extremamente taxativo e categórico ao afirmar que tudo aconteceu em 1995, depois com prorrogações, com relação à legalização do bingo.

Mas eu quero ler ao Sr. Relator e aos nobres Pares a primeira mensagem, texto de mensagem ao Congresso Nacional, encaminhada pelo Presidente Lula em fevereiro de 2003. No primeiro ato como Presidente da República, ao encaminhar uma mensagem ao Congresso Nacional, disse o Presidente Lula:

*O financiamento da carreira de atletas de alta performance, embora já incluído na peça do estatuto em tramitação, caminha em paralelo como projeto de lei pela necessidade de rápida aprovação, visando a preparação da equipe brasileira que participará dos Jogos Esportivos Pan-Americanos, em 2007.*

E concluiu o Senhor Presidente, à época, Presidente Lula: “A legislação também prevê a obtenção e o disciplinamento de fontes de recursos, como é o caso dos bingos.”

Portanto um dos primeiros atos do Senhor Presidente da República, à época, em 2003, foi justamente no sentido de buscar a legalização dos bingos. Em seguida, o Presidente Lula assina um decreto presidencial, coincidentemente junto com o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira Silva, em que diz: “Fica decretado... Primeiro de outubro de 2003.

“Fica instituído o grupo de trabalho interministerial para, entre outras coisas, avaliar e apresentar propostas para modificar a legislação referente à exploração de bingos no País.” Essa vontade de legalização do bingo do Governo do PT do Presidente Lula é patente numa mensagem enviada ao Congresso em fevereiro de 2003 e depois reafirmada em outubro, como sendo uma vontade dele e do então Chefe de Gabinete, José Dirceu.

Outro ponto que acho importante também ser esclarecido é que a gente sabe da eficiência da Polícia Federal e sabe do compromisso da Polícia Federal com a verdade, mas equívocos acontecem.

Eu gostaria trazer à baila um assunto referente à casa, que já foi muito bem explicado pelo Sr. Governador, mas, coincidentemente, acabei por descobrir uma gravação feita pela Polícia Federal, que tomo a liberdade de ler a V. Exªs, coincidentemente quatro dias após a venda da casa para o Sr. Walter, que foi passada a escritura, e que, segundo alguns, casa essa que poderia estar sendo negociada pela Polícia Federal. O Relator disse aqui textualmente: “A Polícia Federal suspeita que a casa tenha sido vendida a Carlos Cachoeira”.

Olha o que diz a presente gravação numa conversa de Carlinhos com Andressa. Começo do diálogo – quatro dias após ser passada a escritura em cartório –:

*Andressa: Eu acho que você deve comprar uma casa nova, um projeto novo. Você não acha?*

*Ele responde, segundo a Polícia Federal, do apartamento em que está: É. Vou se localizo uma casa, então.*

Andressa continua:

*Andressa: Eu vou te ajudar a procurar, tá?*

*Carlinhos responde: Tá bom. Então, me ajuda a procurar. Amanhã, eu te falo. Um beijo.*

*Ela continua: Só um minutinho. Você vai ficar aí, morando aí? Eu sei como é isso, vai demorar três ou quatro meses para resolver.*

*Ele responde: Não, não. Vou dar um jeito.*

*Ela continua: Melhor assim, né? Melhor você ficar aí no seu canto. Você está confortavelmente acomodado; você está em zona de conforto. Eu pude sair. Perdi, né? É. Dei a minha cara a tapa.*

E continua o diálogo.

*Carlinhos: Tá bom. Amanhã vou procurar uma casa, é o único jeito.*

*E ela conclui: Tá. Mas ela vai demorar uns três meses, né? Qualquer casa que você vai comprar vai ter que fazer pintura e etc.*

Quatro dias após a venda da casa, a Andressa solicita ao Carlos Cachoeira que comprasse uma casa para começar uma vida nova, e a Andressa é quem vive com ele hoje. É a esposa que morou na casa que foi vendida porque foi cedida pelo Wladimir Garcez.

Vejam, senhores, a Polícia Federal não pode ter achado, como foi dito aqui – olha, ela achou, mas equivocou-se –, que a Polícia Federal suspeitava que a casa tinha sido vendida ao Carlinhos. Estou transcrevendo aqui diálogo entre a esposa do Carlinhos e ele, quatro dias após a venda efetiva, com a escritura efetiva.

A pergunta é: a Polícia Federal não se apercebeu desse diálogo posterior à venda? E por meses se falou na imprensa que o eventual comprador poderia ter sido Carlos Cachoeira.

Trago à baila esse assunto para que todos vejam que, apesar de uma perseguição de uma investigação, uma perseguição criminal adequada ao núcleo criminoso, às vezes equívocos acontecem. E reservo-me o direito de perguntas para o momento da minha inscrição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do artigo...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS)– Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do art. 6º, do Regimento Comum, e atento ao art. 89, do Regimento do Senado, que a mim cabe o ordenamento dos trabalhos, eu entendo que cabe agora a palavra dos Líderes. Chamo o Líder Chico Alencar e, depois, o Líder Silvio Costa, mas...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em consideração ao pedido do Líder do Democratas e primeiro inscrito entre os membros titulares desta sessão, o Deputado Onyx Lorenzoni, que tem uma viagem agora...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) ­– Eu tenho uma viagem. Exato.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu preciso de V. Exª uma informação. Tire uma dúvida aqui, deste Plenário. O Deputado Carlos Sampaio é autor do requerimento e fez inscrição para fazer perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele pode falar.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Pergunto a V. Exª porque, nas comissões, não é assim que funciona.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) **–** Ele se inscreveu, pode falar.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – O autor tem preferência, mas ele não fala duas vezes. Pergunto a V. Exª...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) **–** Fala, sim. Inscreveu...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Estou perguntando...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está pergunta e a Presidência...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Estou ouvindo tranquila.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª pergunte à Presidência, e a Presidência terá o prazer de responder a V. Exª, Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – É para V. Exª que eu pergunto se é possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É possível sim, na condição de autor e inscrito também, a duas indagações.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Questão de ordem pelo art. 131 do Regimento Comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Eu gostaria de saber em que base está o Regimento, Sr. Presidente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Governador, eu me inscrevi aqui para fazer perguntas, poderia me inscrever como líder, mas, como líder. E aí está a questão ordem, Sr. Presidente: o líder não faz perguntas, eu tenho impressão. Ele faz discurso político.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Como quero fazer perguntas, vou esperar os líderes falarem para depois fazer perguntas a V. Exª ... mas penso que, no interesse dos trabalhos, V. Exª poderia rever não para a sessão de hoje, que já anunciou o nome de líderes aqui, poderia significar alguma espécie de desprestigio, mas para sessões futuras, priorizar quem se inscreve para debater o assunto com aquele aqui está depondo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou acolher a questão de ordem de V. Exª.

Vou passar a palavra...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. São dois segundos.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Eu estou inscrito, Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Apenas faço um apelo a V. Exª para que transfira um apelo aos líderes para respeitar a ordem. Eu sou líder.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Mas eu só estou pedindo aqui...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas eu me inscrevi.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Eu me inscrevi também.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Acho que temos que ser pragmáticos..

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 6º.

Senador Líder Alvaro Dias, o art. 6º do Regimento Comum, V. Exª o conhece tão bem ou melhor do que eu. Prevê que os líderes podem falar a qualquer hora, o apelo de V. Exª deve ser transferido...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...de ter ressonância na própria Comissão.

Agora, permita-me ouvir, por concessão do Líder Chico Alencar, permita-me ouvir o líder do Democratas, primeiro inscrito o Deputado Onyx.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Os meus três minutos já teriam sido bem gastos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Onyx.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Posso fazer, Presidente, porque o depoente acabou de...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou solicitar a suspensão por dois minutos até a volta da testemunha.

*(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 34 minutos.)*

*(A reunião é reaberta às 14 horas e 35 minutos.)*

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Presidente, posso perguntar? Presidente, posso iniciar? Eu pediria que a Assessoria permitisse a minha visualização.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos restabelecer os nossos trabalhos.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Presidente, Relator, Sr. Governador, primeiro queria dizer que, em relação à questão da casa, senti-me completamente contemplado com seu depoimento, a consistência da sua fala e com tudo o que o senhor apresentou aqui.

Essas são as primeiras palavras que queria... me dou por completamente satisfeito.

Segundo, tenho algumas questões aqui que gostaria de avançar, Sr. Governador, que reputo importantes.

A CPI, na semana passada, recebeu uma correspondência do Sr. Jayme Rincon dando conta de que ele é portador de um aneurisma e que não poderia vir depor na CPI. Como ele continua como Secretário de Estado, queria pedir a V. Exª que pedisse a ele para ele vir, para ajudar essa CPI, porque, se ele não pode vir aqui depor, acho que há uma incoerência de ele continuar como Secretário. Ou não pode para duas coisas ou, se pode para uma, tem que poder para as duas.

A outra questão que queria colocar para V. Exª – e peço desculpas porque estou premido por um compromisso que tenho... Quero ir um pouco além do que debatemos aqui até agora. O senhor conhece o Sr. Fernando Cavendish? O senhor conhece o Sr. Claudio Abreu?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele está inscrito, Miro, ele pode.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Sou o primeiro inscrito, cheguei aqui às oito horas da manhã.

Continuando. O senhor conhece o Sr. Fernando Cavendish? O senhor conhece o Sr. Claudio Abreu? E qual a relação que o senhor tem com essas pessoas?

Eu queria que o senhor comentasse o seguinte: curiosamente, no dia 13 de julho do ano passado, há um diálogo interceptado pela Polícia Federal em que o Senador Demóstenes e o Sr. Carlos Cachoeira debatem criticando duramente o senhor, dizendo que o senhor havia feito um discurso em Goiás falando sobre corrupção, e o senhor usou a Delta como exemplo. E o Cachoeira e o Demóstenes estavam muito indignados e queriam que houvesse uma explicação, uma retratação. Eu queria perguntar para o senhor o que o senhor pode nos ajudar em relação ás operações e ações da Delta, já que em discurso o senhor usou a Delta como exemplo de corrupção. São esses os meus questionamentos. Eu agradeço os esclarecimentos que V. Exª vai nos dar. E peço desculpas, Presidente, que vou ouvindo, mas vou ter que sair senão perco o avião.

**O SR. MARCONI PERILO** – Deputado Onyx Lorenzoni, obrigado pela participação, obrigado por ter se sentido esclarecido com as minhas explicações sobre a casa de minha propriedade, a que foi minha casa.

Quanto ao Sr. Jaime Ricon, ele tem três aneurismas e deverá se submeter a uma cirurgia. Se dependesse de nós, amigos, ele já teria feito essa cirurgia, mas ele tem um pouco de receio. De qualquer maneira, vou sugerir a ele que venha, se possível, se a junta médica o liberar, até porque ele tem toda a tranquilidade para esclarecer. É uma pessoa muito bem informada, tem trabalhado só meio expediente, é um excelente funcionário, estamos tocando muitas obras, ele me ajudou a moralizar a Agetop, mas vou levar essa recomendação a ele.

Nunca conversei com o Sr. Fernando Cavendish; sei que ele já foi ao Goiás, já esteve em Goiás, não sei com quem, já esteve em fazendas na região, mas, comigo, nunca. Eu não o conheço.

Quanto ao Sr. Claudio Abreu, estive com ele, salvo melhor juízo, uma vez, agora no governo, acho que foi na casa do Senador Demóstenes, não me lembro, e estive com ele uma ou duas vezes na campanha.

Quanto a críticas duras, eu imagino, depois de ter ouvido as gravações, que essas críticas devam ter acontecido por conta de uma reunião que fiz com o secretariado, Deputado Onyx, em que reafirmei determinação que eu havia dado em 1º de janeiro do ano passado, a primeira reunião do secretariado. Nesse dia eu afirmei esta determinação que foi a seguinte: no meu governo, não haverá por fora caixa de campanha, não haverá pedágio, não haverá propina, não haverá Delta X, que é sinônimo de propina. Imagino que teriam imaginado que eu queria banir a Delta do Estado. Eu não tenho que banir ninguém; as pessoas, as empresas disputam, enfrentam o jogo da licitação. Se apresentam bons preços, se apresentam bom histórico, se são capazes de realizar boas obras, naturalmente que elas vão ter condições de vencer os certames sem acordos de terceiros, sem conchavos, sem qualquer direcionamento. Essa prática precisa acabar em todos os cantos deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço atenção dos senhores para, de acordo com o art. 89, na forma como a Presidência da reunião anterior, presidida pelo Sr. Presidente Paulo Teixeira, no exercício desta honrosa presidência dirigiu, e em respeito à ordem de inscrição que está aqui pré-agendada, inclusive alguns Parlamentares chegaram bem cedo para se inscreverem, e ao art. 6 do Regimento Comum, que prevê que quaisquer líderes têm direito a comunicações inadiáveis no exercício da liderança por apenas uma vez por sessão, não podendo fazer qualquer inquirição à testemunha ou ao depoente, esta Presidência vai, mantendo a tradição da reunião anterior, fazer a interposição de três membros inscritos e um líder. Somente assim poderemos manter a ordem de inscrição e ouviremos todos os líderes que aqui estão.

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE)– Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para ajudar na questão de líderes, V. Exª, em determinado momento, encaminhou que, como todos os líderes falam nesta sessão, houvesse uma precedência daqueles que chegaram para se inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato. É que...

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE)– Pelo PSDB, eu fui o primeiro a comparecer hoje...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já vou inscrever V. Exª como primeiro do PSDB.

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE) – ...pela manhã e gostaria que fosse...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estão inscritos, já estão inscritos. O primeiro a falar será o Líder Chico Alencar, o segundo a falar será o Líder Silvio Costa, o terceiro a falar, o Líder Mendes Thame, o quarto a falar, o Líder Bruno Araújo.

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE) – Não, desculpe, Sr. Presidente. Eu fui o primeiro a me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas V. Exª está aqui como primeiro inscrito.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Presidente, coloque o Deputado Bruno no meu lugar. Ele fala no meu lugar. Eu sou o quarto.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do art. 6º, o líder terá direito a cinco minutos sem questionamento à testemunha ou ao depoente. Cinco minutos sem questionamento.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Estou entre aqueles que estão insatisfeitos com o que foi supostamente esclarecido aqui até agora.

Ponto um. Examinando os recursos – fartos, aliás – de campanha do Governador Perillo, em 2010, pedindo silêncio aqui do lado, por favor, nós percebemos que além da doação de frigoríficos, abatedouros – aliás essa relação valeu ao Governador, na gestão anterior, um inquérito no Supremo Tribunal Federal –, bancos, construtoras, JBS, essa que está tentando adquirir a Delta, há duas empresas com vínculos com o esquema Cachoeira. Está aqui na declaração oficial na Justiça Eleitoral, no Tribunal de Contas, regional e eleitoral: Rio Vermelho Distribuidora ajudou na campanha e depois ajudou a saldar dívidas dela, no montante superior a R$450 mil, e a Rental Frota Distribuição e Logística, que pertence ao seu tesoureiro de campanha, um homem muito influente e ativo no Governo atual.

Outro dado que me traz dúvidas – eu espero que os que têm direito de interrogar o Governador o façam: ainda em 2010, na declaração de bens à Justiça Eleitoral, o candidato e ex-Governador, declarou possuir treze bens e relacionou oito imóveis no valor total de um milhão e duzentos mil. Logo no início de 2011, vendeu um deles – um desses oito – por um milhão e quatrocentos mil, para aceitar uma das cinco versões, a que foi reiterada aqui, hoje. E hoje o Governador fala que mora de aluguel e tem dois terrenos. Não sei se são apenas no condomínio Alphaville.

De qualquer forma, há uma discrepância entre os bens declarados, o seu valor e essa famigerada venda da mansão na rua dos bobos, número zero, essa que tanta confusão está gerando.

Agradeço a dica acaciana do Governador sugerindo que quem tiver imóvel para vender verifique quem é o comprador. Agora, é bom que ele verifique quem emitiu esses cheques, porque foi a Excitante modas infantis ou confecções que recebeu dinheiro no período de emissão desses cheques da Delta e da Alberto Pantoja. Portanto, ao fim, ao cabo, quem comprou esse imóvel foi o Cachoeira.

O Governador tem uma tática boa aqui: tudo o que lhe aproxima dessa relação ele diz que desconhece, não sabe. Chegou a desconhecer uma suposta viagem do pai. Depois o irmão foi quem esclareceu mais tarde.

Com relação a Wladimir Garcez, no depoimento de hoje, as notas taquigráficas vão mostrar. O Governador falou que tem uma relação muito antiga e próxima, no primeiro momento, depois esporádica, depois contatos mínimos e nessa condição nem olha quando ele lhe passa um cheque? Com contato mínimo? É estranho. Não é usual.

Não lembra se o recebeu em sua casa, embora tenha dito que comprou uma nova casa para receber mais gente, porque essa famigerada aí do Alphaville era pequena. E disse também que não lembra se recebeu, porque recebe pouca gente. Ora, se recebe pouca gente, aí é que a gente lembra mesmo quem estava. Não se lembrar não é esclarecer.

Por fim, queria destacar, aqui, o que a Polícia Federal, nesta CPI, através do delegado da Operação Monte Carlo, disse:

*(...) o Governo de Goiás (...) foi aquele sobre o qual a organização criminosa mais ampliou os seus tentáculos, podendo se falar mesmo (...) de um ‘governo paralelo’ (...)*

*A Organização teria “cota” de indicações políticas no governo. O governador Marconi Perillo, citado 237 vezes em conversas...*

...que tratavam o Sr. Carlos Cachoeira, que, aliás, aqui, o Governador só chama de empresário, amistosamente...

*(...) e vendeu sua casa para o próprio, recebendo cheques assinados por Leonardo Ramos, sobrinho de Cachoeira e sócio dessas confecções.*

Portanto, tem muita coisa ainda nebulosa, misteriosa e comprometedora, na avaliação do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De acordo com o art. 14, previno os Srs. Parlamentares, §6º, que o parlamentar que fizer uso pela liderança não pode, na mesma sessão, conceder da palavra também.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Presidente, só para... Como faltava uma frase final aqui...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Requerimento é da mesma forma, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também. Na próxima sessão, sim.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – O Governador fez um histórico, aplaudido aqui, por sua claque de acompanhantes, com um discurso inicial, mas ele esqueceu de mencionar o seguinte: na resistência democrática da qual todos participamos, há um enorme valor. Agora, a volubilidade dele partidária já não é merecedora de aplauso. Ele foi, nesse período todo, os companheiros do PSDB não ficaram aí nessa defesa tão incondicional, do PMDB, do PST, do antigo PT, do PTB e do PSDB. Enfim, é uma trajetória não tão coerente assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Falou o líder. Agora vem... V. Exª não foi...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu queria apenas fazer um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não houve indagação.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não, é que queria fazer um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não houve indagação à testemunha.

Ao Senador Pedro Taques, é o primeiro entre os três próximos, na ordem de inscrição.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores!

Governador, como vai? Governador, tudo bem?

Governador, o Lúcio Fiúza trabalha ou trabalhou com o senhor quanto tempo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Mais de 20 anos.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Mais de 20 anos.

No período em que o senhor foi Governador, no primeiro período, ele trabalhou para o senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Trabalhou.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Nas duas campanhas, nas seis campanhas de que o senhor participou, ele participou?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sempre me ajudou.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sempre te ajudou.

E qual era a função dele nas campanhas?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, em algumas delas, ele me ajudou em contabilidade; no Governo, ele sempre me assessorou dentro do palácio, examinando documentos que chegavam, encaminhando pedidos que chegavam a outros secretários; sempre teve uma função próxima.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sim. Ele tratava de assuntos particulares do senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Também.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Também.

Por que ele foi acompanhando Wladimir Garcez na casa do Walter Paulo pegar esse dinheiro?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Pedro Taques, segundo já disse aqui, anteriormente, ele foi solicitado – isso ele me disse depois – pelo Sr. Wladimir a ir ao encontro do Sr. Walter Paulo, porque ele precisava, o Walter Paulo precisava se certificar que receberia a escritura depois de feito o pagamento ao Sr. Wladimir Garcez.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Ele fez referência ao senhor que o dinheiro..., que foi lhe entregue dinheiro em pacotinho? O Fiúza.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Não disse ao senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele falou comigo só muito depois. Apenas disse que o Wladimir havia recebido o dinheiro.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Mas esse fato não é inusitado no pensamento do senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, eu acho que não. Ele foi lá para dar veracidade a uma venda, afinal de contas, uma pessoa havia comprado, não deu conta de pagar a seus emprestadores, depois disso ele buscou um outro comprador que exigiu que alguém que me representasse fosse à presença dele para assinar o recibo, certamente temendo que a escritura não fosse paga.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor tem relações com o Walter Paulo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Muito poucas. Na última campanha eleitoral, ele foi candidato, na coligação do PMDB, em Goiânia.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor foi padrinho de casamento dos filhos dele?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele disse, aqui, nesta CPMI, que gosta muito de ter autoridades do Estado presentes em casamentos dos seus filhos. Me parece que ele tem 11 filhos, e eu já fui padrinho de casamento de um ou dois dos filhos dele. Mas outros políticos de expressão no Estado de Goiás também já participaram de casamentos de filhos dele.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Então, imagine, o senhor foi padrinho de casamento do filho dele, e ele não confiava na palavra do senhor.

**O SR. MARCONI PERILLO** – E há muitos anos... não, não era palavra minha, quem negociou com ele, segundo disse aqui na CPI, foi o Sr. Wladimir, não fui eu.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, o tempo meu já estava em seis minutos quando começou. Estão me comendo quatro. Por favor. O tempo não para, mas não anda tão rápido assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – devolvo ao senhor o tempo.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senhor tem fé de ofício desta Presidência.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Muito obrigado.

O senhor já se encontrou com o Sr. Walter Paulo em outras oportunidades, além desses casamentos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Já me encontrei com ele umas duas vezes, uma delas para pedir apoio à campanha dele, em 98, 2008, aliás.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Certo.

O Wladimir Garcez, o senhor fez referência à juventude do PMDB, na primeira administração do senhor no Governo de Goiás ele foi seu secretário.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Acho que na segunda administração ele foi secretário de trabalho.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor sabe por que ele foi mandado embora?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Houve um problema, uma denúncia de irregularidade de alguma coisa que tenha havido e eu pedi para que ele deixasse o cargo.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sim, e o senhor sabe se ele foi condenado por improbidade administrativa?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Por esse assunto não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Muito bem.

Esse cidadão ele é corretor de imóveis, por acaso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não, que eu saiba não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Não.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Mas agiu, nesse caso como se fosse.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Como se fosse.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Aliás, ele agiu como repassador de um imóvel que ele havia tentado comprar e não conseguiu pagar às pessoas que lhe emprestaram.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor acredita que ele vendeu o senhor para o Cachoeira e o Demóstenes, “vendeu”, entre aspas, no sentido que as várias conversas, o senhor excitado como fazendo favor para o Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Pode ser que sim, ele próprio disse aqui que usou indevidamente o meu nome em várias escutas, para poder mostrar prestígio junto ao Sr. Claúdio e ao Sr. Cachoeira.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Certo.

O senhor fez referência a um jantar ou a um almoço na casa do Senador Demóstenes, foi em Goiânia ou aqui?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Em Goiânia.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Quem participou desse jantar?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, que eu me lembro, Carlos Cachoeira, eu acho que o Cláudio Abreu passou por lá, não me lembro também, e acho que algumas pessoas, duas ou três pessoas ligadas ao Senador Demóstenes. E o jantar foi feito pela esposa dele.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O Cavendish foi a esse jantar.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não, não conheço o Cavendish.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O Pagot foi a esse jantar?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Também não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor já veio a algum jantar na casa do Demóstenes aqui em Brasília?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Pelo menos umas duas ou três vezes.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sim, nesse jantar existiu empreiteiros?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não me lembro. Eu já vi na casa do Senador Demóstenes, quando nós éramos colegas, eu já vi lá festas, jantares com pelo menos trinta Senadores e Deputados e Senadores importantes de todos os Partidos. Sempre com uma banda, uma bandinha que ele contratava, e muita gente cantando... *(Risos.)*

Senadoras, Senadores, Senadores de todos os Partidos cantando, alguns cantando melhor outros pior, mas todo mundo cantando.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Não vou perguntar que tipo de música cantavam.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Senador Pedro Taques, eu fui a alguns jantares na casa dele como Senador, não me lembro quantos, depois que me tornei Governador me lembro de dois jantares na casa dele, nunca me encontrei com nenhum empreiteiro, agora ele gostava de fazer festas, gosta de fazer festas. E, repito, Senadores de todos os Partidos participavam desses jantares na residência do Sr. Senador Demóstenes Torres. Parece-me que quem ia a esses jantares gostava muito.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Ok. Eu não vou perguntar que música tocou nesse jantar e nem a comida que foi servida, porque não é o objeto da CPI.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Um Senador, por exemplo, cantou uma música do Bob Dilan.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Ah, que bom, eu também... *(Risos.)*

Muito bem, posso continuar, Sr. Presidente? De bom gosto esse Senador, né?

Existem três fatos na CPI, Governador Perillo, que, em sendo demonstrados...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – ...em sendo demonstrados, em sendo demonstrados, e a CPI precisa mostrar fatos, se forem demonstrados prova a ligação do Senhor com o Cachoeira, do seu Governo com o Cachoeira. Primeiro deles é a compra da casa; o segundo fato é o dinheiro na conta da Bruna, filha do jornalista Bordoni; e o terceiro fato, as várias ligações do Wladimir com o Cachoeira falando em colocações no serviço público de Goiás, através do Cachoeira, e algumas dessas interceptações o próprio Senador Demóstenes pede ao Cachoeira emprego para uma pessoa contra parenta. Muito bem. Esses fatos o senhor acredita que fazem parte de um complô para desestabilizar o Governo do senhor?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não, eu acho que muitas pessoas gostariam de desestabilizar, pessoas que estão situadas na oposição ao meu Governo têm feito de tudo para desestabilizar o meu governo, especialmente aqueles que perderam a eleição. Agora, eu não digo e jamais diria que essa é a intenção desta CPMI. Esta CPMI é composta de homens e mulheres sérios, e eu tenho certeza de que os senhores farão um grande trabalho aqui, apresentarão um relatório absolutamente sério, e esse relatório, e mais as investigações da Justiça, terão a oportunidade de checar se no episódio da venda da casa houve algum tipo de irregularidade; se em relação ao pagamento da Srª Bruna houve algum tipo de irregularidade e má-fé; e também terão a oportunidade de checar se o Sr. Cachoeira foi beneficiado por empregos no governo do Estado.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor entende que possa estar sendo alvo desta CPI porque o senhor avisou ao presidente Lula sobre o mensalão? Eu ouvi uma entrevista do senhor nesse sentido e eu, como parlamentar, quero saber se isto aqui é uma farsa ou nós estamos atrás de uma verdade?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Pedro Taques, eu diria que muitas pessoas ligadas a alguns segmentos que são oposição a mim talvez tentem utilizar esta CPI com esse objetivo de me desmoralizar, de me desgastar. Aliás, eu nunca imaginava que um aviso pudesse trazer tantos problemas para mim, tanta perseguição. Não por parte desta CPMI. Eu confio na seriedade, na idoneidade de todos os que aqui estão. Mas, do ponto de vista político, a imprensa tem noticiado e tenho aqui que reafirmar uma coisa...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCONI PERILLO** – ...tenho merecido, por parte de ministros do governo da Presidente Dilma, por parte da Presidente Dilma uma atenção republicana, correta, como tenho feito, também, em relação a prefeitos de oposição no meu Estado.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Certo. O presidente do DETRAN, o senhor sabia da relação dele com o Cachoeira? O sogro dele tinha uma loja de caça-níqueis, foi morto. O senhor sabia disso?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Olha, eu sabia da relação dele com o sogro; eu o conhecia há muito tempo, mas não sabia que o Edvaldo tivesse qualquer relação com o Sr. Carlos Cachoeira.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, faltam 26 minutos.

Sr. Governador, por um acaso o senhor sabia que os policiais, esses 34 que o senhor fez referência, da Polícia Militar de Goiás, foram afastados por uma decisão judicial, e não por determinação de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Bom, eles estão investigados. Agora, no dia em que foram presos, em que a operação foi deflagrada, Sr. Senador Pedro Taques, todos tiveram as suas carteiras funcionais recolhidas, armas recolhidas, estão todos nesse momento recebendo um tratamento que qualquer pessoa envolvida em irregularidade recebe. Estão todos em processo administrativo e disciplinar.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Uma última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. MARCONI PERILLO** – E serão todos punidos, uma vez comprovada as suas participações nesse esquema.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O senhor sabe, ou sabia, da existência de mais de cem pessoas no seu governo, indicados pelo Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Primeiro que não há isso, Senador; não há a menor possibilidade de isso existir. Eu citei aqui seis nomes que foram comentados pela imprensa ou em gravações. Eu falei de um por um aqui no preâmbulo, durante a minha exposição inicial.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini com a palavra.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, Sr. Governador Marconi Perillo, desde o início nós recebemos, aqui na bancada do PSDB, o contato do senhor logo na eclosão da Operação Monte Carlo. O senhor foi o único, até o momento, que pediu para ser convocado; fez contato, se mostrou, veio voluntariamente até esta CPMI; não foi ouvido, na primeira vez que aqui esteve; abriu o seu sigilo bancário hoje, coisa que não é comum em uma CPMI e em investigação nenhuma, alguém que possa estar sendo investigado vir com o seu sigilo bancário e apresentar voluntariamente. Até recomendo que a recepção desses extratos seja depois precedida da devida quebra ou da autorização do governador. Isso mostra a boa fé, ao apresentar o próprio sigilo bancário a esta CPMI, que nem quebrou o seu sigilo; respondeu a todas as perguntas, Governador Marconi Perillo, não fugiu a nenhuma, não usou o direito, como todos até agora, ao silêncio. Mas, até hoje, e quero me confidenciar com o senhor, eu tinha muitas dúvidas. Pelos depoimentos até agora, tinham muitos pontos obscuros que colocavam dúvidas, e era a dúvida da opinião pública brasileira, da imprensa e de muitas de nós, que ficávamos em dúvida sobre a casa, sobre as nomeações, sobre licitação, sobre a situação Cachoeira, Demóstenes. Mas eu me sinto como o Deputado Onyx ou o Senador Pedro Taques colocou, as respostas foram muito firmes. Mas eu tenho algumas perguntas, acho que são importantes, que acho, depois de algumas colocações, que são importantes de o senhor colocar para a gente continuar nesse ritmo.

Tenho também que registrar que o relator, hoje, eu não tenho elogios a mais a fazer pela posição democrática que fez e das perguntas profundas, dos pontos polêmicos, mas que fez ao Governador.

Eu queria, Governador... Eu, com quase 20 anos de trabalho policial, com experiência em investigação, coordenei operações, algumas grandes como essa Operação Monte Carlo, e sempre existe um padrão de corrupção envolvendo governos, envolvendo estruturas administrativas, e que eu vi em todas as investigações de que participei: pagamentos do governo, as licitações, os aditivos, doações de campanha. Eu nunca vi, como no seu caso, alguém poder ter relação com uma empresa – como a gente via, até o momento, todo mundo querendo fomentar essa relação com a Delta –, se o senhor tivesse relação, e tivesse glosado os pagamentos da Delta; alguém que tem relação com a Delta e rescindir os contratos com ela; alguém que, nos dois únicos contratos que ela obteve, 4% do total, ainda tiveram que dar um deságio de 21%. Ao contrário, em todas as investigações de que participei, na verdade o que havia eram aditivos sequenciais, era empresa bem tratada, tratada a pão de ló dentro do governo, e aqui a gente não viu.

Eu vi, sim – e depois fica uma das perguntas para o senhor –, o viaduto azul em forma de triângulo, em Goiânia, e que mostra o símbolo da ostentação que essa Delta tem. Um viaduto com a forma e a cor do símbolo da marca da Delta em Goiânia. Eu vi.

E aqui eu tenho que registrar e pedir ao senhor, Governador, rigor na apuração com os policiais envolvidos. Esses policiais têm que se tornar exemplo. Tem que ser rua. Tem que ser demitido cada policial desse, porque são esses, essas laranjas, essas maçãs podres que contaminam o restante da Polícia Militar e da Policia Civil séria, que contaminam a Polícia Federal.

E aqui faço um registro: o Ministro da Justiça tem que botar na rua os delegados envolvidos. Esses mancham com corrupção a imagem da minha instituição, que é uma instituição séria. Os outros envolvidos também, funcionários administrativos, que o seja, é rua. E o senhor tem que continuar no mesmo caminho. Mas, nem por ter delegados da Polícia Federal que foram presos, a gente pode dizer que o Ministro da Justiça está envolvido. Ele tem tomado decisões sérias; coordenou a operação, da mesma forma que o senhor vai fazer, como afastou esses policiais envolvidos logo na sequência.

Quanto à casa, eu queria registrar, Presidente e nobre relator: praticamente, as dúvidas que eu tinha sobre as citações do seu nome, as citações do seu Governo, principalmente em relação à casa, minhas dúvidas acabaram com duas gravações. A primeira foi divulgada pela assessoria de V. Exª, no fim de semana ainda, em que Wladimir e Carlos Cachoeira combinam de usar o seu nome. Olha: “fala que você está do lado do Governador” ou “cita o nome do Governador, que eu vou fingir do lado de cá”. E a outra, citada por V. Exª – veja, uma gravação do dia 30 de março, no meio da situação da casa, da venda da casa –, em que Wladimir diz que vai conversar de novo com o Cláudio sobre o dinheiro; Carlinhos diz que é para Wladimir mostrar uma mensagem que vai mandar como se fosse o nome de Marconi. Ou seja, como é que nós vamos acreditar em tudo o que está agora nessas gravações, entre Carlos Cachoeira e Sr. Wladimir, falando de autoridades, principalmente o seu nome, se eles combinam de usar, indevidamente, o nome do Governador?

Eu queria, Governador, que o senhor, em um gesto de que vai realmente apurar todas essas denúncias, com a Controladoria do seu Estado etc., desse um passo adiante até desta CPMI: mandasse instaurar, a Corregedoria instaurar procedimentos de investigação em todos esses funcionários do Estado citados nas licitações, como o senhor já fez e encaminhou. Mas, ao final, ficou uma dúvida, a dúvida que me coloca, a questão do Sr. Wladimir.

O Sr. Wladimir quebrou a confiança que o senhor tinha nele? Porque o Sr. Wladimir Garcez, o que me parece, ele falou para o senhor que ele ia adquirir a casa; o senhor, em confiança a ele, vendeu a casa; depois, ele vem, na última hora, e diz que tem um outro comprador, faz o senhor mandar o seu assessor pessoal, recebe em dinheiro esse pagamento, coloca o senhor nesta situação em que o senhor está hoje, tendo que depor em uma CPMI. Esse Wladimir, para mim, usou indevidamente o seu nome, quebrou a relação de confiança e, depois, pior ainda...

O pior é a relação dele, que também para mim está obscura e que o Relator, eu acho, poderia avançar, a relação do Sr. Wladimir Garcez com o Sr. Olavo Noleto, conhecido aqui em Brasília como embaixador de Goiás. Qual a relação do Wladimir Garcez com o Sr. Osvaldo Noleto, o Sr. Olavo Noleto? Dizem as matérias que acompanhamos que o Sr. Olavo Noleto foi chefe de gabinete do ex-Prefeito chamado Pedro Wilson, do PT, que o Sr. Wladimir Garcez era o Presidente da Câmara e que, agora, no Governo, na Prefeitura atual do Sr. Paulo Garcia, o Sr. Paulo Garcia fez um favor – a pedido de quem? –, tirando o Vereador chamado Juarez Lopes, do PTN, para seu secretário legislativo municipal para abrir vaga para a Srª Cida Garcêz ocupar uma vaga na Câmara. Isso não é uma nomeação indireta também gerenciada pela quadrilha do Sr. Cachoeira, desta vez sem ser uma nomeação, mas, pior, abrindo vaga no Legislativo para a irmã de alguém envolvida com a quadrilha?

Então, são perguntas que ficam.

Eu aconselharia também o nobre Relator, Sr. Presidente, a pedir à Infraero ou a algum órgão de controle aéreo algo desse prefixo dessa aeronave. Quantas notícias de bastidores a essa CPI chegam de uso de avião sobre irmãos! Falou-se do irmão do pai do Governador, mas a gente já ouviu falar de médium que pode ter usado avião, a gente já ouviu do Senador Demóstenes, do Ministro Gilmar Mendes. Ora, vamos, então, abrir logo de uma vez e vamos ver quem usou esses aviões do Goiás para fora do Estado. Vamos chegar à conclusão de quem usou esse avião. Vamos quebrar o sigilo, via Infraero do prefixo, e vamos ver os manifestos de embarque.

Seria isso, Sr. Presidente.

Eu queria saber da relação do Olavo Noleto com o Governo do Estado: se ele leva obras, despacha aqui no gabinete Presidencial.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

**O SR. MARCONI PERILLO** **–** Bom, eu queria mais uma vez reafirmar que todos os recursos da campanha de 2010 foram inteiramente declarados à Justiça Eleitoral. A Rio Vermelho e a Rental Frotas fizeram doações legais, legitimamente declaradas e aprovadas pelo TER. E também igualmente reafirmar que essa casa de 450 metros não era mansão, conforme alguns tentam passar para a opinião pública.

Por fim, queria dizer que só me filiei a três partidos em 33 anos de militância política: ao PMDB; depois, por desavenças no PMDB, me filei ao PST, com o Senador Álvaro Dias – ele abonou a minha ficha aqui no Congresso Nacional; depois o PST juntou-se com o PR, virando o PP, e eu não me filiei, mas, quando virou PP, logo em seguida, eu me filiei ao PSDB, no iniciozinho de 1995. Portanto, já estou há dezessete anos no PSDB. Aliás, eu deveria ter ajudado a fundar o PSDB, em 1989, só que o Dr. Henrique Santillo me pediu que ficasse na resistência no MDB. Logo depois, me filiei ao PST, a convite do Senador Álvaro Dias, e, depois que virou PP, eu me filiei ao PSDB. Então, são três filiações: PMDB, PST, PSDB.

Quanto ao Sr. Wladimir Garcez, Deputado Francischini, a relação de confiança foi quebrada não apenas pelo episódio da casa, mas pelas citações que foram feitas ao meu nome, ao longo de todas essas gravações da operação.

Em relação ao rigor nas apurações e às providencias investigativas da Procuradoria-Geral do Estado, V. Exª pode ter certeza que este será o procedimento.

Em relação à relação do Dr. Olavo Noleto com o Dr. Waldimir Garcez, eu desconheço. Posso até dizer que, em relação aos pleitos que fiz junto ao Governo Federal, o Dr. Olavo foi sempre muito solicito.

Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) **–** Bom, agora, como Líder, o Deputado Bruno Araujo. *(Pausa.)*

Então, por inversão, Silvio Costa. São cinco minutos, sem interpelações, sem questionamentos.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Sr. Presidente, desde 89, da época do Lula-lá, que eu voto no Presidente Lula. Votei quatro vezes no Presidente Lula.

Quero deixar claro ao Governador Perillo que eu estava torcendo que o senhor entrasse em alguma contradição. Mas eu estava aqui torcendo! E tenho de ter a clareza da minha alma.

Quero começar dizendo que sempre fui contra – e o Presidente é testemunha, assim como o Relator – que nós ouvíssemos governador imediatamente. Eu sempre achei que a gente deveria deixar governador lá para agosto, setembro, que não tinha essa pressa toda.

Agora, quero dizer uma coisa ao senhor, e tenho a obrigação de dizer: o Demóstenes, por exemplo... E eu parti para cima do Demóstenes, e parti com vontade mesmo. Aliás, eu estava até calmo, mas fui atrapalhado por um Parlamentar e perdi um pouco... Mas eu estava calmo. Esse Demóstenes... Havia um ex-Senador lá em Pernambuco, que infelizmente faleceu, Senador Carlos Wilson, que era muito ligado ao Presidente Lula. O Demóstenes... Carlos Wilson estava com câncer. Ele obrigou Carlos Wilson a vir a uma CPI, botou pesado em Carlos Wilson, botou Carlos Wilson para chorar, toda a família para chorar. Eu ia terminar dizendo que, além de mau-caráter, além de mentiroso, o Senador Demóstenes, o futuro ex-Senador Demóstenes é desumano.

Agora, quero dizer uma coisa ao senhor: o senhor sai maior do que entrou nesta CPI. O senhor sai maior. E por que o senhor sai maior, Governador? Primeiro, a CPI não conseguiu... São 3h da tarde, são 15h13min. Até o momento não há uma ligação do senhor com o Cachoeira, telefônica, uma. Segundo. Não é ligação... Ligação do Governador com o Cachoeira, não é encontro fortuito, porque se for encontro fortuito, tem de convocar 81. Vamos ser honestos: encontro fortuito, tem de convocar 81. Não tem uma ligação do senhor com Cachoeira. Não tem uma ligação do senhor com o Cavendish. Não tem uma ligação do senhor com o Senador Demóstenes pedindo o seguinte: “Olha, manda resolver essa obra aí para fulano de tal.”

O senhor disse que vendeu a casa. Vendeu a casa por três cheques. O senhor mostrou os cheques à Casa, o senhor mostrou a escritura da casa. O senhor claramente mostra ao Brasil que veio aqui à CPI para falar a verdade.

As perguntas que estão sendo feitas aqui, cá para nós... Do mesmo jeito que eu disse que o Governador sai maior, esta CPI sai muito menor. Eu estou envergonhado, com todo o respeito à maioria dos Parlamentares, estou envergonhado com o nível de pergunta que está sendo feito aqui nesta CPI. Falta de preparo! Precisamos fazer uma autocrítica. Por um motivo muito simples, Governador: a verdade, eu parto desse princípio, ela sempre vence.

Eu não conheço o senhor. Aliás, só fui a Goiânia uma vez visitar a filha do meu líder, Jovair Arantes. Tinha realmente do senhor outra impressão, porque o senhor botou pesado no mensalão, o senhor botou pesado em Lula. Eu tinha uma impressão de que o senhor realmente...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Eu vou concluir. O senhor realmente viria para esta CPI e o senhor ia ter muitas dificuldades de explicar. Mas como cidadão brasileiro e como Deputado Federal, repito que o senhor sai maior desta CPI.

Eu só tenho um senão nessa história toda, que era preciso mais tarde o senhor explicar, que é simplesmente a questão do R$1,4 milhão, que o senhor esqueceu quem passou o cheque. É o único senão com que eu saio. Mas o senhor sai maior desta CPI. E eu sou o vigésimo a perguntar e não vou perguntar mais nada.

Eu quero dizer que o povo de Goiás sai ganhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias, Vanderley Macris e Luiz Pitiman são os três próximos inscritos.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Governador Marconi Perillo, primeiro faço um registro. O Governador Perillo não fugiu, não se escondeu, se apresentou sempre à imprensa e à CPI. Desde o primeiro momento, colocou-se à disposição para vir a esta CPI e responder a todas as indagações. Da mesma forma, nestes meses, eu não me lembro mais quando esse calvário começou, colocou-se à disposição da imprensa, sempre respondendo a todas as questões, às denúncias cansativamente repetidas, aos fatos requentados, e, hoje, com autoridade, com competência e respeito ao País, não só com palavras, mas com documentos e provas, responde a todas as dúvidas.

Isso me autoriza a dizer, Governador, quando me indagaram se seria advogado de defesa de V. Exª, respondi que V. Exª não necessitava aqui de advogado de defesa, porque faria a sua própria defesa e que nós tínhamos o dever de adotarmos uma postura republicana de imparcialidade nesta CPI.

Por isso, Sr. Relator, Deputado, V. Exª agora tem os elementos de que necessita para elaborar esse capítulo do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse capítulo já cansou. É hora de passarmos para outros capítulos mais importantes, que devem exigir desta Comissão uma ação de responsabilidade no aprofundamento das investigações. O próximo capítulo, e começo a indagar já do Governador Marconi Perillo, tentando avançar para os próximos capítulos.

Governador, quem patrocinou a presença da Delta no Estado de Goiás? Quem realizou as primeiras licitações envolvendo a empresa e celebrou os primeiros contratos e, se possível, avaliar os valores desses contratos celebrados desde o início em governos anteriores ao de V. Exª.

Essa é uma indagação. Depois, prossigo.

Eu faço essa indagação; depois, prossigo, Governador.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Alvaro Dias, eu creio que, a partir de 95, a Delta marcou presença para valer em prefeituras e depois no Governo do Estado. Em 2006, aliás; 2005. Para o senhor ter uma ideia, a Delta tem mais de 300 milhões recebidos de prefeituras em Goiás. E contratos muito superiores a isso.

No Governo do Estado de Goiás, antes da minha entrada, 66 milhões, eu já disse isso aqui. No meu Governo, cerca de R$50 milhões, pagos. Eu disse aqui, não me lembro, não me recordo, mas algo em torno de 14 milhões, dos contratos do meu Governo. A Delta recebeu, a Delta é responsável hoje por 4% dos contratos na Agência de Transportes.

Eu quero repetir algo que já disse no início: agora, em julho, vamos fazer uma nova licitação, um novo pregão eletrônico para a contratação de uma nova empresa para prestar serviços de aluguel de veículos para a Prefeitura, para o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Governador, a pergunta tem um objetivo. Com o Governo Federal, de 2007 a 2012, houve o empenho de R$4,3 bilhões a favor da Delta, sendo que 90% no Dnit. Talvez, por isso que concentrem as luzes e os holofotes sobre Goiás. Mas esta não é a CPI de Goiás. Esta CPI tem que investigar essa relação de promiscuidade entre o poder público e o setor privado, tendo à frente a empresa Delta, que tem em Carlos Cachoeira ou seu sócio oculto o grande lobista traficante de influência, já que a estratégia da empresa era ganhar concorrência com preço baixo e depois, através do tráfico de influência, obter aditivos elevando valores, como ocorreu com o Dnit, em que a valorização dos contratos alcançou cerca de 60% em razão dos aditivos concedidos.

Esses são os próximos capítulos inevitáveis para esta CPI. A convocação de Pagot, por exemplo, para explicar se ele afirma que foi defenestrado por um bicheiro e por um empreiteiro, e concedia tantos aditivos, recebia ordem de quem para conceder esses aditivos? Esta CPI tem que indagar do ex-Diretor do Dnit quem determinava a concessão desses aditivos que fizeram com que a Delta pudesse irrigar contas bancárias de empresas fantasmas e de criminosos que estão sendo agora investigados por esta CPI, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Esses são capítulos inevitáveis.

Gostaria, Sr. Presidente, de me valer desta oportunidade para solicitar que V. Exª e o Relator façam um apelo à Polícia Federal para encaminhar urgentemente os vídeos que foram apreendidos na residência do Sr. Adriano Aprígio quando da sua prisão, porque esses vídeos podem esclarecer fatos referentes aos próximos capítulos. Já encaminhei requerimento que pode ser votado, mas é tão urgente, Presidente, que eu faço este apelo a V. Exª. Faça um telefonema ao Delegado, ao Dr. Mateus, e peça para encaminhar esses vídeos, porque eles não vieram. São vídeos importantes que certamente vão ajudar esta CPI nas investigações que deve realizar.

Eu poderia explorar um pouco um tema, já que o Governador foi acusado de não ter combatido a contravenção em Goiás. Mas ele já esclareceu aqui com números, com informações, com fatos. Em um ano e poucos meses de governo, procurou atuar. E apresentou aqui os resultados da sua atuação no combate ao crime organizado no Estado de Goiás. Mas eu não poderia ignorar um fato, para concluir. Vou deixar o Governador à vontade se ele quiser fazer apreciação sobre este registro que farei agora ou se prefere deixar isso por conta do passado. Mas eu não posso deixar, é minha responsabilidade. Nós não podemos ignorar certos fatos.

Afirmou-se e especulou-se que esta CPI teria sido estimulada pelo desejo de alguns de desviar o foco do julgamento do “Mensalão”. Depois tivemos um episódio envolvendo o ex-Presidente da República com um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que celebrou a estratégia do cerco sobre o Supremo Tribunal Federal na esperança de jogar para as calendas o julgamento do “Mensalão”. E nós sabemos que as articulações ocorreram não só em torno do Ministro Gilmar Mendes, mas outros Ministros do Supremo Tribunal Federal foram também procurados.

Vou concluir, Sr. Presidente, mas este é um registro importante para os anais desta CPI e deve constar do relatório final desta CPI, porque certamente exerce influência no momento da deliberação sobre as providências que a CPI deve adotar em relação às pessoas investigadas.

Especulou-se também que esse massacre sobre a figura do Governador de Goiás teve origem exatamente num papel que ele teria desempenhado à época das denúncias do “Mensalão”, quando procurou o Presidente da República para alertá-lo da existência do “Mensalão”, e jamais foi perdoado por esse gesto.

Este é o registro que faço, Sr. Presidente. Ao Governador cabe falar ou não nesta hora, mas nós temos a obrigação de registrar e pedir que conste do relatório final desta CPMI o registro que faço agora.

Obrigado.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quero agradecer ao Líder Alvaro Dias a confiança, como Líder de meu Partido, sempre depositada em mim nesse e em outros episódios.

Quero agradecer-lhe as palavras de estímulo e informar a V. Exª, ao Presidente e à Casa que, ainda como Senador da República, apresentei quatro requerimentos, que foram aprovados no plenário do Senado Federal – um deles dirigido ao Ministério da Justiça; outro à Polícia Federal; outro ao Ministério Público Federal e outro ao Tribunal de Contas da União –, pedindo auditoria e investigação sobre a atuação do Dnit na Região Centro-Oeste. Esse requerimento foi aprovado pela unanimidade dos Senadores. Imagino, Senador Alvaro Dias, que a Polícia Federal, ciosa como é do seu dever, certamente está procedendo a essa investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo parlamentar inscrito é o Deputado Vanderlei Macris, que tem a palavra por dez minutos.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Governador Marconi Perillo, talvez as minhas palavras não tenham a mesma força das palavras do Deputado Silvio Costa, que, confesso, na coerência da postura dele como base do Governo, e eu próprio, como Deputado da Oposição e do seu partido, não tenha para as minhas palavras a mesma consideração que tem o Deputado Silvio Costa, mas eu não posso deixar, Governador Marconi Perillo, de dar aqui um testemunho da forma pela qual V. Exª se comportou nesse episódio.

Quando V. Exª fala de Ibsen Pinheiro, de Henrique Santillo, me vem à mente um momento em que Mário Covas, em São Paulo, se sentindo ofendido em sua honra por uma denúncia de favorecimento a uma empresa, chamou todos os parlamentares, toda sua equipe, toda a imprensa nacional para poder explicar cada detalhe do que tinha acontecido, desmontando cada um dos argumentos que vinha sendo dado pela imprensa na época ou inverdades praticadas pelos então partidos de oposição naquele momento.

Então, quero juntar ao que V. Exª disse de Ibsen e de Henrique Santillo também essa postura de Mário Covas.. Exª hoje, aqui, Governador Marconi Perillo, deixou muito clara sua posição em relação a todas as denúncias que aqui estão sendo feitas, principalmente pelo fato de V. Exª ter, como fizeram esses que foram injustiçados, proposto vir aqui para explicar cada detalhe, como está fazendo hoje.

V. Exª deixou claro como se comportou em relação à Delta, falou sobre suas relações com Eliane Pinheiro, com Edivaldo, falou muito clara e detalhadamente sobre a venda de sua casa, sobre as relações com Bordoni, e também com os demais intérpretes desse processo que envolve hoje esta CPMI.

Uma coisa para mim ficou muito clara, meu caro Governador Marconi Perillo,.V. Exª, numa frase, com os argumentos que deu até agora, deixou muito claro o que aconteceu. Disse: “Se alguém tirou vantagem ou ganhou dinheiro não foi com meu consentimento”. Eu tenho impressão de que essa frase dita por V. Exª explica tudo que aconteceu até agora em relação à organização criminosa do Sr. Cachoeira, diferentemente do que foi feito no passado – e aqui eu quero fazer a leitura de um decreto, Sr. Governador, que diz o seguinte:

*Art. 1 Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial para, no prazo de quarenta e cinco dias contados a partir de sua instalação, avaliar e apresentar propostas para modificar a legislação que trata das atividades relacionadas à exploração dos jogos de bingo*.

Assinam Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu de Oliveira e Silva.

Esse Decreto mostra claramente como foi o passado no tratamento desta questão dos jogos de azar, Sr. Governador. E ali, num determinado momento, quando o Governo havia marcado o anúncio do resultado desse grupo de trabalho, o envio do projeto de lei ao Congresso, em 16 de fevereiro de 2005. No entanto, depois das denúncias de revista *Época* sobre as fitas do Waldomiro Diniz pedindo propina no dia 13 de fevereiro, o Governo voltou atrás e, logo depois, editou a medida provisória proibindo os bingos.

V. Exª, na sua manifestação, deixou clara a sua atividade em relação a isso. Decisão tomada: ilegalidade do jogo, 845 termos de ocorrência; 2.575 máquinas apreendidas. Depois, 2.575... 2.775. Depois, 22 de abril, Cachoeira, numa das reclamações, reclamando do combate ao jogo ilegal por V. Exª. Em maio de 2011, dizendo: “Sabe como estou me sentindo neste momento? Perseguição” Perdendo força, agindo na contravenção, como ele estava.

Portanto, Governador Marconi, V. Exª aqui, hoje, dá uma demonstração clara na direção contrária do que vinha sendo dito sobre V. Exª. E eu falo isso não como seu companheiro de partido, mas por convicção absoluta de que as suas explicações, hoje, foram muito claras e evidentes, mostrando à CPI a sua persistência em estar aqui para esclarecer cada fato da injustiça praticada contra V. Exª. Isso é muito bom para esta CPI, porque amanhã estará outro Governador aqui. E eu espero que ele tenha a mesma posição de V. Exª e queira, como não quis até agora, explicar cada detalhe das dúvidas que pairarem desta CPI em relação ao Governador Agnelo Queiroz.

Portanto, eu quero dizer ao Governador Marconi Perillo que eu saio desta reunião aqui com o mesmo convencimento que tinha quando V. Exª se comprometeu a aqui estar presente, ou seja, de que tudo que V. Exª falou não foi, como disse o Deputado Silvio Costa, tratado de forma diferente nas perguntas que aqui foram realizadas pelos Deputados e Senadores desta CPI.

É a única manifestação que eu gostaria de fazer, porque perguntas não há mais a fazer, em função dos esclarecimentos todos que já foram realizados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Agradeço, Macris.

Com a palavra, como Líder, o Líder do PSDB...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma manifestação de agradecimento ao Deputado Silvio Costa e ao Deputado Vanderlei Macris pelas palavras, pela consideração.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, Bruno Araújo.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF) – Sr. Presidente, não é três e três, depois o líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah! Luiz Pitiman com a palavra.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Governador, eu sou Deputado Federal pelo Distrito Federal. Somos vizinhos e temos responsabilidades parecidas em todo o entorno. Nós, políticos, temos, antes de mais nada, a preocupação com a população mais pobre e vejo tudo o que aconteceu muito ruim, e cada vez mais a população desacredita nos políticos.

Por tudo o que o senhor falou hoje, me parece, com bastante clareza, que o senhor não tem a participação que a imprensa toda vinha colocando. Mas me permita, em função até do terremoto que ocorreu no Distrito Federal, nestes últimos anos, e do *tsunami* que já atingiu Goiás, em função das ondas que, muitas vezes, daqui saíram, gostaria de saber a sua impressão, hoje, do Sr. Carlos Cachoeira. Qual é o papel que ele teve realmente, na sua visão, nessa história toda do Distrito Federal e de Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Acho que a história dele se divide em algumas etapas. Pode ser que antes de 1995 tenha agido como bicheiro. A partir de 1995, ele passa a atuar como empresário em um contrato legal com o governo do Estado, contrato que se expira por volta de 2004, 2005.

Depois disso, ele atua na área de bioequivalência, na área de medicamentos. Foi como eu o vi nesses últimos dois anos. Sei que a relação dele nos últimos anos era uma relação – e hoje está muito claro nos contatos, nas gravações da Delta – com o grupo Delta. O que se percebe nessas gravações é um desejo muito forte dele de se associar à Delta e de buscar espaços em obras em parcerias privadas, em concessões, por todos os cantos do Brasil, inclusive Brasília, mas em outras partes também. É o que a gente depreende das gravações divulgadas pela imprensa.

Hoje, vejo-o como alguém que é réu, que responde a processo, está sendo investigado e daqui a pouco será julgado, sentenciado ou não, isso é uma decisão da Justiça.

À medida que a Justiça se definir em relação a ele, aí sim poderei falar sobre isso. Não quero fazer pré-julgamento. Afinal de contas, esse é um papel do Legislativo e um papel do Judiciário. Quem sou eu para fazer pré-julgamento ou ingerência em relação ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.

Pesam sobre ele muitas acusações e caberá à Justiça uma definição ou uma sentença em relação a todos esses fatos.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF) – O senhor citou um relacionamento de mais de 20 anos com o Sr. Wladimir Garcez. Depois de ele, por declarações “em jornais” que o senhor comentou, ter ganhado dinheiro inclusive no negócio de corretagem da venda da sua casa. E o comprador efetivo da sua casa confirmou que deu R$100 mil a ele pelo negócio que foi efetuado. Qual a sua impressão do Sr. Wladimir Garcez hoje?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Pitiman, já falei sobre isso. É claro que, pelo conteúdo das ligações e não só pelo episódio da casa, houve uma quebra de confiança. Mas em relação a casa nem posso culpar o Sr. Wladimir. Eu acertei com ele um valor e ele pagou. Se ele vendeu a mais, se ele ganhou comissão, não cabe a mim questionar sobre isso e nem reclamar. No máximo, ele foi esperto: comprou por um valor e vendeu por um preço a mais.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF) – No dia 26 de abril do ano passado, houve uma gravação entre Carlinhos Cachoeira em conversa com Júlio sobre seis ou oito colégios grandes que V. Exª iria construir no Estado de Goiás. E que 100% dessas obras já seriam construídas por empresas da organização criminosa comandada por Cachoeira. V. Exª poderia informar se teve conhecimento disso. Se esses colégios foram construídos durante o ano passado?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Pelo que vi na imprensa, era uma espécie de modelo chinês que deveria ser adotado aqui no entorno e também em Brasília. Ocorre que nenhum tipo de tratativa nesse aspecto foi realizado pelo Secretário de Educação, muito menos por mim. O que eu posso assegurar é que estaremos construindo agora, licitando e construindo várias escolas aqui, no entorno de Brasília. O senhor aqui conhece com a palma da mão essa realidade. Nós temos aqui 1,5 milhão de pessoas vivendo nessa região. Está aqui, inclusive, o Prefeito Célio Silveira, de Luziânia, a maior cidade da região. Nós temos uma demanda muito grande por novas escolas apesar de já termos construído muitas escolas. Agora mesmo, autorizei recursos para a reforma de 66 escolas na região de Formosa, Águas Lindas e Planaltina, nas três regionais, e mais 58 nas regionais de Luziânia e Novo Gama. Em parceria com o MEC, em parceria com o Ministro Mercadante, vamos construir, agora, aqui no entorno, inúmeras escolas. E essas escolas todas serão licitadas em procedimentos normais de licitação.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF)– Em conversa também em 21 de abril do ano passado, a Polícia Federal interceptou entre Carlinhos Cachoeira e novamente esse Sr. Júlio, na qual Cachoeira determina que o Sr. Júlio leve a sua chefe de gabinete, Srª Eliane Pinheiro, e também o Prefeito de Águas Lindas ao aeroporto, pois ambos estariam embarcando para os Estados Unidos, Las Vegas. V. Exª pode nos dizer em que razão, se tem conhecimento dessa viagem da sua chefe de gabinete e qual era o tipo de motivo da viagem?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Muitas coisas a gente só descobre depois do acontecido. Só descobri isso depois de as gravações terem sido publicadas pela imprensa.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF)– E esse Sr. Júlio, de que é feito referência várias vezes, das escolas a motorista? O senhor tem alguma referência?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não sei de quem se trata, Deputado.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF)– Ok. Não tenho mais perguntas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Bruno Araújo agora, como Líder, cinco minutos, sem indagações.

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB – PE)– Sr. Governador, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, nitidamente, com essa fala hoje, o Governador Perillo permite que esta Comissão volte a tratar o que vinha subvertendo a ordem das coisas. Uma comissão que surgiu com o intuito de investigar uma organização criminosa e a ramificação da Delta por diversos Estados da Federação, nitidamente, procurou-se dar um caminho e atribuir a um fato menos relevante algo como sendo o epicentro desta Comissão, criando uma farsa do objeto.

Na realidade, Governador, de repente, se V. Exª tem dado a sua residência, se V. Exª tem desistido, qualquer que fosse, todos nós aqui na vida pública já assistimos, durante toda a história, o homem público ter que explicar como faz uma aquisição ou aumento de patrimônio. É a primeira vez que vemos alguém sujeito a explicar como vendeu algo legítimo seu, absolutamente esclarecido, com firmeza.

V. Exª vai voltar ao seu Estado, Estado que governa, um dos mais importantes da Federação, com a mesma autoridade que sempre teve. O que apostávamos, o seu Partido apostava e o que vimos aqui hoje é o mesmo Marconi Perillo que, aos trinta e poucos anos, sai desta Casa, vai ao seu Estado disputar uma eleição, assume numa eleição absolutamente descrente, faz uma das mais belas vitórias eleitorais da história deste País e, consecutivamente, vence quatro eleições para governador: duas suas; elegeu um sucessor; e retornando para um terceiro mandato. A aposta que nós sempre fizemos, Governador, a confiança que o Partido sempre teve em V. Exª se confirma para o Brasil ao longo desse longo testemunho de V. Exª, se confirma com essa mesma firmeza. Nós fomos testemunhos da indignação de V. Exª quando os fatos surgiram, da iniciativa de vir a esta Comissão. V. Exª veio, pessoalmente, aqui pedir para ser ouvido. V. Exª nos ligou durante reuniões aqui, pedindo para que agilizasse, viabilizasse o momento como hoje para que esses fatos absolutamente fossem esclarecidos. Mais ainda, V. Exª disse aqui, no início, e nós somos testemunhas – alguns dentro do partido, fora do partido, quiseram, inclusive, ir ao Supremo para permitir que isto não pudesse se dar, a CPMI ouvir o Governador de um Estado Federado... V. Exª olhou para seu partido e disse: “Eu não serei o mesmo, se eu não tiver essa oportunidade”.

A verdade é clara, Governador. A verdade é transparente. A sensação que se instala, ao longo do dia de hoje, no Congresso Nacional, é o de que o PSDB tem orgulho de ter em nossos quadros alguém, com sua dimensão, com a sua coragem, não a coragem de vencer eleições em momentos difíceis no seu Estado ou, como na última, vencer grandes líderes nacionais, que se utilizaram de tudo para impedi-lo de ser Governador pela terceira vez.

O que vimos aqui hoje foi uma Comissão que – pasme o Brasil! – não quis trazer o Pagot, que quer falar, mas trouxe dois Governadores. Uma Comissão que ainda guarda na gaveta... Quebra o sigilo fiscal de empresas ligadas à Delta, mas quis ouvir primeiro o Governador do PSDB. E o Governador do PSDB veio e foi brilhante.

Eu quero dizer em nome da Bancada do PSDB na Câmara, Governador Marconi Perillo, que V. Exª honra seu partido, que V. Exª dá absoluta firmeza na posição nossa como partido, na crença que sempre tivemos em V. Exª e, mais ainda, na autoridade que V. Exª sempre teve junto ao seu partido.

Portanto, nós apostamos que a partir de hoje esta CPMI possa voltar ao seu rumo, o rumo, de fato, de investigar aquilo que era seu objeto inicial e não que, aqui ouvimos outras posições, V. Exª, nos momentos de coragem, teve na vida pública, inclusive quando Governador, de dizer a altas autoridades da República coisas importantes que havia e que providências não foram tomadas, que o fato de estar aqui hoje, queremos nós que não seja o destino por conta daquilo, que o fato de estar aqui hoje seja para preservar a sua história, a sua dignidade e a crença não que o PSDB tem em V. Exª, mas seguramente no Estado de Goiás, que o assiste hoje, que sabe que tem na sua pessoa uma das maiores lideranças da sua história e, seguramente, um dos grandes líderes promissores deste país.

V. Exª orgulha o nosso partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Bruno Araújo.

Com a palavra o Relator.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Presidente, nobres Pares, ficaram algumas questões aqui em que eu queria tocar. É claro que eu fico buscando fugir de debates partidários, mas o mais importante aqui são as perguntas a que V. Exª tem respondido. O conteúdo dessas perguntas serão por nós sempre analisado.

Ainda sobre as relações de Carlos Cachoeira com o Governo de Goiás. V. Exª conhece o capitão da PM Hrillner Ananias?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Conheço.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Tinha ciência de que ele estava lotado no Gabinete Militar do Governador?

**O SR. MARCONI PERILLO** – E à disposição do Senador Demóstenes.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. Exª tinha conhecimento de que o Capitão Hrillner Ananias fazia a segurança do Senador Demóstenes?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Qual era a situação funcional dele no Governo de V. Exª?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele estava, como foi dito por . Exª, lotado no Gabinete Militar e à disposição do Senador Demóstenes.

O Senador Demóstenes já foi Secretário de Segurança Pública. Os ex-Secretários de Segurança pública, quando requisitam, têm direito a seguranças e, mais do que isso, o Senador da República também tem direito.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Foi aberta alguma sindicância para apurar as atividades do Capitão Hrillner depois de deflagradas as operações da Polícia Federal?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Com certeza, o comando da PM tomou todas as medidas com relação a todas as pessoas envolvidas nessa operação..

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Em diálogo captado pela Operação Monte Carlo em 22 de julho de 2002, Carlos Cachoeira conversa com o Corregedor-Geral da Polícia Civil. No meio do diálogo, Cachoeira disse: “Eu vou te falar a maior, até coincidência, mandei uns coreanos para serem recebidos pelo Marconi. Ele estava embarcando na quarta-feira da semana passada, aí no Sete Táxi Aéreo. Você marcou lá. Na coisa do Estado – né? –, no angar do Estado, naquela salinha lá, rapaz. Acredita que o Wladimir está com os coreanos lá? Recebendo o João, entra de camiseta... no meio da semana, num dia de semana e de camiseta: rapaz, esse trem foi o estopim. Ele saiu de lá, xingou esse João, tudo na frente dos coreanos e para o Wladimir. Como é que pode, rapaz, Secretário de Segurança Pública, uma hora dessa, com camiseta?

V. Exª recebeu esses coreanos solicitados pelo Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Pelo Sr. Carlos Cachoeira, não. Eu jamais recebi qualquer pessoa solicitada ou sugerida por ele. Agora sempre que recebi lideranças interessadas, empresários e empreendedores interessados em investir no meu Estado, eu o fiz a pedido da Secretaria de Indústria e Comércio. Todas as vezes que os meus secretários, especialmente o Secretário de Indústria e Comércio, me pediram para receber pessoas, empresários daqui e de fora, eu procurei compatibilizar a minha agenda.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor recebeu?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não me recordo desse assunto específico. Já recebi várias comissões de chineses interessados em trazer montadoras, já recebi várias comissões de japoneses, italianos, americanos, argentinos, mexicanos, enfim, tenho recebido delegações de todas as partes do mundo interessadas em trazer investimentos para o Estado que mais cresce no Brasil.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Neste caso especificamente, o senhor recebeu esses coreanos na empresa Sete, na salinha, juntamente com o Secretário?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu posso passar a V. Exª exatamente o dia e o nome das pessoas, caso esse fato tenha acontecido.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor não se lembra?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não me lembro, mas a minha assessoria, a minha secretaria particular e o meu ajudante de ordens têm todas as informações relativas a quem recebi ou a quem marcou audiência comigo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disponibilizaria as filmagens de segurança do Palácio das Esmeraldas?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Claro.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – No ano de 2011?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Claro.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disponibilizaria o seu sigilo telefônico e de mensagem no ano de 2011?

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – O que é isso?!

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Estou perguntando ao Governador.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Que pergunta é essa? Que vergonha!

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eu só estou perguntando. Não se pode perguntar?

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Pergunte ao Agnelo amanhã.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eu estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor. Eu peço à Comissão que mantenha a mesma disciplina, por favor. Por favor, senhores.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Governador não está tão disponível?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, senhores, por favor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Governador está aqui como testemunha, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, por favor. Peço aos senhores por favor.

Relator, com a palavra.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, eu mantive a cordialidade e vou continuar perguntando no mesmo tom.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quando for inquirir o Governador Agnelo...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – ...eu vou inquirir o Governador Agnelo. Agora eu estou inquirindo o Governador Marconi Perillo com base...

**O SR. CARLOS SAMPAIO –** Uma questão de ordem.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, não é uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu estou falando.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Isso é um requerimento que ele está fazendo, disfarçado de pergunta. O requerimento tem que ser aprovado pelo órgão colegiado. O Relator disfarça o requerimento simulando pergunta. É o órgão colegiado quem tem que decidir.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Essa é a reação do PSDB, Presidente.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Nós queremos saber se o Relator vai ter o mesmo comportamento daqui a dois dias, solicitando a quebra de sigilo. Queremos saber se a linha do Relator será...

*(Intervenções simultâneas. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores, por favor.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Honre as tradições de Minas Gerais, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está com a palavra o Relator.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Depois de ter levado um puxão de orelha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Os senhores me respeitem, viu, Senador Cássio Cunha Lima. O senhor me respeite.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores, por favor.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – O senhor respeite a testemunha também.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eu estou perguntando...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Respeite o Governador também.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Eu estou perguntando por que o Governador Marconi Perillo, inquirido nesta CPMI...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, vamos concluir a sessão.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Governador Marconi Perillo é, sim, investigado.

*(Intervenções simultâneas. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Então o senhor é investigado! Então a Presidenta Dilma é investigada! A Presidenta Dilma é investigada também, Sr. Relator!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Calma, senhores! Calma, senhores!

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Tenha compostura, Sr. Relator! O Relator não sabe distinguir testemunha de investigado?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Governador Marconi Perillo é testemunha.

Por favor.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – O relator não consegue provar nada e mostra desequilíbrio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, senhores.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Ele está aqui...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – O Relator não consegue provar nada e mostra desequilíbrio.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele não é o investigado; ele é testemunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Governador...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Presidente, presidente, o Governador...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – O relator se perde. Ele está aqui como testemunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É verdade.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – O relator não sabe...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É verdade. Ele está aqui...

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele tomou um puxão de orelha lá fora. É isso que aconteceu.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Tenha humildade, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor. Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Cadê a imparcialidade, Sr. Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – O senhor está aí como relator ou como Vice-Líder do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores. Por favor, senhores.

O depoente está aqui na condição de testemunha. Tanto é assim que assinou um termo de compromisso. *(Palmas.)*

Por favor, peço aos senhores que permaneçam na mesma civilidade com que nós conduzimos a sessão.

Devolvo a palavra ao relator, para proceder às suas indagações.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É verdade...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E ao depoente para suas respostas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O Governador Marconi Perillo comparece a esta CPMI como testemunha numa investigação que nós estamos fazendo do envolvimento da organização criminosa e das pessoas que essa organização criminosa cooptou e corrompeu, especialmente no Governo de Goiás e no Governo do Distrito Federal.

Existem seis pessoas: o Sr. Jayme Rincón é citado de maneira sistemática nas interceptações telefônicas, a Srª Eliane é citada de maneira sistemática nas interceptações telefônicas, o Sr. Edivaldo Cardoso é citado de maneira sistemática nas interceptações telefônicas, o Sr. Ronaldo Bica de igual forma, o Sr. Alexandre Baldi e o Sr. Lúcio Fiúza, todas pessoas importantes no Governo de Goiás. É com base nisso que nós estamos inquirindo o Sr. Governador. Não é pouca coisa! O Governador vem aqui e disse que não se lembra, que não sabe, que foi traído.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Contudo, Sr. Presidente, contudo, porque V. Exªs estão antecipando uma conclusão com que não concordo, eu posso, em algum momento da nossa investigação, concordar com alguma informação que o Governador venha dizer aqui. Agora, *a priori*, como V. Exªs estão tentando colocar, não é verdade.

Deputado Carlos Sampaio, V. Exª fez aqui uma colocação em referência a Srª Andrezza. Na mesma interceptação telefônica, quando ela diz – porque V. Exª disse o seguinte...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A Srª Andreza, em diálogo com o Sr. Carlos Cachoeira, cobra deste que compre outro imóvel, que para o Sr. Carlos Cachoeira a situação estava adequada, tranquila. A grande verdade, Sr. Presidente, é que nesta data, depois da lavratura da escritura da casa – porque a casa foi vendida e transferida sua escritura para o Sr. Walter Paulo –, a Srª Andreza, na verdade, estava reclamando do Sr. Carlinhos Cachoeira, reclamando para ele que era necessário comprar uma outra casa, porque a casa, segundo a interpretação da Polícia Federal, a casa era do Sr. Carlos Cachoeira, o que não se pode...

Vejam, senhores: eu posso vir a confirmar a fala do Sr. Governador aqui entre nós. A versão dele tem começo, meio e fim. É preciso reconhecer isso. Agora, é claro que nós precisamos reconhecer que quem pagou a casa o fez com um cheque da família do Sr. Carlos Cachoeira; quem pagou o cheque, essa empresa que deu o cheque recebeu recursos das empresas fantasmas do Sr. Carlos Cachoeira; quem intermediou o negócio com o Sr. Governador, que aqui está , foi o Sr Wladimir Garcez, dos quadros do PSDB, que tem relação com o Sr. Governador e era assessor do Sr. Carlinhos Cachoeira. Essa é uma outra... Agora, nós precisamos considerar esses fatos.

Outro fato: quem foi preso na casa que era do Governador foi o Sr. Carlinhos Cachoeira. Lá morava a sua esposa. Este e outros fatos merecem a nossa investigação, sem conclusões precipitadas.

Outra informação importante, Sr. Presidente: as interceptações telefônicas dão conta da preocupação do Sr. Carlos Cachoeira tanto na aquisição da casa... Ele queria comprar a casa, admitia a hipótese da compra da casa, como – o mesmo –, num dado momento, alguns meses depois, preocupa-se em vender essa casa. “Olha, vai lá e vende para o Walter Paulo.” As interceptações telefônicas trazem isso.

Agora, essas versões – não estou dizendo que a versão do Governador não tem começo nem fim, mas há fatos relevantes ainda, que merecem investigação. E é disso que estamos falando.

E o que V. Exª usa, Deputado Carlos Sampaio, como argumento para dizer que Carlos Cachoeira não havia comprado a casa do Sr. Governador, na minha opinião, reforça que ele vendeu a casa que havia comprado do Sr. Governador para o Sr. Walter Paulo.

Agora, nós precisamos investigar. Aqui há o benefício da dúvida sempre, mas sem conclusões precipitadas.

Obrigado.

Ah, eu quero devolver a pergunta ao Sr. Governador. Se ele coloca à disposição o seu sigilo telefônico e de ICMS no ano de 2011.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha vai falar e depois, atendendo ao art. 14...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Deputado Odair Cunha, prometo ao Presidente, a V. Exª, às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, aos Deputados e Deputadas manter a mesma serenidade e o mesmo respeito que mantive em relação a esta Comissão desde o início.

Espero, Sr. Relator, que essa manifestação incisiva de V. Exª não seja a antecipação daquilo que o senhor deseja constar no relatório. Espero que V. Exª, efetivamente, não esteja agindo segundo interesses de terceiros, mas agindo de acordo com a consciência de V. Exª.

Eu estou aqui na condição de testemunha, apesar de ter solicitado ao Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, para ser investigado. Segundo me consta, ainda hoje, uma Procuradora da República, salvo melhor juízo, Procuradora Adjunta, disse à imprensa – não tenho segurança disso – que não sou investigado, apesar de ter pedido para ser.

Pedi ao meu partido e vim pessoalmente a esta Comissão, para pedir ao Sr. Presidente e à Comissão para ser ouvido na condição de testemunha, para esclarecer, porque em Goiás, no meu querido Estado de Goiás, existem dúvidas, embora essas dúvidas recaiam apenas em relação a uma casa de minha propriedade.

Eu não vou tomar mais tempo aqui, para esclarecer, explicar. Já repeti esse assunto várias vezes, hoje. Estou à disposição para responder, caso haja algum tipo de necessidade.

Mas, Sr. Relator, Sr. Presidente, não vejo, sinceramente, na condição de ex-Deputado Estadual, Federal, Senador, motivos suficientes, justificativas plausíveis, fundamentação, para que haja quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa decisão não me cabe. Essa decisão cabe a esta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e caberá ao Superior Tribunal de Justiça.

V. Exªs é que terão de tomar essa decisão. Tomarão de acordo com as consciências de V. Exªs e se, no curso dessa investigação, houver efetivo fundamento, justificativa e motivo suficientes.

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, no uso do art. 14, por cinco minutos, o Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, já não é de hoje que venho denunciando – e o faço aqui, novamente – essa eloquência com que o Relator direciona a investigação, para atender aos interesses de seu partido, para não dizer interesses menores do ex-Presidente Lula, para sermos bem francos nessa conversa.

Eu falo aqui sobre um áudio que o Relator nunca soube que existia, porque, se soubesse, teria de ter dito a todos nós que, três dias... quatro dias depois da venda, a Andressa estava cobrando não uma outra casa, como sugeriu o nobre Relator. A palavra “outra casa” não foi colocada, até porque ele não deve ter esse áudio em mãos. Deve ter corrido que nem um louco, aqui, na hora em que eu li, e deve estar tentando buscar o áudio. Boa sorte! Já achou? Mais sorte ainda lhe desejo.

Também não aparece ela reclamando – como ele disse – dizendo assim: “Então, já que você vendeu esta casa, compre outra.”

Tudo invenção da cabeça do relator. Em momento algum veio isso; é que ele ficou desacorçoado, imagino eu, com o áudio que evidencia que essa casa nunca foi do Carlos Cachoeira, tanto que, quatro dias depois, conversando... Ele morava no apartamento, não sou eu quem digo que ele morava no apartamento, única e exclusivamente é a Polícia Federal, Sr. Relator, que diz assim: “morando no apartamento, eles tentam fazer a compra de uma casa, porque ele é cobrado pela Andressa”.

Também aqui faço um outro registro importante. A postura do Sr. Relator ficou evidenciada quando o Sr. Wladimir Garcez veio ser ouvido aqui. Não fui eu só quem falou, não fui eu só que me indignei; todos relataram. Vinte perguntas ao Sr. Wladimir Garcez, que disse que tinha relações com várias ordens do Governo federal, vários nomes do Governo federal e do Distrito Federal. Mas ele conseguiu direcionar 19 perguntas para o Sr. Wladimir Garcez, Sr. Governador, sobre V. Exª. Ele lembrou-se, ao final, e fez uma sobre o Governador do Distrito Federal. Mas não houve direcionamento.

Antes de ouvir V. Exª, que queria vir na terça-feira passada, ele solicitou a audiência de três pessoas, quatro pessoas diretamente relacionadas ao senhor, entre elas o Sr. Walter. Isso foi na terça-feira passada. Se eu estiver errado, que o relator, por favor, me corrija. Como na quarta agora nós ouviremos o Governador do Distrito Federal, eu pergunto: por que quarta-feira passada ele não pediu para ouvir três ou quatro pessoas? Vamos lá, uma só: o Sr. Cláudio Monteiro, antes de ouvir o Governador Agnelo. Por que o Relator não pediu, na quarta-feira passada, assim: Vamos ouvir o chefe de gabinete que recebia propina. Ninguém do governo do Distrito Federal estava confirmado o recebimento de propina. Cláudio Monteiro era mensalão do Distrito Federal do Carlos Cachoeira, recebia por mês. Ele, não houve interesse do relator em ouvi-lo na quarta-feira passada, que foi um dia morto no Congresso. Por que essa avidez, essa vontade deliberada para apurar os casos do PSDB, e essa falta de vontade para tentar realmente investigar o Governo do Distrito Federal? Não estou dizendo porque V. Exª, Sr. Relator, perdeu a quarta-feira passada; poderia ter ouvido várias pessoas envolvidas ao Agnelo, como ouviu na terça anterior várias pessoas direcionadas e ligadas ao Governador Marconi Perillo. Então, é um direcionamento claro? É evidente que é! Temos aqui que nos aviltar quando V. Exª pede quebra de sigilo, dizendo: “ele está aqui como investigado”. Lógico que temos que nos aviltar, se V. Exª não sabe distinguir investigado de testemunha; investigado não presta juramento de dizer a verdade...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – ...ele prestou o juramento... Tenho mais um minutos, Sr. Presidente. Ele prestou o juramento.

Portanto, a minha indignação é com a postura de V. Exª, com o direcionamento de V. Exª, com a vontade que V. Exª tem de cumprir uma missão partidária do ex-presidente Lula, para tentar fazer com que a ira dele seja resolvida nesta CPI. O presidente tem uma outra seara; o Supremo Tribunal Federal vai dizer se a ira dele estava certa ou não; o Supremo Tribunal Federal vai dizer se houve mensalão ou não; não somos nós, aqui nesta CPI. O nosso foco, o nosso escopo é outro. E se V. Exª puder direcionar para uma investigação lógico, sem o contexto partidário e político, eu agradeço a V. Exª, como membro desta Comissão e como juiz de fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos interromper por um minuto...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, não se trata disso. Nós estamos investigando...

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB. Fazendo soar a campainha.) – Eu vou pedir ao relator...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Salta aos olhos, relator.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou interromper por...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – O Brasil inteiro está vendo, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou interromper por... a testemunha precisa se ausentar por um minuto.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, ele pode se ausentar. Eu só vou dizer ao caro Deputado Carlos Sampaio que V. Exª sabe que não me pauto por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Feito esse esclarecimento pelo Sr. Relator.

Os próximos inscritos para se prepararem: o Senador Fernando Collor, o Senador Sérgio Souza, e o Deputado Paulo Foletto.

Daqui a três, Miro; daqui a quatro, Vacarezza.

*(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, suspensa às 14 horas e 34 minutos, reaberta às 14 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 11 minutos.)*

*(A reunião é reaberta às 16 horas e 13 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, com a palavra o Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar, Senador Vital do Rêgo, Exmo. Sr. vice-presidente, Deputado Paulo Teixeira, Exmo. Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Exmo. Sr. Governador Marconi Perillo, Dr. Antônio Carlos, Srªs e Srs. Parlamentares.

Governador Marconi Perillo, gostaria de fazer poucas perguntas, poucas indagações a V. Exª. São sucintas e ensejariam respostas também bem curtas de V. Exª para nós não cansarmos mais a audiência.

A primeira pergunta seria a seguinte: V. Exª concorda que, no caso da Operação Vegas, se a ela tivessem sido dadas as providências cabíveis por parte do Sr. Procurador-Geral da República, as eleições de 2010 poderiam ter um resultado diferente daquele obtido nas urnas?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Presidente Collor, eu não tenho conhecimento das gravações e do conteúdo da Operação Vegas. Ouvi falar pela imprensa, mas é possível que isso pudesse ocorrer, dependendo do conteúdo dessas gravações.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – O conteúdo é mais ou menos este que estamos aqui discutindo, ou seja, teria uma influência na eleição de 2010, caso o Procurador-Geral da República tivesse procedido como determina o Regimento do próprio Conselho Nacional do Ministério Público?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Dependendo da gravidade, sim.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Perfeitamente. Então, acolho e recolho a sua resposta como sim, poderia influir na eleição de 2010, caso o Procurador-Geral da República não tivesse segurado a Operação Vegas.

Em segundo lugar, Sr. Governador, V. Exª teve conhecimento dessa coabitação criminosa que havia? Teve o conhecimento, ouviu falar dessa coabitação criminosa havida entre duas organizações criminosas, a do Sr. Carlos Cachoeira e da Editora Abril, que edita a revista *Veja*, por intermédio do Sr. Policarpo Júnior? O senhor já ouviu falar no nome do Sr. Policarpo Júnior e das conversas que ele mantinha com o Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O nome do jornalista Policarpo Júnior, sim, Presidente. Em relação à eventual relação entre Cachoeira e o Grupo Abril, não.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Nunca o senhor ouviu falar dos contatos que o Sr. Cachoeira mantinha com o Sr. Policarpo Júnior, nem com a revista *Veja*?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Com a revista *Veja* nunca. Agora, com relação a Policarpo, algumas informações saíram na imprensa. Aí eu não tenho a menor informação sobre isso.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – É até aí que o senhor tem conhecimento?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Até aí.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Vou agora dizer a V. Exª o que ocorria. O Sr. Policarpo Júnior era o centro de toda essa organização. Ele recebia as informações do Sr. Carlos Cachoeira – recebia as informações. E, inclusive, o Sr. Carlos Cachoeira prestava serviços ao Sr. Policarpo Júnior, quando lhe interessava obter gravações ou obter filmetes ou gravações somente de áudio, e tinha a sua retribuição.

Por outro lado, dois procuradores, a mando do Sr. Procurador-Geral da República, veja a gravidade disso – aliás, uma Procuradora chamada Léa Batista de Oliveira e o Procurador Daniel de Resende Salgado –, entregaram a dois jornalistas da *Veja*, um chamado Gustavo Ribeiro e o outro chamado Rodrigo Rangel, parente do Procurador-Geral, o inquérito que tramitava sob segredo de justiça na 11ª Vara Federal de Anápolis.

Então, V. Exª, com a experiência de homem público que tem, bem pode imaginar o poder de que dispunha esse Sr. Policarpo Júnior, que recebia as informações do Sr. Carlos Cachoeira e tinha em mãos todo o inquérito em que o alvo principal era o Sr. Carlos Cachoeira. Mais do que isso, ele decuplicava o seu poder tinha o poder da publicação e da divulgação.

E essas divulgações eram combinadas. Vários relatos, várias degravações dão conta de contatos mantidos entre o grupo criminoso Cachoeira e o grupo criminoso Abril – entenda-se a *Veja* e o seu artífice nesse processo, o Sr. Policarpo Júnior –, combinando onde sair a nota: se na *Veja online*, se numa coluna assinada por um borrador que leva o nome de Lauro Jardim – é um borrador –, se poderia publicar isso na revista. Então, eles tinham essa capacidade de fazer o mal, de destruir reputações sob o manto de que estavam agindo em nome da sociedade. E ele, Sr. Policarpo Júnior, durante oito anos pelo menos manteve uma relação com o Sr. Carlos Cachoeira, acobertando as suas atividades criminosas.

Mais do que isso, e agora falando sobre a questão do Sr. Procurador-Geral da República, V. Exª agora disse aqui à CPMI que o seu caso foi recebido pelo Procurador-Geral da República e foi remetido a uma procuradora que o senhor disse não se recordar o nome. O nome dela é Drª Cláudia. E sabe o senhor por quê? Porque o Sr. Procurador-Geral da República concentrava, e concentra, nas mãos da Subprocuradora-Geral, Drª Cláudia, que é esposa dele, todos os processos que chegam à Procuradoria-Geral da República e que tenham pessoas, que incluam pessoas com prerrogativa de foro. Isso é algo absolutamente estranho porque os outros procuradores todos, quando eles recebiam os processos, faziam a distribuição aleatória, de acordo com a ordem de chegada, de acordo com a ordem dos nomes, por ordem alfabética ou por sorteio eletrônico, mas ele não. Todos os processos que tinham prerrogativas de foro ele juntava e colocava na mão dessa Procuradora. Por isso, ele colocou, porque V. Exª tem prerrogativa de foro.

Poderia até adiantar-lhe que não tenho dúvida nenhuma de que essa Procuradora vai lhe criar problemas, dificuldades. Eles fazem disso moeda de troca. O Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, faz moeda de troca com esses processos que ele recebe como Procurador-Geral da República contra pessoas que têm prerrogativa de foro. Isso é um absurdo contra o qual temos de nos insurgir.

Em função disso, gostaria, Sr. Presidente, *data venia*, de dar notícia a esta Comissão de que hoje ingressei com representações e denúncias contra o Sr. Procurador-Geral da República e contra a Srª Cláudia:

- A primeira foi na esfera penal. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Drª Cláudia Marques. Tipificação do crime: prevaricação. Embasamento legal: Código Penal art. 319. A apresentação foi feita hoje e protocolada no Ministério Público da União. O julgamento será pelo Supremo Tribunal Federal.

- A segunda representação. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República e Subprocuradora-Geral da República, Cláudia Marques. Na esfera civil. Tipificação: ato de improbidade administrativa baseado na Lei nº 8.429, de 92, art. 11, inciso II. A apresentação foi feita à Corregedoria do Ministério Público da União. Caberá o julgamento à Justiça Comum, sem foro privilegiado.

- A terceira representação é na esfera administrativa. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Srª Cláudia Marques. Tipificação do crime: ilícito administrativo. Embasamento legal: Lei Complementar nº 75/93, art. 240, inciso V, “b”, e Constituição Federal art. 37, §4º. A apresentação foi feita à Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público e o julgamento será pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

- Quarta representação. Esfera administrativa. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Srª Cláudia Marques. Tipificação: procedimento de controle do ato administrativo. Embasamento legal: Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 107. A apresentação foi feita ao Conselho Nacional do Ministério Público e o julgamento também será pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

- Quinta representação. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Srª Cláudia Marques. Tipificação: representação por inércia ou por excesso de prazo. Embasamento legal: Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público art. 82. Apresentação ao Conselho Nacional do Ministério Público. Julgamento pelo mesmo.

- Por último. Na esfera político-administrativa. Desfavorecido: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel. Tipificação: crime de responsabilidade. Embasamento legal: Lei nº 1.079, 1950, a ressurecta, art. 40, incisos I, III e IV e Constituição Federal art. 52, inciso II. A apresentação foi feita hoje à tarde ao Senado Federal e o julgamento será pelo Senado da República.

Isso eu digo, Sr. Presidente, Srs. integrantes, Parlamentares desta comissão, porque nós não podemos deixar de perceber a importância que tem essa organização criminosa chamada Editora Abril em todo esse contexto.

Nós não podemos deixar de chamar aqui o Sr. Policarpo Júnior e todos aqueles outros que estão aí arrolados, porque eles é que poderão dar informações sobre o Sr. Cachoeira e as relações que mantinham com ele de coabitação criminosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Discuti essa matéria na sessão administrativa.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – E recebi a informação, e recolhi da resposta dada por S. Exª, o Sr. Governador Marconi Perillo, sobre se ele tivesse cumprido a sua missão de dar prosseguimento à Operação Vegas, porque ele mentiu quando disse que a operação Monte Carlo tinha... era prosseguimento da Vegas...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Fernando Collor, o tempo de V. Exª está esgotado.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Eu recolho a resposta do Sr. Governador Marconi Perillo dizendo que sim. Se fosse, a Operação Vegas, dada continuidade ela, teria influência nas eleições...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza, com a palavra.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (PMDB – PR) – O Governador Marconi vai... Só para... O senhor vai responder alguma questão ainda? *(Pausa.)*

Não, não é? *(Pausa.)*

Podemos...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quero apenas agradecer a manifestação do Senador Presidente Collor.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (PMDB – PR) – Governador Marconi Perillo, Sr. Presidente, Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, relator Odair Cunha, Srªs e Srs. Parlamentares:

Sr. Presidente, acho que esta CPMI tem um papel muito maior do que ficar tão somente no campo da identificação das consequências. As consequências já foram, de forma quase que exaustiva, investigadas pela Polícia Federal. Já existe denúncia proposta pelo Ministério Público, já existem até mesmo audiências marcadas e agendadas em juízos competentes para o julgamento dos fatos postos aqui também nesta CPMI. No entanto, nós temos um papel de identificarmos as causas que levaram a esta CPMI e as causas estão, digo com toda tranquilidade, Governador, em um sistema que tem defeitos, e esse sistema que tem defeitos permite a corrupção de Governos, inclusive de autoridades de todos os Poderes.

V. Exª, como Governador pela terceira vez, Senador da República e Deputado conhece muito bem toda a classe e a sociedade de Goiânia e de Goiás. Eu pergunto a V. Exª: Quem começou a corromper quem? A Delta, o Cachoeira? Ou o Cachoeira, a Delta? Porque alguém, talvez, no intuito de lavar um dinheiro ou de fazer uma doação, de outra forma, ou alguém, talvez, na dependência financeira para tocar eventuais obras... Eu indago a V. Exª se é possível responder nesse sentido: Quem corrompeu quem? E, lógico, sabemos que muito ainda são indícios, mas também há fatos e contra esses fatos também existem argumentos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Sérgio Souza, como disse aqui, os meus contatos com Delta, com Cachoeira foram mínimos. Eu não teria a menor possibilidade, nem elementos para poder responder afirmativamente ou não a questão de V. Exª. Agora, com certeza, o que V. Exª coloca aqui é pano de fundo para esta CPMI. Acho que esta talvez seja uma das principais funções desta CPMI.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (PMDB – PR) – Governador, como uma última indagação, até mesmo porque os competentes colegas já bem esgotaram nestas seis horas...

O Estado de Goiás é tido como um dos Estados onde a legislação permitia algumas atividades na exploração de jogos – V. Exª confirmou isso aqui –, inclusive com leis que tiveram suas prorrogações por até doze anos. Qual é o entendimento de V. Exª como Governador daquele Estado sobre a legalização do jogo? Essa seria a solução para não haver uma corrupção no sentido dos jogos ilegais? Ou o sistema não se corrompe muito mais quando o jogo é ilegal?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senador Sérgio, eu, particularmente, intimamente, não jogo e sou contra o jogo. Agora, entre a hipocrisia reinante por todos os cantos e a legalização, talvez fosse melhor que uma providência como essa fosse tomada, embora, repito, se eu tivesse de votar aqui no Congresso a favor ou contra, eu votaria contra a legalização.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (PMDB – PR) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Foletto.

**O SR. PAULO FOLETTO** (PSB – ES) – Eu queria fazer duas perguntas bastante objetivas ao Sr. Governador.

Sr. Governador, em que pese a firmeza das suas respostas e da sua fala, desde a fala do Sr. Walter Paulo, acho que a questão da venda da casa realmente ficou mal explicada. Pessoalmente, tenho esse conceito.

Mas minhas perguntas para o senhor são para saber qual é o tipo de relação pessoal que o senhor cultiva com o Sr. Marcelo Limírio e qual também a relação pessoal que o senhor tem com o Sr. Rossini Aires Guimarães, já que ele foi doador de sua campanha e do PSDB. O senhor se lembra desse valor de doação? E o mesmo, como empreiteiro, como empreendedor, mantém contratos com o Governador do Estado de Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Cumprimento o Deputado Paulo Foletto e respondo objetivamente: com o empresário Marcelo Limírio, tenho uma relação de amizade pessoal. Gosto muito dele. É um empresário que investe muito no nosso Estado, que gera milhares de empregos; sempre foi um benfeitor em nosso Estado.

Com relação ao Sr. Rossini, não tenho nenhuma relação. Não posso dizer se é bom ou se é ruim. Com ele nunca tive qualquer diálogo; não tenho qualquer relação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, com a palavra, como Líder pela minoria, Deputado Mendes Thame. Cinco minutos, sem indagações.

**O SR. MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, senhor relator, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Governador Marconi Perillo, há uma diferença radical entre aquilo que pode ser feito por um cidadão comum e por um agente político. Como agente político – governador, prefeito, secretário, ministro, presidente da República –, ele não pode fazer nada, exceto aquilo que a lei expressamente permitir. Como cidadão é o contrário: ele pode fazer tudo, exceto aquilo que a lei expressamente proibir ou disser que deve ser feito de uma forma diferente.

Pois bem. Aqui, hoje, assistimos ao Sr. Marconi Perillo sendo perquirido exaustivamente como agente político, como governador, e como cidadão. Só que 20% ou 30%, no máximo, das perguntas como agente político, e 70%, 80% das perguntas como cidadão. Como justificar?

Possivelmente se diga que os indícios de corrupção, de ação política desastrosa, iníqua, de delinquência no seu governo sejam tão frágeis, fragílimos, que nem justifiquem as perguntas, quer pelo relator, quer pelos autores de depoimentos, quer pelos parlamentares.

Uma outra justificativa é de que o agente político não deixa de ser um cidadão e que, com isso, não podemos esquecer a relação privada, o vínculo que existe entre a ação privada da pessoa e a sua repercussão na vida política. Mas o fato é que aqui submetido a uma enxurrada de perguntas, o Governador Perillo não fugiu a nenhuma pergunta e deu respostas, respostas consistentes, firmes, claras, didáticas, mostrando absoluta franqueza e sendo coerente com o seu oferecimento de ter sido o primeiro a se oferecer a vir aqui a esta CPI explicar, contribuir, nos ajudar no trabalho, no objetivo desta Comissão. Por isso nos deixa a clareza de que o povo de Goiás, o povo goiano, pode se sentir muito orgulhoso para, de frente erguida, dizer: nós, em Goiás, somos governados com honradez, decência e dignidade.

Por último, queria fazer uma colocação ao Presidente e uma ao Relator. Ao Presidente: que esta CPI não perca o seu duplo objetivo. O primeiro é desvendar essa teia, não se ater à figura do Cachoeira e da Delta, mas tentar desvendar como se dá essa teia, essa simbiose nefasta e deletéria que tem permitido tamanha delinquência no País com a evasão de recursos públicos, com esse assalto ao Erário. E, nesse sentido, possivelmente a convocação do Dr. Pagot, do Dnit, da sua acareação aqui com as pessoas, como é o caso do Carlinhos Cachoeira, que seria novamente convocado, fosse o caminho para nos ajudar a desvendar essa teia. O segundo objetivo, lembrando os meses subsequentes à CPI dos Anões do Orçamento como subproduto que acabou sendo o grande produto daquela CPI, além da punição dos envolvidos, nós tivemos meses, praticamente um ano, discutindo a 8666, que foi um grande avanço para o País e que hoje precisa ser atualizada para coibir, tapar esses vazios que ainda existem; ao contrário do que estamos assistindo, em que o Governo quer fragilizar a 8666, estendendo o regime diferenciado de contratações para as obras do PAC.

Por último, para encerrar, ao Relator. Esperamos que amanhã, na reunião de oitiva como testemunha do Governador de Goiás, daqui do Distrito Federal, o Relator tenha a mesma brilhante e saga perquiritória que mostrou hoje, fazendo uma varredura praticamente de todas as perguntas que poderia ao Governador Marconi Perillo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta presidência toma as sugestões de V. Exª no alto da sua experiência, e prudência, e competência.

Dr. Rosinha, Domingos Sávio e o Senador Wellington Dias são os próximos. Depois o Líder Jilmar Tatto. Estão na próxima rodada Miro e Vaccarezza sempre juntos.

Dr. Rosinha com a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Governador, esta CPMI foi instalada para investigar uma organização criminosa e suas ramificações, que tem um dos seus principais ramos de atuação no Estado de Goiás. É por isso que o Sr. Governador Perillo está aqui hoje entre nós dando esse depoimento e a razão principal que logo foi o surgimento da questão da casa.

Durante o depoimento, o Governador disse e depois voltou a repetir que tem uma chácara em Pirenópolis e que essa chácara, está inclusive na imprensa de hoje, tem alguns sócios, entre eles o Sr. José Augusto D’Alcântara Costa. É o que divulga a imprensa. Aí eu pergunto: se realmente ele é um dos sócios, se ele ocupa o cargo de titular do Conselho da Saneago, se ele é proprietário do cartório de Trindade e se ele é dono da Augustos Eventos.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Todas as perguntas são verdadeiras.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – A Augustos Eventos, divulga na imprensa que, nesses primeiros seis meses de 2012, – escreve bem assim – já ganhou do governo 3,2 milhões. E eu também pergunto: o Sr. José Augusto de Alcântara, ele é proprietário do hotel Augustus?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Em relação à primeira afirmação de V. Exª, quanto ao fato de ter ganho R$3.200 milhões do governo, eu não tenho essa informação aqui agora. Posso passar a V. Exª. Mas se ganhou, ganhou em licitação no pregão eletrônico, ele e qualquer outra pessoa que eventualmente queira trabalhar com o governo, certamente tem que se submeter à Lei 8666, aos pregões eletrônicos, enfim, a tudo que estabelece rigorosamente a lei.

De qualquer maneira, Dr. Rosinha, eu terei o máximo prazer em informar a V. Exª sobre esse caso. A outra perguntou foi sobre?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Se ele é dono do hotel Augustus?

**O SR. MARCONI PERILLO** – É dono sim.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – E tem também contrato com o governo do Estado, aonde, ali, o governo fez licitação e contratou o hotel Augustus para hospedar pessoas que viajam em nome do governo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não tenho essa informação. De qualquer maneira, caso isso exista, com certeza deve ser por meio do critério de licitação.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu faço a pergunto e me preocupo, porque ao mesmo tempo em que ele é sócio do governador numa chácara...

**O SR**. **MARCONI PERILLO** – Ele não era governador à época, Dr. Rosinha. Era Senador da República.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Mas ele continua participando de licitações. É uma observação.

Uma outra questão. O senhor disse antes que o Sr. Wladimir Garcez pegou dinheiro emprestado do patrão dele. Quem é o patrão do Wladimir?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele é quem disse aqui, Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – O senhor disse aqui também.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele é quem disse. Eu apenas reproduzi o discurso dele. Ele disse aqui, em alto, claro e bom som: “que tomou dinheiro emprestado dos seus patrões Delta e Carlos Cachoeira”.

Quanto à participação ou não da empresa Augustus Hotel ou de outras em licitações do governo, pelo fato dele ter uma pequena participação societária numa gleba em Pirenópolis, isso não significa que ele não possa participar de licitações.

Eu, na qualidade de governador, sou impedido. Agora, recebo aqui uma informação de que esse contrato se deu exatamente no governo do meu antecessor.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Antes, se é que entendi bem, tenho a impressão de que V. Exª disse que mora numa casa alocada, hoje.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Exatamente!

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Quem é o proprietário dessa casa?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O Sr. Newton.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – O Sr. Newton Aires de Couto?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não sei se o sobrenome dele é esse.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – É dono da construtora Centro-Oeste?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Exatamente!

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – A mesma que também é fornecedora do Estado?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não só no meu governo, mas em outros governos também. E eu fiz um contrato de aluguel, está registrado lá no condomínio Alphaville; pago e tenho os recibos que irei encaminhar a esta CPMI.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – A imprensa tem divulgado, e eu pergunto se confirma ou não: o senhor é proprietário de aviões?

**O SR. MARCONI PERILLO** – De quem?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – De aviões.

**O SR. MARCONI PERILLO** – O Estado tem uma frota de oito aviões. Não há a menor necessidade para isso; não tenho dinheiro e não tenho interesse e não preciso. O Estado possui o King Air 350; o King Air 200; o King Air 90; e cinco Sênecas.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu só perguntei se o senhor tem, e o senhor disse que nem tem dinheiro para isso, apesar de a gente ver que a evolução patrimonial do senhor é bastante rápida...

**O SR. MARCONI PERILLO** – É menor que a de muitas outras pessoas já investigadas.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Não, deixa eu perguntar, Sr. Governador.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desculpa, desculpa.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu estou dizendo da evolução patrimonial bastante significativa pelo período que ocupa o governo...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu não estou fazendo a pergunta para o senhor. *(Risos.)*

A outra questão é que eu quero perguntar também ao Sr. Governador, e que diz respeito ao seguinte: ele disse – o Sr. Governador – que o Sr. Wladimir Garcez, para mostrar prestígio, usava o nome do governador. Creio que o Sr. Demóstenes não precisava demonstrar prestígio para usar o nome do governador, mas em vários momentos o Sr. Demóstenes fala o nome do Sr. Governador nos diálogos com o Sr. Cachoeira. Eu faço essa observação.

E, também sobre o Sr. Wladimir, divulga a imprensa que ele foi condecorado pelo senhor, em seu primeiro Governo, com a Ordem do Mérito Anchieta, seu mais alto grau, Gran-Cruz, que é a mais alta honraria. Mesmo ainda falando dos telefonemas, há uma interceptação, no dia 03/08/2011, em que o Sr. Carlinhos e o Sr. Júlio conversam sobre a festa de aniversário da filha do Sr. Marconi e fazem uma lista, vamos dizer, dos convidados, o que demonstra uma certa intimidade com o Sr. Marconi.

Sr. Governador, quem é o responsável e em qual banco é efetuado o pagamento dos funcionários do Estado de Goiás?

**O SR. MARCONI PERILLO** – O senhor tem mais alguma pergunta, Dr. Rosinha?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu tenho...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o ex-Vereador Wladimir Garcez certamente deve ter recebido essa comenda na condição de Presidente da Câmara de Goiânia. E não foi a mais alta distinção porque elas são oferecidas apenas a Presidentes da República, Ministros e Governadores de Estado.

Com relação ao Senador Demóstenes, eu já afirmei aqui de que ele gozava de muito prestígio, ele me ajudou muito na eleição. Em segundo lugar, apesar de ser uma coisa pessoal... Eu não conheço esse diálogo, mas eu tenho notícia de que minha filha, de 16 anos, é colega de sala de aula de uma das sobrinhas do Sr. Carlos Cachoeira. Eu não vejo mal algum nisso. Eu não posso proibir minha filha de ter relação com quem quer que seja. Eu jamais faria qualquer patrulhamento ideológico a ela por esse fato.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Onde está hoje o banco que faz o pagamento, aquele que o Governo de Estado usa para fazer o pagamento de seus servidores.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu quis, desde o início, prestigiar um dos bancos oficiais do Governo Federal: ou o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil não conseguiu entrar no leilão inicial, nem a Caixa, e, depois, também não conseguiu fazer a oferta que nós desejávamos. A Caixa Econômica Federal fez a oferta e nós fechamos o negócio. A Caixa Econômica Federal, que já estava nos ajudando na liberação de recursos do PAC, da Presidente Dilma, para obras de saneamento, de habitação...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Qual é o banco, senão vai acabar meu tempo.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Caixa Econômica Federal.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – E, antes, qual banco era?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Banco Itaú.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Quanto o senhor recebeu para fazer o pagamento na Caixa Econômica Federal? O Governo do Estado... Quanto o Governo do Estado foi reembolsado para fazer a folha de pagamento?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Cerca de R$480 milhões; destes, aproximadamente R$230 milhões devolvidos ao Banco Itaú, porque o contrato ainda estava em vigência. Nós fizemos uma rescisão amigável, um destrato amigável desse contrato.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Quanto tempo tinha a mais com o Banco Itaú?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Creio que até setembro deste ano.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – O senhor diz que rompeu o contrato... A informação que eu tenho é que o contrato com o Banco Itaú era de R$165.984.281,50, o que significa um rendimento de R$7.904.013,41 mensais. Na hora em que faz o contrato com a Caixa Econômica, é de R$470 milhões, o que significa...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dr. Rosinha, conclua seu tempo. Sua última pergunta, por favor.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Só vou completar... O que significa um montante mensal inferior a esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa, você está inscrita.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu vou concluir. Eu quero dizer que, não só significa isso, mas na hora de bater as contas, a informação que eu tenho é que o equivalente a ser devolvido, todavia, não foi computado ainda no Governo do Estado. Nós gostaríamos que essa contabilidade fosse demonstrada, porque é um contrato que trouxe prejuízo ao Estado de Goiás, mensalmente.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Dr. Rosinha, nós tivemos, líquidos, no caixa do Governo do Estado, R$300 milhões. Eu estou absolutamente convencido de que esse contrato, por todas as razões, foi absolutamente importante e vantajoso para o Estado. Primeiro: a Caixa Econômica está abrindo mais de 100 agências novas em meu Estado; segundo: aumentou os repasses para financiamento de casa própria, incluindo casas próprias para funcionários públicos; terceiro: aumentou também os volumes de investimentos para saneamento básico; quarto: me dá a oportunidade, como Governador e ao Governo do Estado, de trabalhar com a instituição pública federal da mais alta credibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Deputado Domingos Sávio.

Liberem o campo visual do Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, Sr. Vice-Presidente, Sr. Governador Marconi Perillo, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras...

Sr. Governador, eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo, queria dizer que acompanhei atentamente não só o seu depoimento, mas, desde o primeiro momento em que se instalou esta CPMI, eu acompanho de forma clara as posições de V. Exª não só pela imprensa, mas na manifestação que fez ao nosso partido, o PSDB, e diretamente a esta CPMI, a sua disposição de colaborar trazendo seu depoimento, seu desejo de trazer a verdade.

E hoje a gente faz uma constatação que é óbvia, mas que precisa ser revisitada em alguns momentos, especialmente por nós, que fazemos vida pública. A verdade é intangível, a verdade é mais dura do que o aço. Após V. Exª ter repisado por inúmeras vezes algo que já de início eu compreendia... Mas imaginava eu que alguns dos nossos colegas, para não dizer de oposição a V. Exª, pudessem ter algum fato novo, porque desde o início eu percebia, nas declarações de V. Exª, que havia vendido uma casa de sua propriedade, que havia recebido o pagamento e depositado em sua conta bancária, que havia feito uma transação com absoluta transparência, como é próprio das pessoas dignas e corretas. Depois, ouvindo depoimentos nesta Casa, ouvimos aquele que inicialmente fez a transação com V. Exª informando dos cheques que havia lhe dado em pagamento, informando da maneira com que havia chegado, adquirido esse cheques, informando que havia transferido, por não pode pagar a casa, a terceiro. Mas eu pensava comigo, Sr. Governador, que poderia haver algum outro fato, e eu aguardava, ansioso.

V. Exª aqui vem e nos traz com coerência absoluta um relato minucioso. Mais do que isso – houve, aí sim, uma surpresa para mim: traz um anúncio de jornal de alguns meses antes dizendo que tinha uma casa para vender, como se V. Exª tivesse a vara de condão de saber que algum dia ia haver toda essa celeuma. V. Exª traz em detalhes provas.

Mas ainda agora, ao final de toda essa inquirição eu ouvi, e ainda haverei de ouvir aqueles que querem dizer “mas eu não concordo”, “olha, isso está errado”, “olha, essa casa foi vendida foi para o Cachoeira mesmo”. E o nosso Relator, em dado momento, enveredou por um caminho perigoso, inclusive se esquecendo do óbvio, que V. Exª aqui está como depoente, e quis tratá-lo como alguém que está sendo investigado, que estaria sob a espada da justiça, sob alguma acusação.

Quero caminhar para uma pergunta importante para mim. Não vou me ater a essas perguntas sobre a casa. Não faz sentido. Aí vou dar razão ao Deputado Silvio. Não faz sentido. V. Exª foi absolutamente claro, trouxe documentos, comprovou.

Eu não vou também enveredar por esse caminho de que estamos aqui numa CPI para investigar uma organização criminosa no Estado de Goiás. Ora, o Sr. Carlinhos Cachoeira está preso – e a Polícia Federal fez um belo trabalho – e é claro que tudo isso deve ser investigado. Nós estamos diante de uma situação que envolve o País inteiro. Ou será que alguém ainda não percebeu a dimensão da Delta nesse processo? Alguém ainda quer insistir em limitar essas investigações quase que não só ao Estado de Goiás, mas ao governo do PSDB? Aí, sim, faz-nos pensar que há alguma coisa que remonta lá à história do mensalão, e aquela estratégia de repetir tanto uma coisa para ver se a verdade deixa de ser intangível. Não. Não há como dizer que não houve mensalão e não há como agora querer dizer que há uma estrutura criminosa lá no Estado de Goiás e que esta CPI foi feita para isso. Não. A verdade é intangível e está vindo à tona.

V. Exª nos trouxe informações preciosas, claras e coerentes. Mas V. Exª nos traz também uma sinalização para o País. V. Exª, em dado momento – e me apercebi muito bem disso –, demonstrou uma diferença muito grande por parte de governos sérios, de governos éticos, de governos que tratam com probidade o dinheiro público.

V. Exª mencionou – se isto ainda não está disponível, eu gostaria que fosse disponibilizado para esta CPMI – uma das últimas licitações feitas pelo Governo do Estado de Goiás, em que, levando obras públicas para beneficiar milhões de goianos, V. Exª conseguiu uma economia que ultrapassa a casa de R$100 milhões, se entendi bem.

Eu gostaria de saber, primeiro, o indicador de referência da planilha. Pôde haver um deságio por parte de uma concorrência forte, como V. Exª, parece-me, mencionou, com cerca de vinte grandes empreiteiras concorrendo. São obras que envolvem cifras de quase meio bilhão de reais. Seguramente, são empresas estruturadas.

V. Exª nos traz a informação, durante esse relato, de que lá V. Exª, por decreto, fez modificações, aperfeiçoando o modelo de licitação, tirando aqueles instrumentos que permitissem o conluio entre empreiteiras, tirando a possibilidade de visitas prévias obrigatórias e até mesmo de depósitos antecipados que pudessem identificar, com clareza, quem eram os concorrentes. V. Exª nos trouxe aqui uma referência estratégica para o País sobre o modelo de gestão pública.

Eu gostaria de obter de sua parte a confirmação, primeiro, de qual o parâmetro que se usa para que, depois, seja possível cair. Esse parâmetro também o Governo Federal usa?

Depois, poderemos chegar a uma avaliação sobre os modelos de licitação que existem no Brasil. Sabemos que a Delta, como foi lembrado aqui hoje, está com cerca de R$4 bilhões de faturamento no Governo Federal. São R$4 bilhões de faturamento! Como são feitas essas licitações?

O ex-Diretor-Geral do Dnit já veio em público para dizer que foi escalado para arrecadar dinheiro para a campanha recente que elegeu a Presidenta Dilma, envolvendo dezenas de empresas que ali ganham licitações. É preciso verificar isso e colocar uma lupa sobre o modelo de licitação. V. Exª nos diz com clareza que essa é uma preocupação sua.

Falo isso, porque isso é pauta no Jornal da Câmara e está no plenário, aguardando-nos. O Governo, mais uma vez, faz uma emenda frankenstein numa medida provisória. O Governo Federal nos traz a possibilidade de que a Lei nº 8.666, que já precisa ser aprimorada, seja, mais uma vez, maculada, dando ao Governo Federal autorização para, nas obras do PAC, instalar um regime de contratação especial, o que não foi discutido profundamente nesta Casa, o que não tem transparência adequada.

Então, minha pergunta é feita de forma objetiva. Quero dizer a V. Exª que, para mim, qualquer outra lucubração de que não se entendeu a operação da venda legítima de um imóvel de sua propriedade é coberta de cores partidárias de forma clara. A imprensa nacional também, com sua seriedade e com sua independência, não haverá mais de trabalhar em cima de lucubrações ou, então, deve apontar, de forma clara, provas.

Fico absolutamente com a verdade, porque esta, sim, é intangível. Mas fico com a última ponderação de V. Exª. V. Exª acredita que esse critério que V. Exª adotou foi uma das razões pelas quais o Estado de Goiás pôde economizar mais de R$100 milhões? Isso pode ser uma referência para melhorarmos os processos licitatórios no Brasil? Esse seria o caminho?

Entendo que esta CPMI não se pode ater apenas a discussões enfadonhas. Precisamos apresentar soluções para o Brasil, para que haja mais transparência na gestão pública, e me parece que é esse o propósito de V. Exª, com essa decisão tomada.

Fica esta pergunta: o modelo de licitação que V. Exª adotou aprimora os critérios, para dar mais transparência?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Quero agradecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, a testemunha.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desculpe-me, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Deputado Mendes Thame as palavras respeitosas.

Quero agradecer igualmente ao Deputado Domingos Sávio.

Nós tomamos, Deputado, algumas medidas fundamentais para reduzir os preços das obras no Estado. A primeira delas foi zero de pedágio, de propina; zero de caixa de campanha; zero de delta X. Segundo, nós acabamos com a possibilidade de acordo de empreiteiras ao adotarmos alguns critérios, dentre eles, acabar com a exigência de caução. Porque quando uma empresa, cinco dias antes, apresenta uma caução, todas descobrem quais vão participar do certame. Com isso, nós eliminamos essa possibilidade de uma empresa descobrir que a outra vai participar da licitação. Isso nos possibilitou, num certame envolvendo cerca de quinhentos e poucos milhões de reais para a reconstrução de 2.081 quilômetros, de cerca de R$170 milhões.

Primeiro, já enviamos o edital com 10% abaixo da tabela de preços da agência de obras. Depois, sem esses acordos que infelizmente são comuns em várias partes, nós conseguimos que noventa e tantas empresas de três Estados do Brasil disputassem. Com isso, tivemos essa economia. E o mais importante não é fazer obra barata, é fazer obra barata com qualidade. Essa é uma exigência nossa.

Eu queria apenas aqui pedir permissão ao Presidente para ler... Quer dizer...

Bom, a Agetop, na administração atual, eliminou em seus editais a exigência de declaração, por parte do órgão, de que foi feita a vistoria técnica. Isso era feito dez dias antes da licitação. Hoje, basta o licitante colocar em sua documentação, no ato da licitação, uma declaração de que visitou a obra e tem conhecimento do serviço. Eliminou também a exigência de que a caução fosse feita cinco dias antes da licitação. Hoje, a caução acompanha a documentação e a proposta. Esses eram dois artifícios usados pela Administração Pública para possibilitar que as empresas soubessem com antecedência quem participaria da licitação, propiciando condições para que elas se acertassem previamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Governador Marconi e dizer, Sr. Governador, que tenho procurado – e, tenho certeza, não apenas eu, mas todos nós, grande parte de quem aqui está – pautar esta CPI em cima dos fatos. Eu não quero crer que exista ninguém por trás de V. Exª que esteja armando um complô contra V. Exª para eliminá-lo politicamente.

Eu tive que dar uma saída, mas enquanto saí, ouvi os questionamentos feitos pelo Senador Taques. Questionamentos com os quais concordo plenamente, porque ele, nessa forma tranquila, pelo menos aparentemente tranquila, fez algumas colocações e perguntou se V. Exª achava que todas as questões que estão postas à Mesa hoje, ou seja, as dúvidas em relação à venda e à compra de uma casa, de que o senhor mesmo diz ter se arrependido; a questão que envolve um radialista, que teria dito que recebeu dinheiro de V. Exª a título de pagamento de serviços prestados durante sua campanha eleitoral; que todas as movimentações do Senador Demóstenes, juntamente com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira... E eu acrescentaria a isso, Senador Taques, mais uma coisa: acertos que as gravações revelam, de forma muito clara, para a realização de licitação. E um deles, aliás, o Senador Randolfe leu aqui alguns trechos, que mostram a fúria desse determinado grupo que trabalha muito próximo ou trabalha com a contravenção, a fúria em relação a obras que estariam sendo repassadas pela Odebrecht.

E eu acrescentaria mais alguns diálogos que não são novos – V. Exª, como todos nós e o Brasil inteiro, conhece –, de trechos que mostram o Sr. Carlinhos Cachoeira reclamando da falta de prestígio e dizendo o seguinte, numa delas: “O Wilder é muito mais competente, pois não pôs nenhum centavo na campanha e está indicando pessoas”. E ele, que recebe telefonemas do Sr. Wladimir pedindo dinheiro, pedindo que resolva problemas, estava tendo dificuldade em colocar pessoas.

Diante desses fatos... Eu poderia ler outro aqui, em que ele diz claramente... Carlinhos diz o seguinte: “reclama que o Wilder emplacou um cara que eles estavam boicotando no Detran”.

Carlinhos disse que Wilder não deu um centavo na campanha e que ele teria dado muito e teria feito muito e teria encontrado muita dificuldade em colocar pessoas.

Enfim, dito isso, perguntou a V. Exª se V. Exª achava que isso é um complô, e V. Exª disse que não, porque não há, Governador Perillo. Não há. Imaginar que alguém tenha inventado esses fatos todos. São fatos que existem e precisam ser elucidados. E nós estamos aqui para elucidar esses fatos. Esse é o nosso objetivo. Esse é o nosso objetivo, porque V. Exª há de convir – tanto que disse aqui estar arrependido da venda de sua casa – que os fatos são fortes, porque nós dispomos não daquilo que nos dizem. Nós dispomos de elementos materiais, e os elementos materiais mostram, primeiro, uma proximidade que nenhum de nós imaginava do Sr. Senador Demóstenes Torres com Carlos Cachoeira, e uma proximidade desse grupo com o Governo de V. Exª. Com o Governo de V. Exª.

Ouvi com muita atenção – porque isso também diz respeito à questão principal, talvez, da nossa investigação – V. Exª falar sobre a polícia; que teria em torno de 34 policiais envolvidos e que estariam todos afastados.

Eu pergunto: o senhor conhece o Sr. Divino Efigênio de Almeida?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sim.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Quem é Divino Efigênio de Almeida?

**O SR. MARCONI PERILLO** – É o comandante-geral da polícia.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – É comandante-geral da polícia?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Foi comandante-geral da polícia.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Atualmente, ele é...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Hoje, é o chefe do gabinete de gestão de segurança no Entorno de Brasília

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – No Entorno de Brasília.

**O SR. MARCONI PERILLO** – No Entorno de Brasília.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Por acaso, é no Entorno de Brasília que tudo começou. Onde tudo começou, porque havia infiltrados da Polícia Federal, infiltrados da Polícia Civil, que comunicavam essas pessoas que atuam na contravenção dos flagrantes das ações que a polícia estaria realizando.

Esse Sr. Divino tem alguma ligação com o Senador Demóstenes?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele foi comandante da PM no tempo em que o Senador Demóstenes era secretário de segurança pública. No meu primeiro governo. Não sei se ainda mantêm relação, mas à época tinha uma ligação de subordinação. Aliás, quem fez a indicação do Coronel Efigênio para o comando da polícia foi o Senador Demóstenes, quando secretário de segurança pública.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – E V. Exª demitiu o Sr. Divino?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele saiu do governo, ainda no primeiro governo, me parece...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Mas, atualmente.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Atualmente, ele está – eu disse a V. Exª – como comandante, como subsecretário de segurança aqui no Entorno de Brasília.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Mas mesmo tendo toda essa ligação? E parece – não tenho certeza, acho que o relator poderia investigar melhor isso – que esse Sr. Divino foi, num determinado período, contratado pelo Senador Demóstenes como seu assessor aqui no Senado Federal.

Então, diante de todos esses fatos, o senhor não acharia tudo o que nós ouvimos, o que nós estamos vendo – a saída, a retirada de 34 policiais, manter o Sr. Divino Efigênio, que tem uma ligação tão estreita com o Senador Demóstenes, cuja relação íntima com o Sr. Carlos Cachoeira e todo o seu grupo ninguém mais questiona –, o senhor acha que é uma postura correta de quem quer limpar a polícia de um Estado que está apresentando tanto problema? Manter essa pessoa neste cargo, tendo sido ele indicado pelo Senador Demóstenes?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senadora Vanessa, não é crime ter sido indicado pelo Senador Demóstenes. Pouco tempo atrás, praticamente todos os Senadores e Deputados deste Congresso faziam todas as reverências ao Senador Demóstenes – aliás, o Brasil e Goiás. Por outro lado, não há qualquer indício de envolvimento do comandante, do coronel Divino Efigênio em qualquer ato dessa operação em qualquer gravação. É um homem digno, quase 70 anos de idade, já coronel inativo da Polícia Militar. Se eu tivesse qualquer motivo para demiti-lo, para exonerá-lo, por qualquer relação suspeita com essa organização, ele teria saído. Mas eu jamais faria prejulgamento e jamais prejudicaria um homem com toda uma carreira militar, depois de ter sido inclusive comandante, tão somente porque ele trabalhou com o Senador Demóstenes como comandante, como assessor ou porque ele teve relação com o Senador Demóstenes.

E mais: sobre a venda da casa do radialista, eu já falei, já respondi. Já respondi sobre o Senador Demóstenes, sobre a Odebrecht, e em relação à ajuda de campanha, nem o Wilder me ajudou. O Wilder tinha que ajudar a campanha do Senador Demóstenes. Ele era o primeiro suplente do Senador Demóstenes. E, se o caso Cachoeira ajudou alguém nessa campanha, a mim não foi.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Senador Marconi, V. Exª me perdoe, mas o senhor se refere muito aos Srs. Senadores aqui, a que todos faziam referências...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desculpe-me se fui injusto.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Não, não, não. Mas não é a primeira vez em que o senhor fala isso. O senhor tem repetido isso com frequência, mas esquece que isso é passado, está no tempo passado.

No tempo presente, não há nenhum Senador desta Casa – e, tenho certeza, nenhum Deputado – que faça qualquer referência elogiosa ao Senador Demóstenes. Fazia no passado, porque não conhecia suas ligações. A partir do momento em que o Brasil passou a conhecer as ligações que o Senador Demóstenes tinha – aliás, ele era a pessoa que mais batia, que mais cobrava nesta Casa a ética, que mais cobrava postura ilibada. Aliás, ele é que usava o princípio que V. Exª está utilizando desde o início da sua intervenção, que é o princípio da defesa, com o qual concordo.

Acho que ninguém deve, pode, nem tem condições de prejulgar quem quer que seja. A todos têm de ser dado o direito de livre defesa. Mas não era essa a postura do Senador Demóstenes. V. Exª foi colega do Senador Demóstenes aqui; V. Exª sabe como agia o Senador Demóstenes: não queria nem saber. Ele dizia: na dúvida, está condenado; na dúvida, tem de ser demitido.

Então, Governador, V. Exª sabe de alguém que trabalhou com o Senador Demóstenes, quando ele era Secretário de Segurança do Estado de Goiás, que foi indicado ao seu Governo por ele, e o mantém? Então, não sei.

A mim... não quero fazer julgamento nenhum, mas a mim fica uma interrogação sobre se de fato está havendo uma postura de limpar, de pelo menos preventivamente afastar as pessoas que tenham porventura qualquer tipo de elo, qualquer tipo de ligação com todos os que estão envolvidos nessa questão.

Obrigada, Presidente.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Senadora... Eu peço a permissão para responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, para responder.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Com todo o respeito à Senadora Vanessa, a senhora acabou de dizer, de falar sobre o Senador Demóstenes, usando o verbo no passado.

Eu vou recorrer ao mesmo argumento de V. Exª. O Coronel Divino Efigênio, que também foi comandante do governo anterior ao meu, o governo do PMDB, foi comandante do Senador Demóstenes, como Secretário, no passado; foi assessor do Senador Demóstenes no passado; e, no presente, trabalha comigo. Eu tenho confiança nele. Não há nenhum ato que possa denegrir a sua imagem.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço agora... Tenho...

Veja, a maior parte das operações da Polícia...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa, permita-me, o tempo de V. Exª...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Mas, Presidente, aí não pode, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas, pelo tempo de V. Exª, peço que conclua.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Eu não fiz nenhum questionamento.

Aí, Governador, o senhor me perdoe mais uma vez, mas as denúncias, o vazamento de informações acontecia todo no entorno. Todo, no entorno de Goiás.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – No entorno.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – E ele é quem comanda. Ele é o responsável pela segurança. No mínimo, ele não foi competente nas suas funções.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele chegou agora, aqui, no comando do entorno.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deixe-me só concluir.

Duas coisas: primeiro, ele chegou, há pouco tempo, aqui, ao comando do policiamento do entorno. Não sei precisar há quanto tempo, mas não tem mais do que seis meses, portanto, depois da conclusão do inquérito.

Segundo, eu queria deixar muito claro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores: eu não disse que me arrependi de ter vendido a casa. Eu apenas disse que, se soubesse dessa confusão toda, teria continuado lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Senadora perguntou, a testemunha respondeu.

Com a palavra, pela liderança, por cinco minutos, sem questionamento à testemunha, o Líder do PT, Jilmar Tatto.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT – SP) – Caro Presidente Vital do Rêgo; Sr. Relator, Odair Cunha; Paulo Teixeira, Vice; caro Governador Marconi Perillo, quero fazer duas introduções, antes de entrar propriamente no tema.

A primeira é que se enganam aqueles que acham que esta CPI vai terminar em *pizza*. Nós temos ainda quatro meses e meio para trabalhar.

E quero aqui fazer a defesa do Relator, que tem sido uma pessoa com uma presteza e com uma dedicação em relação à investigação e que é orgulho de todos nós.

Quero dizer que, nesses quatro meses e meio que faltam... É do PT, mas escolhido pelo Presidente e com a anuência de todos os membros desta CPI. Quero dizer que aqui não há partido de oposição ou de situação. Aqui há deputados e deputadas, que querem apurar e dar continuidade àquilo que a Polícia Federal fez em relação às operações Vegas e Monte Carlo.

Portanto, nesses quatro meses e meio, temos muito que trabalhar. E, com certeza, vamos ajudar a Polícia Federal a desbaratar essa organização criminosa.

A segunda introdução que queria fazer aqui: nós não podemos desviar o foco, porque aqui, em vários momentos, Deputados falaram sobre mensalão, Lula, Dilma e outros políticos, principalmente do PT. Nós podemos falar aqui do Pagu, que, ao mesmo tempo em que falou da contribuição da Presidente Dilma, falou também do caixa-dois do Serra. Podemos falar aqui do mensalão, que está no STF e envolve pessoas do PT, mas podemos falar também do mensalão do Azeredo do PSDB de Minas Gerais. Portanto, aqueles que querem desviar o foco não querem apurar o objeto desta CPI, que é justamente o crime organizado que começou no Estado de Goiás.

Vou entrar no tema.

Sr. Governador, me chamou atenção o seguinte fato. A Polícia Federal sempre cita... Quando vieram aqui os dois delegados, eles sempre se referiram ao crime organizado chefiado pelo Carlos Cachoeira. Em nenhum momento o senhor fala do Carlos Cachoeira como chefe do crime organizado, o senhor fala do Carlos Cachoeira empresário, o empresário Carlos Cachoeira do setor de medicamentos. Isso me chamou atenção.

Quero também dizer o seguinte. Quero crer que o senhor não esteja envolvido com essa organização criminosa, e aqui o senhor veio... Aliás, a meu ver, o senhor veio rompendo uma liturgia do cargo, num momento em que não foi convidado nem foi convocado. Como Governador, não me pareceu adequado, mas isso é um comportamento individual do senhor.

Quero dizer que, no mínimo, o senhor não tem muita sorte. Quero crer que o senhor não esteja envolvido com o crime organizado do Carlinhos Cachoeira, mas o senhor não tem muita sorte. Por quê? O senhor vende uma casa e quem paga a casa é o sobrinho do Carlinhos Cachoeira. O senhor tem um financiador de campanha ou chefe... Para quem coordenou a campanha de rádio, um dos pagamentos foi feito pelo Carlinhos Cachoeira. O senhor pega e, num momento de descuido talvez, no aniversário do Carlinhos Cachoeira, o senhor liga para ele, dá os parabéns e a Polícia pega essa gravação. E agora, por um azar do destino – a coitada não tem nada a ver com isso –, a sua filha é amiga da filha do Carlinhos Cachoeira.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sobrinha.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT – SP) – Certo. Mas eu digo isso, Governador, para dizer que o senhor não tem muita sorte.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu jamais vou policiar a minha filha.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT – SP) – Eu quero dizer o seguinte, Governador. O Lúcio Fiúza... E o senhor é considerado um político preparado, experiente, que tem o controle da administração do Estado de Goiás, dedicado, portanto, ao governo, competente, e todos os assuntos do Estado de Goiás, como Governador, o senhor domina. Mas vamos lá. O Lúcio Fiúza – isso aqui é a Polícia Federal, isso aqui não é o PT dizendo, é a Polícia Federal, Governador – é um dos braços financeiros do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Líder Tatto, para concluir, seu tempo está se esgotando.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT – SP) – Ele intermediou a venda da casa. O Alexandre Baldy, que é o menino de ouro do Cachoeira segundo a PF, recebia R$ 15 mil por mês da organização, era secretário e cuidava dos incentivos fiscais do governo. Ronaldo Bicca, que é o Procurador-Geral do Estado, advogado do Cachoeira em vários casos como a sua ?? de presídio, foi muito citado nas gravações do grupo do Cachoeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Sr. Líder, por favor.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT – SP) – O Edivaldo Cardoso também foi mencionado em relação ao Detran, a Eliane da Nextel e o Jaime Rincon. Então, Governador, eu quero dizer o seguinte. Assim como o senhor teve a presteza, e foi convidado para vir aqui, se colocou à disposição... Quando se fala de colocar à disposição o sigilo telefônico, bancário e fiscal do senhor, não é para incriminá-lo, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Sr. Líder, por favor.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT – SP) – Encerrando.

Quando se fala de colocar à disposição o sigilo telefônico, bancário e fiscal do senhor, não é para incriminá-lo, mas, na verdade, para dar continuidade a um gesto que o senhor fez dizendo o seguinte: “Eu não tenho nada a ver com essa organização criminosa. Portanto, as minhas contas estão abertas, meus telefones estão abertos” – para deixar muito claro para o povo de Goiás e para o Brasil que o senhor não tem nada a ver com isso. É só em função disso que se coloca a necessidade de a gente ter acesso ao sigilo de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira, Cândido Vaccarezza...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha não indagou, não pode falar.

Sr. Miro Teixeira...

Ele, na próxima, responde, por favor.

Miro Teixeira, Cândido Vacarezza e Ronaldo Fonseca são os três próximos oradores inscritos.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, meu prezado Governador Marconi Perillo, já disseram aqui que houve confusão com políticos, personalidades públicas que compraram casas sem poder explicar a origem do dinheiro, mas é difícil ver um rolo como esse em que V. Exª está metido, porque é na venda da casa. É na venda da casa, não é na compra da casa.

Curiosamente, eu acho que V. Exª precisa até receber umas informações.

Primeiro, eu gostaria de saber se hoje V. Exª está estremecido com o Senador Demóstenes. Ele foi muito seu amigo. Hoje V. Exª ainda o considera um grande amigo, muito próximo?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Miro Teixeira, eu tive com o Senador Demóstenes uma relação como Governador e ele Secretário. Não tínhamos uma relação de amizade àquela época. Uma relação que cresceu. Ele se elegeu Senador, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia, na minha coligação. Logo depois, nós tivemos um rompimento que durou anos, um forte rompimento. E depois...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – De quando a quando, mais ou menos? Por favor.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Esse rompimento...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Dê-me até respostas mais breves, porque o Presidente é implacável com esse tempo.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Certamente, Deputado Miro, um rompimento que durou uns seis anos. Aqui, no Senado da República...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – De quando a quando, mais ou menos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – A partir de 2003. Ele foi candidato a Governador em 2006. Eu cheguei ao Senado...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Reataram recentemente?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não. Aos poucos, aqui no Senado, nós começamos a reatar as nossas relações, formalmente, principalmente atuando na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu disse antes e queria repetir: o apoio do Senador Demóstenes à minha candidatura aconteceu no dia da convenção, em julho de 2010, e todos os outros candidatos, especialmente o candidato do Governo e o candidato do PMDB, disputavam comigo o apoio do Senador Demóstenes.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Governador, V. Exª é um político muito experiente, conhece bem a Casa: não come o meu tempo!

**O SR. MARCONI PERILLO** – Desculpe-me, Deputado Miro. O senhor tem o maior respeito da minha parte.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Reataram há uns dois anos, mais ou menos?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Reatamos após a convenção. Bom, reatamos para valer a partir da eleição. Fizemos a campanha juntos, todos os dias, eu, a Senadora Lúcia, o Senador Demóstenes, juntos em todos os Municípios do Estado.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas agora eu percebo que V. Exª já não se refere a ele assim, como muitos, aliás. Ele teve quarenta apartes aqui enaltecendo...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Miro Teixeira, ele pode ter seus problemas, mas eu jamais sou uma pessoa hipócrita. Jamais deixarei de dar a mão a ele, de cumprimentá-lo...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Não é essa a pergunta, se V. Exª vai deixar de cumprimentá-lo. V. Exª é um homem lhano no trato. Mas V. Exª convive com ele ainda?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Tenho tido pouquíssimos contatos. Há muitos dias, há muitos, talvez há mais de mês não falo com o Demóstenes. Falei da última vez acho que aqui no Senado. Agora, não tenho por prática, Deputado Miro Teixeira, ser ingrato às pessoas...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas V. Exª diria que...

**O SR. MARCONI PERILLO** – ..., desconhecer as pessoas.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas V. Exª diria que as suas posições são conflituosas hoje em relação às práticas que ele teve?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu diria a V. Exª que eu não tenho ou não tive as mesmas relações que ele tem.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Há conflitos ou está tudo bem com o que ele fez?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Acho que já respondi.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Não, eu estou perguntando porque não me satisfiz com a sua resposta. E eu estou sendo... Quero dizer...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Miro Teixeira, a situação é outra hoje.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Quero dizer que respeito todos que aqui vêm, especialmente como testemunha, ainda mais V. Exª, Parlamentar aqui por tantos anos, uma relação tão próxima de todos. Não estou aqui buscando outra coisa senão uma linha de raciocínio, que V. Exª vai ver em seguida, para que nós possamos perceber o que está havendo em Goiás e o que está havendo no Brasil. Quero até ir para o Brasil. É que já está quase na metade do tempo. V. Exª acha que correspondeu às suas expectativas o comportamento do Senador Demóstenes?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu não quero fazer juízo de valor, Deputado Miro. Quem fará juízo de valor a respeito do decoro e do comportamento do Senador Demóstenes será o ...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Não estou falando de decoro.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Plenário do Senado Federal.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Dos 40, ainda há pouco a Senadora Vanessa Grazziotin disse que poucos aqui repetiriam os discursos que fizeram. Eu tenho até algumas dúvidas, acho que no voto secreto não vai haver discurso, mas vai haver uma série de reverências ao Demóstenes Torres.

É que eu estou muito alarmado com o padrão de cumplicidade que está existindo, mesmo entre outras forças, se não estão aqui no parlamento. Ainda há pouco eu vi aqui o Senador Alvaro Dias começar a puxar uma vertente que me chamou a atenção, sobre grampos. E teriam sido apreendidos na casa de Adriana Aprígio, do próprio Cachoeira... Isso aí me parece que não foi feito pela Polícia Federal.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Foi, pela Polícia Federal.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas como é que pode ter sido feito pela Polícia Federal e ter sido apreendido na casa do Cachoeira? O Cachoeira detinha uma mídia da Polícia Federal?

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Só uma observação, Miro. O que o Senador Alvaro pediu é que seja solicitado à Polícia Federal.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Isso, isso sim.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Aquilo que ela apreendeu na operação, porque é importante.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Não, foi apreendido lá na casa da Adriana Aprígio e do Cachoeira. E aí, rendendo minhas homenagens ao meu amigo, Dr. Kakay, que consegue navegar entre esses interesses conflituosos: advogado do Demóstenes e advogado do nosso Governador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** – E também da Carolina Dieckmann.

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Aí, eu acho que o Cachoeira, nesse ponto, pode ser o melhor árbitro. E a Carolina Dieckmann tem sido usada como álibi.

Porém, já que veio a gracinha, vou acelerar um pouco aqui as coisas. Eu não vejo com naturalidade isso acontecer no ambiente político. Eu não pisaria nesse acelerador. Mas eu vejo uma súcia, vejo uma súcia entre algumas pessoas que por aqui tenham passado. Mas vou tentar voltar à minha trilha original.

V. Exª deve ser informado que esses cheques da Excitant, que pagaram a sua casa, são cheques de jurídica.

**O SR. MARCONI PERILLO** – De quem?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – A empresa Excitant, Indústria e Comércio, e a escritura não está em nome da Excitant, parece-me. Nos dias da compensação dos cheques, o primeiro depositado, os outros recebidos em garantia de dívida, cheque em garantia de dívida. Não há crime nisso, mas, convenhamos, que não é comum, hoje em dia não é comum, já foi assim, já até houve época em que se admitia muito, hoje não é comum. Mas nesses dias, enquanto nós estamos aqui conversando com V. Exª, nós estamos recebendo informações do cruzamento de dados e nesse dia chega dinheiro da Delta para Pantoja e da Pantoja para a Excitant, em valores que batem aproximadamente, um bate absolutamente e bate razoavelmente para a compensação. Então, V. Exª deve ser informado disso, V. Exª não sabe disso, V. Exª não sabe, V. Exª não sabe que a escritura não foi lavrada em nome da Excitant, V. Exª não sabe que a escritura não foi lavrada em Goiânia, V. Exª não sabe, afinal de contas, a quem pertence a casa que V. Exª vendeu. E eu vou lhe dizer, eu saí do curso, até que eu desejava...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – ...porque eu gostaria muito de falar de um cidadão. Quero lhe perguntar se V. Exª conhece o Sr. Nazir Angelo Disanto.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Posso responder todas as perguntas ou apenas essa?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Não, só estou fazendo essa. O resto eu afirmei.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nazir, eu o vi uma ou duas vezes na campanha. Não tenho nenhuma relação com ele.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas V. Exª o condecorou.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Condecorei muitas pessoas em Goiás.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – É fácil?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Foram sete anos e três meses como governador.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Quer dizer que não é sincero?

Está aqui o Decreto 61...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Miro Teixeira, há um Conselho...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – ... de 20 de junho de 2005. Está aqui o Nazir. Mas isso é pouco relevante.

Sei que chegam pessoas dizendo: “Olha, dê uma comenda para esse, dê uma comenda para aquele.” É que isso não é relevante. Não é relevante!

As carteiras de identidade em Goiás, os RGs são dados pelo Corpo de Bombeiros? Pode ser. Há Estados que... Quero saber se em Goiás são.

**O SR. MARCONI PERILLO** – ­ Na Polícia Civil.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Encerrou-se o tempo, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou responder à questão de ordem de V. Exª.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Não é responder. É uma questão de ordem que foi colocada agora por V. Exª. O tempo está encerrado.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – V. Exª passou a presidência para alguém?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, a primeira questão é a seguinte: nós tínhamos hoje dado, o Presidente efetivo, Vital do Rêgo Filho, deu 20 minutos iniciais para o Governador Marconi Perillo. O Governador Marconi Perillo falou cerca de uma hora e meia.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Peço a palavra como Líder em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Em segundo lugar, vários Deputados aqui falaram além do horário; em terceiro lugar, o Deputado Miro Teixeira foi interrompido duas vezes pelos Deputados.

Então, peço paciência para que ele possa concluir.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Com prazer. Com muito prazer.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – O Governador Perillo falou regimentalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP ) – Não, não: ele só tinha 20 minutos e foi lhe dado uma hora e meia.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira para as suas conclusões.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Para evitar problemas, V. Exª me dá o meu tempo de Líder agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedo o tempo de Líder.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Quanto é o tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedido o tempo de Líder a V. Exª.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT –­ RJ) –­ Muito obrigado, Sr. Presidente, porque assim não há problema.

O Sr. Nazir Ângelo D’Isanto tem uma carteira do Corpo de Bombeiros. E por isso perguntei se há RG concedido pelo Corpo de Bombeiros, porque há Estados que podem determinar que o RG é da Polícia Civil. No caso de Goiás, o Governador já informou que é a Polícia Civil.

Pois o Sr. Nazir tem uma carteira com RG nº 2530101. O Sr. Nazir é – e agora volto ao Senador Alvaro Dias – absolutamente referido em algumas investigações sobre grampos.

E o que eu presumo, Governador Marconi Perillo, é que em torno de Nazir, em torno de Cachoeira, em torno dessa malha – e aqui em Brasília há essas histórias do Sombra, do Dadá nessa aliança do Cachoeira, há muita arapongagem paralela nessa história toda –, pode-se estar criando uma espécie de milícia eletrônica no nosso País. E um dos centros pode ser Goiás.

Neste momento, peço a V. Exª que mande investigar o que se passa. E uso aqui as palavras do Senador Alvaro Dias, que achei promissoras, porque corre – não sei se todos já ouviram, mas muitos já ouviram – a notícia de grampos feitos clandestinamente. Esse tal de guardião parece-me que não é um equipamento exclusivo das instituições oficiais. Parece que é meio fácil comprar um guardião; embora seja caro, é meio fácil. Há algumas instituições que estão usando esse tipo de coisa, e uma dessas organizações pode estar sediada em Goiás.

Acho que, quanto ao depoimento de V. Exª... Não imagino que em qualquer depoimento se vá extrair grandes coisas de um depoente, ainda mais que venha na condição de testemunha. V. Exª me viu aqui, na maior serenidade, trabalhando com os meus dados, mas, quando começa a história de fazer piadinha, muda-se de figura.

Prestei atenção às perguntas do nosso Relator e o cumprimento, porque ele fez perguntas cirúrgicas, fez perguntas a *laser.* E do cruzamento daquelas perguntas com respostas é que vamos poder fazer o que a Constituição e o Regimento nos permitem. Não é para V. Exª que falo; é para as pessoas que nos assistem. Não é para nenhuma das Deputadas e dos Deputados, das Senadoras ou dos Senadores. Não, não é isso.

Comissão Parlamentar de Inquérito não prende. Comissão Parlamentar de Inquérito não solta. Comissão Parlamentar de Inquérito não denuncia, não absolve e não julga. Comissão Parlamentar de Inquérito conclui, pode concluir pela existência de indício de crime e, a partir daí, remeter esta conclusão ao Ministério Público. Eu espero que não aconteça com V. Exª isso. Espero pela trajetória que V. Exª teve. Não lhe louvo as companhias, mas, muitas vezes, as coisas podem acontecer ao nosso lado sem que se saiba.

Agora, V. Exª já sabe e acho que pode dar essa contribuição de achar, de ajudar a achar a história do dinheiro, porque parece que se perdeu o romantismo. Falávamos aqui ainda há pouco que, quando havia uma investigação desse tipo, falava-se “procurem as mulheres”, “*cherchez la femme*”. Agora é “*cherchez l´argent*.” Vamos seguir o caminho do dinheiro.

Esta casa foi uma fria. Nunca vi alguém, ao vender uma casa, entrar em tamanha fria. E talvez V. Exª pode ser o mais interessado, a pessoa mais interessada em esclarecer qual a relação do Carlinhos Cachoeira com a compra dessa casa, já que o dinheiro para compra da sua casa sai de empresa laranja do Carlinhos Cachoeira; sai da Alberto & Pantoja para essa confecção Excitant, de onde vai o cheque, que vai parar na sua conta.

Para mim, para minha convicção, até porque foi preso lá, esta casa foi comprada pelo Carlinhos Cachoeira, mascarada a compra por essa compra inteira. E V. Exª poderá, sem dúvida alguma, esclarecer, melhor do que ninguém, esse fato.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Passo a palavra ao Governador Marconi Perillo, para suas considerações.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Miro Teixeira, o senhor está aqui desde o início, ouviu o preâmbulo, ouviu-me várias vezes respondendo a todos os inquiridores, e já falei sobre essa história da casa várias vezes.

Eu não a vendi ao Sr. Carlos Cachoeira. Se tivesse vendido, teria dito desde o início. Quem me procurou para comprá-la foi o ex-Vereador Wladimir Garcez. Ele veio aqui e disse que tomara empréstimo para pagar os cheques ao Sr. Carlos Cachoeira e à Delta. Logo, se os cheques foram providos com recursos de alguma empresa ligada à Delta ou a Cachoeira, ele é que é responsável por isso.

A casa foi transferida através de escritura ao Sr. Walter Paulo.

Quero garantir a V. Exª que, lá em Goiás, não há a prevalência do crime organizado, como já aconteceu em outros Estados. Lá o Estado democrático de direito está absolutamente na defesa dos interesses da sociedade. Eu não conheço como uma relação sequer mínima o Sr. Nazir. Estive com ele por volta de duas vezes.

Esse assunto do RG, da carteira do bombeiro será investigado. Em relação à medalha, à comenda, muitas vezes o Corpo de Bombeiros ou a Polícia Militar, através do seu conselho que escolhe as pessoas que vão receber as comendas, é que definem, aprovam e me mandam para que o decreto seja exarado. Mas, de qualquer maneira, eu vou pedir para investigar se de fato existe essa carteira e eu acredito em V. Exª, que tem boa-fé, é um parlamentar respeitado por todos nós.

Também vou pedir para investigar a possibilidade de existência de grampos ilegais. Eu tenho informação, Deputado Miro Teixeira, que, desde que ganhei a eleição em 2010 e a partir de outubro, um escritório foi montado em Goiânia para me grampear e para me investigar ilegalmente o tempo inteiro. Nós já temos informações sobre isso. O nosso serviço de inteligência já tem informações sobre isso.

Existem arapongas, arapongas oficiais, segundo os relatos preliminares que já recebi, bisbilhotando e fazendo escutas ilegais desde que eu ganhei a eleição, no final de 2010. Infelizmente, isso acontece.

Agora, peço desculpas pela brincadeira em relação à cliente do Dr. Kakai. Não fiz isso...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – É que, para ela, ele não roubaria tanto.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nem para mim que sou amigo dele há 25 anos!

Mas eu queria dizer a V. Exª que essas investigações serão feitas. Agora, queria definitivamente dizer uma coisa: Goiás não tem o privilégio de máquinas de videopôquer, de jogo do bicho, jogos eletrônicos ou de outros crimes. Pelo contrário, pelo que eu já comprovei aqui, pelas operações, por depoimentos do próprio Cachoeira em conversas com a sua esposa, nós jogamos muito pesado neste um ano e cinco meses: duas mil, setecentos e poucas operações, mais de oitocentos termos de ocorrência foram registrados. E nós vamos continuar duros no combate, não só à contravenção, mas no combate ao crime.

Vou, daqui a pouco, Deputado Miro Teixeira, ler aqui a relação de contratos da Delta no Brasil, no Dnit. Isso, sim, é grave. Não é investigar uma casa; minha casa já está sendo investigada, já reviraram a minha vida de cabeça para baixo nesses quase cem dias.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas é bom que V. Exª esteja informado de que nós... depois de muito luta em torno da Delta.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Até minha filha de dezesseis anos não pode ter mais uma colega de classe porque é sobrinha do Sr. Carlos Cachoeira, mas eu vou, daqui a pouco, ler a relação de obras, Estado por Estado, da construtora Delta.

Acho que grave não é investigar uma casa ou a hipotética possibilidade de um locutor ter recebido dinheiro que não tenha sido dinheiro da campanha, o que refutei aqui desde o início – e entrei com processo; mais graves são as outras relações que existem neste País, principalmente os conchavos de empreiteiros, principalmente o direcionamento de obras. Isso precisa ser investigado, mas quero apenas reafirmar: se quisermos passar o Brasil a limpo, é preciso ir fundo nessas investigações todas, e esta CPI poderá dar uma grande contribuição ao Brasil.

Certamente que a investigação do Superior Tribunal de Justiça e desta CPMI vão concluir em relação ao que aconteceu em relação à casa, apesar das minhas reiteradas explicações, apesar da clareza de que não há nenhuma contradição em relação ao que eu disse e ao que as outras pessoas disseram.

Eu queria dizer a V. Exªs que já por quase oito horas estou aqui com a mesma consciência tranquila de quando aqui entrei.

Agora, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, Sr. Presidente, ao final, certamente essa página relacionada à casa do Governador de Goiás será virada, e eu tenho certeza que, em relação a este caso, mas em relação aos outros, certamente esta CPMI dará uma grande resposta ao Brasil.

O sigilo da Delta foi quebrado. Muitas coisas certamente deverão acontecer daqui para frente, muitas coisas. Agora de uma coisa estou certo: nenhuma quebra de sigilo bancário da Delta levará a qualquer tipo de propina ou corrupção no meu Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora ao Deputado...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Presidente, art. 14. Eu fui citado várias vezes pelo Deputado Miro e devo esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o segundo art. 14.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Presidente, eu não citei o Senador Alvaro Dias de maneira ofensiva.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não, de forma nenhuma, mas eu preciso esclarecer, porque há um equívoco.

O Deputado Miro Teixeira fez referência à hipótese de grampo. Eu não fiz referência a grampo; eu fiz referência a vídeos que foram apreendidos pela Polícia Federal na residência de Adriano Aprígio, quando da sua detenção. São vídeos importantes.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – É isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não há justificativa para o desaparecimento desses vídeos. Se esses vídeos não aparecerem, nós teremos a obrigação de constatar que está havendo seleção de alvos, que não há imparcialidade. Esses vídeos dizem respeito a novos capítulos dessa novela Cachoeira, porque esse já cansou. O Governador Marconi Perillo veio aqui e desconstruiu todas as denúncias contra ele assacadas repetidamente, com exaustão até, nesses últimos meses ou semanas.

Enfim, se esta CPI quer cumprir o seu papel, tem de avançar nos próximos capítulos. Sei que há quem deseje, prefira, investigar o pagamento de R$33 mil a um radialista. Que se investigue, mas é evidente que nós damos mais importância a bilhões de reais que supostamente foram desviados dos cofres públicos nos últimos anos em razão da presença de um traficante de influência, sócio oculto ou lobista maior de uma empresa que teve a generosidade do governo e cresceu de forma assombrosa no País.

Então, é evidente...

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Ele vai ter a palavra como Líder?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Não, eu vou ter a palavra em seguida, é claro.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que esses vídeos...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias. Eu ainda tenho de ouvir Cândido Vaccarezza.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Por que não gostam de nos ouvir?

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Não pode ter gente falando toda hora e outros ficarem aqui cinco, seis horas esperando!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu estou falando pelo art. 14...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias. Conclua, Senador Avaro Dias, por favor!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu tenho mais dois minutos...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor!

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor.

Senador Alvaro Dias, use o tempo de V. Exª, que está se esgotando.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Para concluir, Sr. Presidente.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, conclua.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu vou concluir assim que permitirem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, conclua por favor!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vamos fazer um acordo já que falam tanto em acordo: podem investigar R$33 mil pagos a um radialista, mas nos deixem investigar bilhões de reais que desapareceram dos cofres públicos deste País nos últimos anos. Não vamos acobertar os fatos maiores dando espaço para os menores.

O Governador Perillo veio, desde o início quis vir, enfrentou, respondeu. O comportamento dele não é o comportamento dos culpados: é o comportamento de quem tem a consciência tranquila e pode, responsavelmente, responder pelos seus atos.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza com a palavra.

Cândido Vaccarezza com a palavra!

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Mas agora eu vou falar aqui que o Alvaro Dias...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza com a palavra, por dez minutos.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Eu falei é que temos de pegar esses grampos, exatamente como V. Exª falou, e trazer para a CPI!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Nós estamos juntos. Nós estamos juntos nisso!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Cândido Vaccarezza.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – ...e fica por isso mesmo? Não fica.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Nós estamos juntos, não há dúvida nenhuma!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza com a palavra.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT – SP) – Sr. Presidente, caro Relator, Vice-Presidente Paulo Teixeira, Governador Marconi Perillo. Cumprimento também o advogado Antônio Carlos.

Gostaria de dialogar com o Governador, porque acho que o Governador pode dar uma grande contribuição para o esclarecimento de todos os fatos. E aqui eu não vou começar com incriminações ao Governador ou com o debate político posto fora de hora aqui na CPI. Esta CPI tem um foco claro: investigar a organização criminosa dirigida pelo Sr. Carlos Cachoeira, que montou um esquema de espionagem política, espionagem empresarial, corrupção de agentes públicos, utilização de jogos clandestinos e crimes conexos diversos, como contrabando, sequestro de pessoas – ouvi falar hoje aqui em assassinatos – e outros crimes conexos.

O que é que a Polícia Federal, o que os dois delegados que estiveram aqui falaram sobre o Governo de Goiás, Governador? Primeira coisa: que essa organização criminosa tinha uma quota de funcionários no Governo de V. Exª, controlava uma parte da Polícia Militar, alguns comandos, controlava a Secretaria de Transportes e Obras e o Detran.

O fato de V. Exª dizer que teve 2.700 apreensões não resolve o problema com a Polícia Federal, porque a Polícia Federal disse que houve. Mas o que acontecia? A Polícia Militar de Goiás protegia os negócios do Cachoeira, reprimia os negócios dos concorrentes do Cachoeira. Inclusive, alguns deles, para sobreviver, eram obrigados a pagar 30% do lucro para o Sr. Carlos Cachoeira e comprar as máquinas da mão do Sr. Carlos Cachoeira. Essa foi a denúncia da Polícia Federal feita aqui na CPI.

Se o senhor sabia – o senhor já disse que não sabia, que não tinha relação com as pessoas –, eu não vejo porque nós dizermos para o senhor que o senhor sabia, mas o senhor pode nos ajudar e ajudar esta CPI a esclarecer a infiltração que a organização do Sr. Carlos Cachoeira fez no Governo do Estado de Goiás, controlando todas essas áreas, que, até aqui, a resposta de dizer que houve repressão não combate essa afirmação da Polícia Federal, mesmo porque a própria Polícia Federal disse que havia.

A outra questão que é muito grave é o problema das relações promíscuas dentro do Governo com a articulação do Carlos Cachoeira. A Polícia Federal chegou a nos dizer que tinha uma quota de funcionários, que não é do crime, que pode ser de pessoas que trabalhavam para o crime ou para a contravenção e tinha o seu INSS garantido por estar trabalhando no Governo ou parentes deles trabalhando.

A outra questão da casa, para deixar claro para V. Exª, eu já disse aqui e disse na imprensa que, se o Carlos Cachoeira não comprou a vossa casa, se a organização criminosa não participou da compra ou da negociação da vossa casa, esta CPI não tem nada com isso. Isso é um problema particular de V. Exª. Qual é o problema que aparece hoje? Que é um cheque de uma empresa, e não do sobrinho... Eu pensava que o cheque tinha sido do sobrinho do Cachoeira. Mesmo que tivesse sido do sobrinho do Cachoeira, não tem problema, mas é o cheque de uma empresa que tem dois donos hoje: a Srª Cleusa Maria Pugliese e o Sr. Leonardo Almeida Ramos. No caso, o Leonardo Almeida Ramos é sobrinho do Cachoeira, mas ele estava lá como pessoa jurídica, não como pessoa física. Foi ele que deu o cheque para V. Exª.

Então, o esperado seria que tivesse um documento de V. Exª passando a casa para a empresa que comprou a casa. Independentemente de intermediação do Sr. Wladimir Garcez, aí aparece outra empresa, chamada Mestra, que é quem parece que de fato compra a casa, mas o cheque da empresa que entra na conta de V. Exª é o cheque da empresa do Sr. Carlos Cachoeira, que nós ficamos sabendo hoje que também recebeu dinheiro da Pantoja.

Ao receber dinheiro da Pantoja – eu quero já fazer uma proposta para o Relator, e acho que isso aqui conta com o apoio de todos os membros da CPI –, nós temos que quebrar o sigilo dessa empresa, não porque vendeu a casa para o Governador, mas porque recebeu dinheiro de uma empresa fantasma, e das pessoas que são proprietárias dessa empresa. Aliás, se eu não me engano, essa empresa, inclusive, a sede original dela era ou é ainda em São Paulo e os sócios anteriores têm empresas de *factoring* e outras empresas que podem ter problemas nesse andamento.

Então, quero deixar para o Governador apenas uma pergunta: é real que o Governo de V. Exª não reprimiu o jogo do bicho? Porque, também, a informação que nós temos é de que o jogo do bicho era completamente controlado pelo Sr. Carlos Cachoeira, é a de que não havia jogo do bicho concorrente do Cachoeira. Concorrente ele tinha apenas nas maquininhas. E aí a Polícia reprimia aqueles que não pagavam os 30% para a organização criminosa.

Então, essa era a pergunta que eu queria fazer a V. Exª.

Quero reiterar que a decisão de quebra de sigilo bancário ou de sigilo telefônico de uma pessoa tem de ser bastante estudada. Temos de ter bastante cuidado para não fazermos, nesta CPMI, devassa na vida das pessoas. Da minha parte, garanto a V. Exª que não haverá qualquer conduta de devassa nem na vida de V. Exª, nem na vida de ninguém que seja acusado ou envolvido aqui.

Por fim, como disponho de três minutos e quarenta segundos e como já falei o que eu queria falar, quero pedir somente mais um minuto, para, aqui, entrar no debate político.

Nesta CPMI, houve debate político o tempo todo, e, infelizmente, o Presidente Lula foi acusado de forma desleal, por diversas vezes, aqui, nesta CPMI, e lá fora. Inclusive, acho que a entrevista de V. Exª não é feliz. O Presidente Lula tem vários inimigos, vários adversários. Com Lula, o Brasil ganhou importância política e importância econômica, houve desenvolvimento econômico, distribuição de renda e criação de empregos. É por isso que Lula é amado pelo povo.

Conversei com o Presidente Lula por várias vezes. Várias notícias que saíram na imprensa não são verdadeiras, nem de perseguição a V. Exª, nem de se querer fazer desta CPMI um palco de disputa política. E posso dizer a V. Exª que o que o Presidente Lula espera desta CPMI é o que a sociedade espera: que ela cumpra seu papel, investigue a organização criminosa e tenha foco.

Em relação a outros debates, eu me vou eximir de neles entrar, porque não contribuem para a construção desta CPMI e da nossa boa convivência aqui, nesta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Deputado Cândido Vaccarezza.

Com a palavra, o Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

Como V. Exª, Deputado Vaccarezza, fez uma pergunta, cabe à testemunha respondê-la.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT – SP) – Fiz uma pergunta sobre a repressão ao jogo do bicho, se houve ou se não houve repressão e o porquê...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está com a palavra.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Líder Vaccarezza, eu gostaria de, inicialmente, agradecer-lhe e de cumprimentá-lo pela forma respeitosa com que se dirigiu a mim.

Eu queria relembrar aqui o que eu disse mais cedo, afinal de contas já são tantas horas!

Essa informação de que as mais de 800 operações das Polícias Civil e Militar ou as mais de 2,7 mil apreensões de máquinas caça-níqueis, ocorridas nesse meu período de governo, possam, de alguma maneira, ter protegido o Sr. Carlos Cachoeira por conta da relação dele com alguns policiais não procede.

Vou dizer a V. Exª, vou repetir o que já disse antes: num diálogo entre ele e a esposa dele, que foi publicado no jornal *O Popular* no dia 22 de abril deste ano...

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT – SP) – Desculpe-me, Governador, mas não fiz perguntas sobre esse assunto ao senhor. Perguntei ao senhor apenas sobre o jogo do bicho.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Mas eu vou falar. Como V. Exª fez uma afirmação, eu gostaria de responder.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT – SP) – Muito bem! Então, V. Exª...

**O SR. MARCONI PERILLO** – Nesse diálogo, ele, o Sr. Cachoeira, diz à esposa: “Estou inseguro com o tanto de ataque que vamos ter. Vou ter de ficar uns dez dias parado. De lá para cá, a vida degringolou. Estou perdendo tudo. O que está funcionando é Anápolis, precariamente. Porque, dia 23 do mês que vem, vai ter operação. Entendeu?”.

Ora, prezado Líder Vaccarezza, esse diálogo é revelador do quanto a Polícia do meu Estado agiu para combater esse tipo de contravenção não só em relação a ele, mas em relação a todos os outros que faziam esse tipo de prática ilícita.

Eu queria dizer, de forma veemente, que a infiltração se deu em relação a 34 de 15 mil policiais. Segundo, refuto a informação de que ele tinha cota de funcionários. Já falei aqui hoje, por mais de dez vezes: refuto essa informação. Ele não tinha também qualquer tipo de privilégio na Secretaria de Segurança Pública ou na Agência de Transportes e Obras Públicas. E tampouco tenho conhecimento de que ele tenha tido privilégio no Detran.

E queria dizer mais a V. Exª, respondendo à vossa pergunta: em relação ao jogo do bicho, quatro operações por dia, em média, foram realizadas nesses 17 meses em que estou à frente do Governo do Estado. Quatro operações por dia. Se V. Exª ou a CPI quiserem dados oficiais, nós estamos à disposição para enviá-los.

Por último, quero repetir aqui: em 30 mil horas de gravações feitas pela Polícia Federal, em três anos, há um registro de uma ligação minha de cumprimentos de aniversário. Nenhuma ligação dele para mim. Se houvesse qualquer tipo de relação mais próxima, com certeza a Operação Monte Carlo teria revelado ao Brasil a relação próxima entre o Governo de Goiás e o Sr. Carlos Cachoeira. Estou aqui tranquilo porque... Não só pelo fato de as operações, as gravações não terem revelado qualquer tipo de relação com ele ou com a Delta, mas pelo fato de, de fato, realmente, não ter acontecido.

Sr. Presidente, a Delta Engenharia mantém com governos estaduais, à exceção do Governo de Goiás, que tem R$50 milhões, R$2,6 bilhões de contratos, em pouco menos de dez Estados – dois bilhões e seiscentos milhões. Quase R$400 milhões em prefeituras do meu Estado e R$4,1 bilhões de contratos no Dnit. Desses, a CGU considerou irregulares R$632 milhões. Além disso, na Valec, R$574 milhões, e na Petrobras, R$843 milhões.

Agradeço a V. Exª pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo orador é o Deputado Ronaldo Fonseca, por dez minutos.

**O SR. RONALDO FONSECA** (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, cumprimento o Governador Perillo.

Governador, meu nome é Ronaldo, mas não sou seu primo, viu? Meu nome é Ronaldo Fonseca e sou Deputado pelo Distrito Federal. Tenho poucas perguntas a fazer a V. Exª. Mas antes das perguntas eu queria apenas fazer um registro.

Político é um ser interessante. Complexo e interessante. Quando uma matéria da imprensa, de jornal, de revista, televisão ou rádio interessa a ele para atacar seu adversário, essas matérias são verídicas e são utilizadas. Mas quando as matérias se referem a ele, aí é perseguição da imprensa, são inverídicas, factóides. Muito bem. Quando, nessas operações, a Polícia Federal faz as escutas e descobre lá alguém citando nomes, falando de fulano, de sicrano, quando interessa a ele, quando fala dele, do político, ele vai dizer: “É inverídico. Só citaram meu nome. Onde está minha voz? Eu não apareço aí”. Mas quando é do adversário elas se tornam verídicas. E é o que nós estamos vendo aqui neste plenário, senhores e senhoras.

Eu acabei de ouvir, agorinha, aqui neste plenário. E aí me preocupa, Sr. Governador, preocupa-me até a sua defesa, não a do advogado, competente, que está aí, mas de alguns amigos, membros do seu partido. Porque V. Exª está esse tempo todo inclusive sem almoço. Estou preocupado com V. Exª. Eu também estou sem almoço. Estou preocupado com V. Exª. Eu também estou sem almoço. CPI não dá almoço para gente.

Mas veja até os nossos amigos da imprensa, todo mundo sem almoçar.

Agora, veja, Sr. Governador, se as escutas telefônicas que citam seu nome, citam pessoas do seu governo, o senhor está se esforçando bastante para mostrar que essas escutas não têm nada a ver com o senhor, são inverídicas, o.k.

Mas como é que pode um membro do seu Partido usar aqui o microfone aqui neste plenário para dizer que o Distrito Federal tem mensalão do Cachoeira. Eu sou Deputado do Distrito Federal, Sr. Governador, e eu não posso admitir que Brasília receba a pecha da cidade dos mensalões, só porque teve o mensalão do DEM. Ora, foi dito aqui que o chefe de gabinete do Governador Agnelo recebe propina. Foi dito aqui que recebe mensalão do Cachoeira, só por causa de escutas telefônicas. Não tem uma escuta telefônica em que apareça a voz do Sr. Cláudio Monteiro. E eu não sou advogado dele, não. Embora seja advogado de profissão.

Mas é um absurdo. Ora, pau que bate em Chico também bate em Francisco. A lei tem que ser para todos. Se existe mensalão do Cachoeira no Distrito Federal, com base em escutas telefônicas em que não aparece a voz do Sr. Cláudio Monteiro nenhuma vez, apenas citações... ora, se com essas escutas elas se tornaram verdadeiras – estou dizendo isso em plenário –, que o Distrito Federal tem mensalão do Cachoeira?! Paciência.

Então, Sr. Governador, me preocupa bastante tudo que o senhor fez aqui e como é que nós vamos ficar agora. Então, escuta telefônica de alguém que é nosso adversário é válido, mas escuta telefônica que nos acusa não é válida?

Eu queria fazer esse registro.

Tenho poucas perguntas, Sr. Governador. E não vou fazer muitas sobre sua casa, não. Mas lamento que eu vou ter que fazer só uma. Só uma. E queria pedir desculpas já ao senhor por molestá-lo talvez com mais essa pergunta sobre a casa. Mas eu fiquei pensando o seguinte: se eu vendesse uma casa e o Fernandinho Beira-Mar fosse preso nela, com certeza eu teria que explicar, então V. Exª entende que as suas explicações aqui exaustivas passam por isso porque V. Exª foi, no mínimo, infeliz. Infeliz de ter vendido uma casa e, depois, um cidadão como esse ser preso na casa que o senhor vendeu.

Eu queria saber, Governador, se o senhor reconhece hoje, agora, que o senhor Cachoeira usou um laranja para comprar a sua casa. Se hoje, agora, o senhor reconhece que o Sr. Cachoeira usou um laranja para comprar a sua casa?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Ronaldo Fonseca, em primeiro lugar, a casa em que o Cachoeira foi preso já não era minha há muito tempo.

**O SR. RONALDO FONSECA** (PR – DF) – O senhor tinha vendido.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Não era minha. Em segundo lugar, eu só posso acreditar que o Sr. Wladimir Garcez tenha falado a verdade aqui, afinal de contas ele me procurou dizendo que compraria a casa, que moraria na casa; disse a esta CPI que tomou dinheiro emprestado para poder honrar os cheques e, depois, intermediou o repasse ao proprietário definitivo.

Então, eu só posso responder a V. Exª que a escritura foi passada ao Walter e quem me procurou inicialmente para comprá-la foi o Sr. Wladimir Garcez.

Eu não creio, não acredito que ele tenha sido laranja do Cachoeira.

**O SR. RONALDO FONSECA** (PR – DF) – Mas, depois dessas escutas todas que a Polícia Federal mostrou, o senhor não considera que ele usou um laranja?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele disse que queria... não haveria motivo para isso. Ele morava no melhor prédio da cidade. Depois disso, ele comprou uma outra casa de mais de R$5 milhões. Esta casa era compatível com o padrão de vida do Wladimir. Ele disse que tinha apartamentos, que tinha terrenos em Tocantins; então, não vejo razão para o Cachoeira querer comprar uma casa, morando no melhor edifício da cidade.

**O SR. RONALDO FONSECA** (PR – DF) – O.k. Eu tenho uma outra pergunta, Sr. Governador, só porque o meu tempo está acabando.

Sr. Governador, eu estou vendo aqui o seu esforço em demonstrar que o senhor foi amigo do Senador Demóstenes. E o senhor está se esforçando bastante para, em nenhum momento, fazer um prejulgamento. Eu até louvo a sua postura, porque prejulgamento não é bom fazer nem de adversário, imaginem de amigo.

Mas eu queria fazer uma pergunta: hoje o senhor convidaria o Senador Demóstenes para fazer parceira com o senhor numa campanha política?

**O SR. MARCONI PERILLO** – Deputado Ronaldo, eu nem sei se o Senador Demóstenes terá interesse em novas candidaturas. Sinceramente, não posso fazer esse tipo de afirmação aqui. Não tenho a menor ideia se ele continuará ou não na vida pública. E mais: quando digo que não quero fazer pré-julgamento é porque estou aqui na condição de Chefe do Poder Executivo do meu Estado e eu não vou, em hipótese alguma, interferir ou sugerir qualquer coisa relacionada a outro Poder, no caso, o Poder Legislativo, do qual V. Exª faz parte, defendendo o Distrito Federal, Parlamentar que tem conosco, no entorno de Brasília, muitas parcerias, um Parlamentar que tem ajudado muito no enfrentamento dos graves problemas aqui no Entorno.

**O SR. RONALDO FONSECA** (PR – DF) – Eu perguntaria, Sr. Governador, se o senhor se sente traído pelo Senador Demóstenes, com as amizades que ele tinha.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Ele me apoiou na campanha do primeiro ao último dia. O Senador Demóstenes deixou de viajar depois da sua eleição no primeiro turno e ficou todos os dias do segundo turno, trinta dias, me apoiando.

**O SR. RONALDO FONSECA** (PR – DF) – O.k. Muito obrigado, Sr. Governador.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Eu que agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os três próximos inscritos são Senadora Kátia Abreu, Senador Cássio Cunha Lima e Deputado Luís Sérgio. Depois mais dois, para concluir, o Senador Mário Couto e o Senador Jayme Campos.

Senadora Kátia Abreu com a palavra.

**A SRª KÁTIA ABREU** (PSD – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Governador Marconi Perillo, eu gostaria aqui de fazer duas considerações. Nós estamos aqui, como todos sabem, há mais de oito horas praticamente discutindo um assunto importante. Claro que é importante o que está sendo discutido aqui, mas praticamente um único assunto, que é a compra e a venda de uma casa privada.

Mas, na verdade, o que eu gostaria de sugerir e até de apresentar um requerimento, Sr. Presidente, é com relação a estas duas questões: nós temos, na verdade, um assunto que é contravenção, jogo, Carlinhos Cachoeira, chefe de quadrilha e seu bando; e nós temos os problemas com a Delta, que é uma construtora que está misturada, em momento, em alguma localização do País, com a contravenção. Mas são dois assuntos totalmente diferentes.

Eu acho que a gente até poderia fazer aqui a ilação de que R$ 28 milhões saíram da Delta para a Pantoja e que a Delta, em algum momento, estava vinculada à contravenção, mas será que nós podemos dizer... Não. O contrário! Que a contravenção entrou na Delta, mas nós podemos dizer que a Delta está na contravenção?

O que nós tiramos disso tudo, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

É porque a sua atenção me é muito importante, assim como a do relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu fui interrompido pelo Deputado Maurício Quintella.

Pois não, Senadora.

**A SRª KÁTIA ABREU** (PSD – TO) – Muito obrigada.

Com relação à questão da contravenção, todos nós aqui – inclusive os mais experientes muito mais do que eu – sabemos que a questão da contravenção já está pública e notória. Não há o que fazer com a questão da contravenção. A polícia fez a sua parte. Ninguém aqui vai prender o Carlinhos Cachoeira, porque ele já está preso; só a Justiça que vai julgar se ele vai ser condenado, preso durante quanto tempo ou não. A perda que nós tivemos – e sinto que foi uma perda, uma tragédia para esta Casa e para muitas pessoas no Brasil – foi o fato Demóstenes.

Então, se existe um fato importante com relação à contravenção é que ela já está às vistas de todos, à mostra e que nós perdemos um grande Senador, que nós pensávamos que era um grande Senador e que, na verdade, decepcionou todos, especialmente o povo do seu Estado, que tem uma mágoa profunda. Ninguém odeia o Demóstenes; eu senti isso lá. As pessoas têm uma mágoa profunda, uma decepção profunda, uma tristeza profunda com o que aqui aconteceu.

Com relação ao segundo ponto, Sr. Presidente, que é a Delta, a Delta Brasil. Quando eu digo Delta poderia ser qualquer uma, porque nós estamos aqui cansados de ver os escândalos neste País, todos com a mesma origem e todos com o mesmo fim, consumindo horas e horas das nossas vidas, do nosso Senado, do nosso mandato, tentando investigar um modelo falido. E nós não temos a proatividade de tentar mudar esse modelo. Nós sentamos em cima desse modelo – e me incluo nesses que estão sentados sobre esse modelo – e nada fazemos para tirar o mal pela raiz.

Eu quero propor a V. Exª que nós possamos, aqui, fazer três subcomissões, Sr. Presidente: uma subcomissão para finalizar os termos da contravenção, uma subcomissão para que nós pudéssemos ir a fundo na questão da Construtora Delta, que é um exemplo para o País – não porque é do partido A, do partido B, do governo C, do governo A, mas nós precisamos desarrumar esse modelo – e uma subcomissão para que pudéssemos tentar criar nova legislação para evitar essas condutas ilícitas.

Até quando nós vamos continuar investigando construtoras, empreiteiras, com licitações de hipocrisia, investigando governantes que dispensaram a licitação como se fosse o maior pecado do mundo? E nós sabemos que tanto faz uma obra licitada ou uma obra que foi dispensada de licitação. Eu quero saber qual é a diferença que há entre essas duas modalidades, a não ser propiciar corrupção, a não ser propiciar o ilícito.

Agora, esta CPI, Sr. Presidente, além de apurar fatos, além de investigar condutas criminosas, ela tem a obrigação de propor. Nós não podemos sair daqui desta Comissão apenas fazendo, paralelamente, o trabalho da polícia. Nós precisamos fazer muito mais do que isso e dar uma satisfação à sociedade. Nós temos que dar aqui dois fins a esta CPI, duas ações proativas. O que é que nós vamos fazer com o financiamento público de campanha? O que é que nós vamos fazer com o financiamento das campanhas deste Brasil? Ou nós vamos esperar aqui acontecerem tragédias e tragédias, todos os dias, e desmoralizando o Congresso Nacional?

Outro fato é mudar essa lei hipócrita das licitações que hoje assolam o País, que, aliás, foram criadas, dizem os outros, pelas grandes empreiteiras do passado, para tirar exatamente as pequenas do jogo.

Então, Sr. Presidente, eu quero colocar aqui em votação o meu requerimento, submeter à Mesa, aos colegas, para que nós possamos criar estas três subcomissões, especialmente esta subcomissão em que possamos criar legislações novas para estancar essas condutas ilegais, criminosas, que envergonham o País.

Com relação ao Governador Marconi Perillo, do Estado de Goiás, eu quero fazer apenas um comentário.

As suas respostas, até este momento, Governador Marconi Perillo, me satisfazem plenamente. Um fato, apenas um fato. Um fato e um detalhe importante. Trinta mil ligações durante três anos. Não era possível que alguém não falasse com alguém. Era impossível que não tivesse um recado e um encontro marcado, ou que duas pessoas falassem e marcassem por ele um encontro com esse cidadão. Trinta mil horas em três anos eu acho um pouco demais não ter absolutamente nada, a não ser um cumprimento de aniversário, que, provavelmente, deve ter sido o Senador Demóstenes que te pediu para ligar, para cumprimentar ele...

Não adianta, Kakay. Aqui, todos sabemos. Não adianta. É por aí mesmo.

Na verdade, Sr. Presidente, eu deixo aqui essas sugestões e vamos continuar averiguando, porque todos que nos assistem neste momento ficam ansiosos para que novas coisas, novos assuntos e novos temas aqui possam aparecer nesses depoimentos. E as pessoas precisam entender que ninguém vem aqui, ou como testemunha ou como investigado, entregar uma grande novidade contra ele próprio. Pelo amor de Deus! Nós estamos num Estado de direito. As pessoas têm advogados, têm orientação.

O nosso trabalho tem que se resumir, o mais importante, nas contas, na quebra de sigilo bancário dos contraventores, das empresas que repassaram dinheiro. Agora, isso demora. Nós precisamos dividir em subcomissões, ou nós vamos ficar aqui mais de um ano, Sr. Presidente, averiguando contas e mais contas, centenas de depósitos e de remessas, sem prosperar.

Então, peço encarecidamente a V. Exª que nós possamos dar uma satisfação ao Brasil. Que em cada subcomissão V. Exª ponha e eleja os candidatos que assim entenderem, não da oposição, não da situação, assim como entenderem. Mas, por favor, as subcomissões são necessárias para uma satisfação ao Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de falar como Líder do PDT.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu, a bem-intencionada formulação de V. Exª deve obedecer, segundo o nosso manual de procedimentos, a um requerimento, que será acolhido imediatamente pela Presidência, será acostado dentro dos 196 requerimentos que aguardam deliberação E esperamos que, na próxima reunião administrativa, já possamos votá-lo em grau de prioridade. Assim entendo porque me acosto à manifestação de V. Exª. Há algumas questões de ordem.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor. Art. 96.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª, para uma reclamação que, espero, seja pertinente.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – É evidente que é. Só faço coisa pertinente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – Espero que sim.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Só faço coisa pertinente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – Sim, senhor.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – V. Exª anda muito nervoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – Eu não.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Anda.

Olha, Presidente, V. Exª tomou uma decisão. É o que me parecer. Eu estava inscrito como Deputado e tinha direito a dez minutos. Depois, tenho a prerrogativa de falar como líder. Então, falei como líder e como líder não posso fazer perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – É verdade.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Parece-me que V. Exª tomou uma decisão – e eu quero saber se é verdade – unilateral atropelando o Regimento. Quero saber qual é o artigo do Regimento. Minha assessoria está dizendo que posso fazer perguntas e também falar como líder. Quero saber quem está certa: minha assessoria ou a sua?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A reclamação de V. Exª e a questão de ordem, para todos os que porventura possam me questionar a esse respeito, foi recebida e negada peremptoriamente por esta Presidência de acordo com o art. 14 – peça à sua assessoria para ler - , §6º c/c o art. 96, VI, do Regimento Comum.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Pedi a palavra como líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está negada, ao líder. “O líder, o orador inscrito e o autor de requerimentos só podem falar uma vez em cada sessão.” Este é o procedimento desta Presidência. É a questão de ordem...

**O SR. CÁSSIO CUNHA** (PDT – MT) – Mas a Mesa concedeu, Sr. Presidente, anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, pedi para falar como Líder, art. 6º

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª já falou como orador inscrito.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Como líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª já falou como orador inscrito.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Não falo mais como líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não fala mais como líder.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Então, levanto uma questão de ordem com fundamento no artigo...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E nego a questão de ordem.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Mas nem falei ainda qual é a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a mesma sobre a qual respondi agora há pouco. O Senador Cássio Cunha Lima com a palavra por dez minutos.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Gostaria de saber qual é o fundamento à questão de ordem que nem levantei.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fundamentei. Art. 14, §6º, meu querido Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Não mencionei o art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me...

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem. Levanto o art. 403 c/c o art. 14, inciso VIII, c/c o art. 48, inciso...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o mesmo que V. Exª sempre questiona.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o mesmo que V. Exª sempre questiona. Mesmo com gripe, V. Exª tem uma memória muito boa.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT - MT) – Só gostaria de saber. V. Exª está captando, por telepatia, o que vou falar. É um presságio de bom agouro. Sr. Presidente, muito obrigado. Minha questão de ordem é uma dúvida regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, pois não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Qual é o fundamento regimento para que o cidadão, deputado ou senador, se inscreva para fazer perguntas e não possa falar como líder. V. Exª está revogando o art. 6º

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Art. 14, §6º, c/c o art. 6º do Regimento Comum. Está negada a questão de ordem de V. Exª.

**O SR. SILVIO COSTA** (PTB – PE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra V. Exª. Por favor, vamos concluir. Tenho o Senador Cássio e o Deputado Luiz Sérgio imediatamente inscritos.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Sr. Presidente, peço apenas que reinicie o cronômetro.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está totalmente reiniciado, Senador Cássio.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Agradeço a gentileza de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Acredito que todos aqueles que esperavam da reunião desta CPI – na manha e tarde e já entrando noite adentro de hoje – a transformação em uma guerrilha política saiu perdendo. Todos aqueles que apostavam na possibilidade de atingir uma trajetória reconhecidamente honrada do Governador Perillo saíram perdendo. Estamos aqui há horas, atentos ao depoimento do Governador, que de forma serena, firme, absolutamente coerente, não aponta uma única incoerência, a mais leve contradição que se possa apontar durante horas a fio de exaustivo e, posso dizer, massacrante depoimento. A montanha pariu um rato. O que se queria, na tentativa de se politizar esse espaço de investigação e atingir o governador, não se alcançou.

Espero que no depoimento de amanhã tenhamos um comportamento padrão, tenhamos idêntico procedimento, para que possamos finalmente aprumar o foco e o prumo desta CPMI naquilo que realmente interessa à sociedade brasileira.

A pergunta que ficava de forma maledicente no ar era: o Governador Perillo tem algum envolvimento e participa dessa organização criminosa? E a resposta é peremptória. E a resposta é eloquente. Não. Definitivamente não. Porque se fez, de forma maldosa talvez, a vinculação dos episódios que envolvem o Senador Demóstenes com o procedimento do Governador Marconi. Não há nada, absolutamente nada, que faça vínculo da ação de um com a atitude de outro.

Portanto, Governador, estamos aqui para reafirmar não apenas aquilo que já foi dito pelo Líder Bruno Araújo, pelo Líder Alvaro, do nosso apreço, da nossa confiança pessoal, mas para deixar claro não apenas a esta CPMI, formada por homens e mulheres maduras e conscientes, mas que infelizmente podiam ser tentadas a objetivos outros de desgastá-lo politicamente, mas sobretudo para a sociedade do Brasil que não o conhece tão bem como o povo de Goiás.

Esse é um bem que deve ser preservado. E o senhor sai daqui, V. Exª sai daqui com as respostas todas dadas com muita nitidez, com muita coerência, insisto, sem nenhuma contradição. Foi dito aqui várias vezes que esses depoimentos longos terminam por trair o depoente, mesmo na condição de testemunha. E a verdade tem muita força. Eu cheguei a dizer, quando V. Exª se propôs a vir aqui, que quem não deve não teme. E fica provado de forma cabal, nesse seu depoimento, que essa verdade que sempre aflora.

Diferentemente do que foi dito de uma figura de linguagem talvez inapropriada – parece que o Deputado Ronaldo já não se encontra no plenário – que se a Casa fosse vendida para Fernandinho Beira-Mar... E o Brasil precisa saber, sim, que existe uma distinção absoluta entre Fernandinho Beira-Mar, que tinha ou tem apenas atividades no crime, no tráfico, no sequestro, etc., com Carlos Cachoeira, que foi descoberto como um contraventor, sim, mas que, ao mesmo tempo, exercia outra figura, outra personalidade de um empresário formal no Estado de Goiás, onde todos os governadores, onde a sociedade de Goiás estabelecia com ele algum nível de relação.

A pergunta que resta sobre a casa e a essência dessa operação. Para conhecimento da CPI foi importante a revelação de V. Exª de que até mesmo anúncio classificado foi feito para venda do imóvel. Um anúncio classificado foi feito para venda do imóvel.

A pergunta é: o imóvel foi vendido por um valor de mercado? A resposta já obtivemos: sim. O imóvel foi vendido por um valor de mercado.

A segunda pergunta que precisava ser feita e resposta diferente causaria embaraço ao Governador: o imóvel estava registrado no Imposto de Renda do Governador? A resposta também é sim. O imóvel estava registrado no Imposto de Renda do Governador.

A terceira pergunta que poderia eventualmente causar embaraço se houvesse resposta diferente à dada aqui de maneira reiterada: como foi feito o pagamento da venda desse imóvel? Com dinheiro vivo, em espécie? Não. Através de cheques, três cheques.

A quarta pergunta: a operação de venda também foi declarada no Imposto de Renda do Governador?

Haveria embaraço se houvesse resposta diversa da que foi dada. Sim, a operação de venda foi registrada na declaração do Governador Marconi Perillo. Portanto, é uma operação fechada, casada, limpa, transparente, onde não há dolo, não há má-fé, e não cabe ao Governador do Estado ficar analisando os precedentes daqueles que fizeram a casa.

Meu tempo chega ao final e, quanto à casa, não resta dúvida. Quanto à sequência de atos, falam por si sós da lisura da operação de venda de um imóvel pessoal, particular.

A outra pergunta é: quantas operações foram feitas pela Polícia Civil?

O Governador repetiu aqui, de forma sequenciada. Mais de duas mil e quinhentas máquinas caça-níqueis só nesse período de mandato atual foram apreendidas. Ora, como alguém em sã consciência pode admitir que o Governador tem qualquer tipo de envolvimento com a organização criminosa se trabalha com a sua polícia para impedir a ação da operação criminosa apreendendo o seu instrumento de ação, que é a própria máquina caça-níquel?

São mais de 800 termos de ocorrência circunstanciada, e não podemos aqui simplesmente nos agarrar às interceptações telefônicas. Não custa lembrar que o próprio delegado da Polícia Federal afirmou, de maneira muito nítida, que nenhuma investigação séria pode-se abraçar apenas nas interceptações telefônicas. Nenhuma investigação séria deve-se pautar apenas nas interceptações telefônicas, ficando restrita apenas às interceptações, senhoras e senhores.

Em três anos de escuta, mais de 30 mil horas. O que se aponta é um único telefonema a propósito do aniversário do Sr. Carlos Cachoeira, e algumas outras citações eventuais, fortuitas. Não há nada, absolutamente nada, em três anos de investigação, que ligue o Governador Marconi Perillo a esta organização criminosa.

A conclusão, e não resta outra, não sobrará outra... Pena que S. Exª, o relator, aqui não se encontra. Ao término desses trabalhos da CPI em relação ao Governador Perillo, de fato, aquilo que é nosso objeto de investigação, que são as ligações de agentes públicos, de empresas privadas com a organização criminosa, no caso do Governador Perillo, não há nada, absolutamente nada que possa envolver o Governador com esta organização criminosa.

Marconi Perillo, Governador, receba, ao final deste meu depoimento, a expressão da nossa confiança e a tranquilidade de que a verdade sempre vence.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos, como em todas as CPIs, versões e fatos.

Qual é a versão que nós temos a partir da interceptação da Polícia Federal?

É a versão de que o grupo de Carlinhos Cachoeira, uma organização criminosa, afirmava que tinha parte do governo de V. Exª. Essa é a versão, a versão das escutas telefônicas, do Garcez falando que ia nomear. Essa é a versão.

Qual é o fato?

O fato é que, a partir da operação que prende a organização criminosa, parte dessas pessoas que são braços importantes dessa organização criminosa, fazia parte do governo de V. Exª: o Jayme Rincón, que era da agência de transportes; a Eliana, que recebeu o Nextel e avisou ao Prefeito de Águas Lindas de Goiás de uma operação da Polícia Federal; o Edivaldo Cardoso, que presidia o Detran; o Jaime Rincón, que era tesoureiro do PSDB e recebeu R$600 mil de pessoas ligadas ao Carlinhos Cachoeira; o Ronald Bicca, que era Procurador-Geral do Estado, advogado do Cachoeira em vários casos, que aparece para favorecer interesses da organização criminosa; o Alexandre, que é chamado “menino de ouro do Cachoeira”; o Lúcio Fiúza, um dos principais braços financeiros, que intermediou a casa, é citado.

Então, nesse caso específico, os fatos estão consolidando uma versão, e V. Exª acha que é normal que, ao prender uma organização criminosa, que afirmava que tinha parte do governo... E parte dessa organização criminosa estava efetivamente participando do governo. E aqui, pelo que pude verificar, acham que isso é normal. Muitos deles condecorados...

Aqui também muitos falaram dos belos discursos. Agora, nenhum discurso aqui nesta CPI, Governador, nenhum, superou os brilhantes discursos que o Demóstenes Torres fazia, e os fazia dizendo que o Senado estava mais sujo do que pau de galinheiro. Quando ele teve a chance de fazer a faxina, se acovardou e resolveu botar sujeira para debaixo do tapete. Dizia que tinha de expulsar sumariamente e agora apela que quer ser julgado não pelo que ele falou, mas pelo que efetivamente ele fez.

Então, nós vivemos um momento – e para isto o Demóstenes contribuiu muito – em que os discursos não convencem, o que convence são gestos concretos. E dentro dessa questão relativa aos gestos concretos, ficou meio incompreensível aqui quando, na última sessão administrativa, um requerimento do Deputado Miro Teixeira, que está aqui ao meu lado, que é o Requerimento nº 253/12, que pede a quebra do sigilo telefônico e de SMS, deu origem a grande polêmica.

Então, como V. Exª aqui... Foi dito por muitos: não fugiu, se apresentou voluntariamente, se colocou sempre à disposição, veio, inclusive, quando não foi chamado, esteve aqui querendo ser recebido – levou até a uma dúvida do Presidente se receberia ou não, um fato complicado. Faça um gesto, Senador, faça um gesto mais forte do que o depoimento de quase dez horas de V. Exª: libere a bancada de V. Exª para que, na próxima reunião administrativa, vote favoravelmente à quebra do sigilo telefônico e de SMS de V. Exª, porque aí não pairará dúvida alguma, e o discurso da disponibilidade, de estar sempre à disposição, de ser transparente, vai se confirmar, e nós não teremos dúvida quanto à distância que pode separar o discurso da prática.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Deputado Luiz Sérgio, ao longo desses últimos anos, depois do anúncio e da descoberta do mensalão, eu nunca fiz qualquer prejulgamento, nunca fiz qualquer condenação prévia em relação a esse assunto.

Acho interessante a história dos dois pesos e das duas medidas. Quando o chefe do Ministério Público denuncia o mensalão como crime, quadrilha, corrupção, o PT – alguns setores – diz que o Supremo vai provar que não é verdade. É um direito de V. Exªs. Mas quando dois agentes federais falam que parte do Governo tem alguma relação com o Sr. Cachoeira, vira verdade. Vamos esperar a Justiça, justiça será feita.

No relatório final, na conclusão, o Delegado da Polícia Federal diz claramente: Não há a mínima ligação das autoridades com privilégio de foro acima mencionadas, no caso o Governador e alguns auxiliares, com os envolvidos nos objetos da Operação Monte Carlo. Essa é a conclusão do inquérito. V. Exªs devem ter tido a oportunidade de manusear.

Eu peço a esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, que tem um trabalho sério a ser feito daqui para a frente, que não corrobore com a opinião de alguns de que esta CPMI, a depender da opinião de alguns, possa servir de cabo de chicote para combater a imprensa, o Ministério Público Federal, alguns setores do Supremo Tribunal Federal, o Governador de Goiás e alguns desafetos. Eu não estou dizendo os integrantes da CPMI, mas a gente sabe que, se dependesse de algumas pessoas, isso aconteceria.

E mais: eu nunca imaginei na minha vida que o fato de ter dado um aviso pudesse resultar, na minha vida, tanto ódio e tanta perseguição.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos, com a palavra.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator, prezado e valoroso Senador Governador Marconi Perillo, de quem tenho o privilégio de ser amigo, demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes, serei rápido.

Sr. Presidente, estive acompanhando, desde as nove horas da manhã, quando cheguei, aqui, a fala do ilustre Governador Marconi Perillo. Quero dizer a V. Exª, Senador Marconi Perillo, que foi muito oportuna a vinda de V. Exª, hoje, aqui, nesta Comissão, pelo fato de que foi, sobretudo, esclarecedor sobre tudo aquilo que pairava no ar em relação ao possível envolvimento de V. Exª com o Carlos Cachoeira.

E, aqui, posso falar, com muita tranquilidade, em relação à pessoa do Senador Marconi Perillo, com quem convivi por quatro anos, como Senador, aqui, que ele foi um exemplo de Senador da República, não só como Presidente da Comissão de Infraestrutura, onde fez um belo e extraordinário trabalho, mas também como Vice-Presidente desta Casa e, sobretudo, como um operoso e competente Senador da República.

Entretanto, o que me chamou muita atenção, Governador Marconi, na sua fala no dia de hoje, aqui, foi a recuperação da economia do seu Estado de Goiás, vizinho do meu querido Estado de Mato Grosso, de onde também tive a primazia de ser Governador.

Vejo, meu caro Presidente, que muita coisa que acontece na política brasileira é uma hipocrisia, lamentavelmente, e, sobretudo também, ser político neste País, hoje, é sinônimo de bandido, de ladrão, de pessoas que não têm compromisso com nosso País. E não podemos colocar todo mundo no mesmo balaio.

Marconi Perillo, imagino o constrangimento e os momentos de insônia que tem passado, pela sua história, pela sua trajetória, que V. Exª disse, hoje, aqui, e que já conhecemos bem, até pela nossa vizinhança de Estado. Imagino que V. Exª tem feito uma reflexão de tudo aquilo que tem passado neste exato momento. E o que me chama mais atenção e que me deixa até indignado, e V. Exª foi muito macho, sobretudo corajoso, é que bastou vender uma casa para um cidadão que sei lá se está envolvido, não está envolvido, para quererem lhe colocar a pecha de envolvimento com a contravenção do seu Estado de Goiás.

Qual mal V. Exª cometeu de vender uma casa, receber três cheques pré-datados, e esses cheques vieram depois a ser descontados, e passar a escritura para qualquer que seja, seja um cidadão, uma pessoa física, ou seja de pessoa jurídica? Qual o problema que tem, Sr. Presidente, do Senador, ou seja, do comprador da casa, como vi agora manifestação, passar uma escritura fora da cidade de Goiânia, passar no Município de Goiás ou passar em qualquer outra parte do Estado, até por que é possível? Qual o problema que existe de comprar uma casa em Mato Grosso e passar a escritura em São Paulo e depois fazer o seu registro lá na comarca onde de fato é essa residência? Ora, se não bastasse isso, qual o crime tem o Senador Marconi Perillo se por um motivo ou outro o Corpo de Bombeiros vai lá e condecora o Sr. Manuel, o Sr. Joãozinho, o Sr. Pedrinho? Nenhum, até por que como governador eu condecorei 500, 600 pessoas, e não era eu quem escolhia, meu caro Paulo Teixeira. Era um conselho que tinha no governo do Estado, e todos governos têm.

De maneira, meu caro Senador Marconi Perillo, V. Exª pode ter a certeza, eu fazia uma reflexão – não pude ficar aqui o tempo todo, pois tive que participar, naturalmente, como líder da Minoria no Senado, também de uma reunião com o Presidente Sarney, mas eu escutava no rádio quando fui para casa tomar um banho e vim para cá –, que vai chegar a seu Estado de Goiás daqui a pouco, quando sair daqui, e vai ser carregado pelo povo goiano. V. Exª foi esclarecedor aqui. Não deixou nada no ar. Nada! Eu, particularmente, estou satisfeito. E tenho a certeza aqui, independentemente de política partidária, porque aqui não pode ser partidarizado – aqui não pode ser partido “a” ou “b” – de que V. Exª vai chegar carregado lá na sua cidade. Quando chegar ao aeroporto de Goiânia, V. Exª, tenha a certeza, terá milhares de goianos lhe esperando para dizer: “Marconi Perillo, como nós confiamos em V. Exª para ser Deputado Federal, Deputado Estadual e três vezes Governador e Senador.” V. Exª com certeza sai daqui com a alma lavada. Aqui não deixou nada. Aqueles que querem carimbar o senhor não vão carimbar. Muito pelo contrário, saem daqui dizendo: “Olha, quis carimbar o Marconi, mas não consegui carimbar o Marconi em envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

O exemplo que V. Exª deu aqui da transparência do seu Governo, são poucos os Governos deste País... Acho que será uma lição que teremos que dar até para o Governo Federal: acabar com a RDC, fazer concorrências públicas, diminuir os custos das obras públicas neste Brasil. Sobretudo, meu caro Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator, temos que trazer aqui outras pessoas, porque já há um requerimento aqui nesta Comissão. Espero que, na próxima quinta-feira, possamos aprová-lo e, de fato, trazer os culpados, os malandros, os corruptos para esta Comissão aqui para passarmos o Brasil a limpo. Não podemos querer, em hipótese alguma, por questão de Partido, crucificar um homem que tem uma trajetória que certamente é orgulho do povo goiano e, quero crer também, de milhares de brasileiros ou milhões de brasileiros que assistiram a V. Exª na manhã, tarde e noite, aqui, nesta Comissão de CPMI.

Encerro minhas palavras dizendo: Governador Marconi Perillo, V. Exª continuará tendo a admiração não só do povo goiano, mas certamente também por homens do meu quilate. Tenho três mandatos como prefeito, governador e senador. V. Exª será sempre admirado pelo Senador Jayme Campos.

Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Senador Presidente, Governador Marconi Perillo, certamente, o dia de hoje, dia 12 de junho, vai ficar marcado na história da sua vida. V. Exª, ao meditar, vai poder dizer a si mesmo: “Fui a uma CPMI, a uma comissão mista de livre e espontânea vontade... É bom que se diga, Governador, V. Exª está aqui. Não foi convidado, nem foi convocado. V. Exª está aqui porque quis estar aqui. V. Exª vai dizer para V. Exª mesmo: “Eu fui lá, passei oito horas sentado. Tinha uns Parlamentares ansiosos para tentarem colher alguma coisa errada de mim. Eu fui lá. Tinha muitos Parlamentares querendo me incriminar, e eu, pacientemente, respondi a todas as perguntas, com grande detalhe, Srs. Parlamentares. Com grande detalhe, Srs. Parlamentares”.

Este homem que está ali, quando fez a sua explanação, mostrou documentos. A cada tópico, a cada consideração que aquele homem fazia, ele mostrava um documento, que estão aí na mão do Presidente. E o orgulho caía sobre mim, meu caro Marconi Perillo. Chegaram a ofendê-lo, meu Governador. E V. Exª não perdeu o equilíbrio. Chegaram a dizer que quem comprou a sua casa foi a Delta. Chegaram a esse extremo aqui. Eu não teria equilíbrio, como V. Exª teve, para aguentar essa acusação. Eu não teria; talvez eu teria perdido o meu mandato, porque eu ia pular para cima! Não teria!

Chegaram, meu caro Perillo, chegaram – V. Exª, como testemunha – a pedir a quebra do sigilo bancário e telefônico de V. Exª. Olha o absurdo, aonde chegaram. Olhe como as feras queriam comê-lo. E V. Exª driblou todos eles com documentos; documentos verídicos, documentos que vão ficar aí nesta Comissão. Chegaram a mexer com a família de V. Exª. Se demorasse mais um pouco, iam mexer com o cachorrinho de V. Exª, que V. Exª cria lá no quintal. Mexeram até com a filha do Governador! Mexeram com a filha do Governador, e ele, calmamente, tranquilamente, nem se mexia do lugar.

Não quero me alongar, meu caro Marconi. Só dizer a V. Exª que a Pátria deveria ter muitos Marconi Perillo, que os Ministros que foram corrompidos nesta Pátria arrasada pela corrupção deviam ser iguais a V. Exª. Vir aqui numa CPI, de livre e espontânea vontade, e provar a sua inocência, como V. Exª provou! Assim, a Pátria saía do caos. Assim, nós deixaríamos esta Pátria melhor. Assim, a corrupção não se alastrava nesta Pátria amada. Pátria cheia de corrupção.

Governador, olhe para mim, Governador. Olhe para mim. Vá para sua casa, Governador. Vá para sua casa. Sei que V. Exª está cansado. Nenhum governador teve a capacidade, porque V. Exª provou que é um homem sério. Vá para sua casa, Governador. Sabe quem está lá? A sua família. Governador, a sua esposa, a sua filha esperam para lhe abraçar. O que o senhor fez aqui, Governador, foi um momento de seriedade, mostrando, Governador, o que é um homem, um homem de família. Mostrando que V. Exª, em primeiro lugar, tem que dar exemplo à sua família, aos seus filhos, à sua esposa, com a sua dignidade, o amor que o senhor tem por sua família.

Meu caro Marconi Perillo, vá para sua casa, abrace-os e diga assim, Marconi: “Eu sou um pai honrado!”.

Meus parabéns, Marconi Perillo!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação colaborativa. Com a palavra a testemunha, para as suas considerações finais, antes de encerrar a sessão.

**O SR. MARCONI PERILLO** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator Odair Cunha, Sr. Vice-Presidente Paulo Teixeira, Srs. Líderes, quero agradecer a todos, à imprensa e aos senhores membros desta CPI pela oportunidade que tive de honrar o meu Estado, de honrar o povo de Goiás, trazendo aqui os esclarecimentos que os goianos e os brasileiros esperavam. Nenhuma folha cai sem que seja da vontade de Deus. Eu precisava estar aqui e julgo ter cumprido com o meu dever.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

*(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, suspensa às 14 horas e 34 minutos, reaberta às 14 horas e 35 minutos; suspensa às 16 horas e 11 minutos, reaberta às 16 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 57 minutos.)*

Senador Vital do Rêgo

Presidente